

março-abril de 2010 – ano 51 – n. 271



vida pastoral

REVISTA BIMESTRAL PARA SACERDOTES E AGENTES DE PASTORAL



CF 2010: ECONOMIA E VIDA

Economia e vida na casa da Bíblia — Frei Jacir de Freitas Faria, ofm – p. 3

A quem servir: a Deus ou ao dinheiro? - Reflexão à luz de Mateus 6,24 — Valter Luiz Lara – p. 11

Economia: uma tarefa espiritual para as comunidades cristãs — Jung Mo Sung – p. 21

A fé cristã diante da realidade econômica atual — Fernando Altemeyer Junior – p. 26

Educação para o consumo ético e sustentável — Daniela Vasconcellos Gomes – p. 31

Economia (solidária) é vida — Paul Singer – p. 38

A importância da economia solidária e os desafios do cooperativismo de reforma agrária no Brasil — Farid Eid; Andréa Eloisa Bueno Pimentel – p. 40

Roteiros homiléticos — Aíla Luzia Pinheiro Andrade, nj – p. 48

Aos nossos leitores e leitoras

Graça e Paz!

Deus viu que tudo o que ele fez era bom (Gn 1,10). Na Campanha da Fraternidade ecumênica deste ano, somos convidados a uma reflexão sobre economia e vida. Os bens da criação, como diz o Gênesis, são bons, são dádivas de Deus para todos. Não pensemos que criticar a economia hegemônica na atualidade, marcada pela injustiça, implique a rejeição ingênua de tais bens. Na espiritualidade cristã, o desapego ao material e a abertura ao transcendente são aspectos centrais, mas isso não significa negar os bens da criação. A vida e sua realização envolvem a economia. A questão é saber orientá-la com justiça e retidão.

Na narrativa bíblica da criação, Deus cria um jardim com tudo o que é necessário para a realização da vida. Essa narrativa não tinha nem tem a pretensão de ser História, na concepção positivista desta disciplina surgida vários séculos depois. Trata-se de uma narrativa simbólica que possui uma verdade mais profunda que a da história positivista e das reportagens jornalísticas. As pessoas de então, à luz de sua fé em Deus, procuraram compreender a realidade e seus problemas, e assim, com base nessa reflexão e na experiência, surge a narrativa simbólica. Como nós hoje também podemos ver, o mundo tem tudo para ser um paraíso; entretanto, por causa das opções feitas pelas pessoas e pelas sociedades, a possibilidade de uma vida assim harmoniosa é reprimida. Por exemplo, milhões de pessoas passam fome, enquanto outras consomem exagerada ou compulsivamente.

A posse dos bens de maneira desequilibrada é reflexo da transformação do dinheiro e do

mercado em ídolos, que tomam o lugar do Deus da vida. E esses ídolos, como todos os outros, exigem sacrifícios. Os sacrificados a eles são, por exemplo, os que morrem de fome; as crianças que, na China, na Índia e em tantos outros lugares, trabalham de 10 a 12 horas diárias por 0,30 dólares por hora para produzir tênis, cigarros e outras mercadorias vendidas a preços exorbitantes nos mais chiques shopping centers do planeta. Quando se nega o transcendente absoluto que é Deus ou não se consegue viver em sintonia com ele, cai-se na absolutização das coisas contingentes. E depositar confiança absoluta em coisas transitórias leva ao fracasso e à decepção. Conforme afirma o filósofo Gilles Lipovetsky, vivemos na sociedade da decepção, onde impera o mal-estar, a angústia, as depressões. E – podemos acrescentar – as crises econômicas cada vez mais profundas.

Por isso tudo, foi muito oportuna a escolha do tema da Campanha da Fraternidade de 2010, que nos dá a possibilidade de fazer uma crítica às injustiças e desequilíbrios econômicos atuais, mas também valorizar e reforçar o que de novo e de bom tem surgido e se desenvolvido em proveito de uma economia solidária e mais justa, tanto em âmbito local como nacional e internacional. Nesse sentido se destacam a união dos países do sul (mais pobres) para fazer frente, nos fóruns e tratados internacionais, aos países do norte (mais ricos), as inúmeras iniciativas de cooperativas de trabalhadores surgidas no Brasil, a maior integração dos países da América Latina e a diminuição da desigualdade social em nosso país.

Jakson Ferreira de Alencar, ssp
Editor

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO

Diretor Pe. Zolferino Tonon

Editor Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP

Equipe de redação Pe. Zolferino Tonon, Pe. Darci Luiz Marin, Pe. Valdêz Dall'Agnese, Pe. Paulo Bazaglia, Jakson F. de Alencar, Pe. Manoel Quinta

Editoração PAULUS

ASSINATURAS assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789.4000 • FAX: 3789.4004
Cx. Postal 2534 • CEP 01060-970 • São Paulo/SP

Redação © PAULUS - São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184
vidapastoral@paulus.com.br

12570-000 - APARECIDA/SP
Centro de Apoio aos Romeiros - Lojas 44,45,78,79
T.: (12) 3104.1145 • aparecida@paulus.com.br

49010-000 - ARACAJU/SE
Rua Laranjeiras, 319 • T.: (79) 3211.2927
aracaju@paulus.com.br

66019-100 - BELÉM/PA
Rua 28 de setembro, 61 - Campina • T.: (91) 3212.1195
belem@paulus.com.br

30160-906 - BELO HORIZONTE/MG
Rua da Bahia, 1136 - Ed. Arcângelo Maleta
T.: (31) 3274.3299 • bh@paulus.com.br

70304-900 - BRASÍLIA/DF
SCS - Q.1 - Bloco I - Edifício Central - Loja 15 - Asa Sul
T.: (61) 3225.9847 • brasilia@paulus.com.br

13015-002 - CAMPINAS/SP
Rua Barão de Jaguara, 1163 • T.: (19) 3231.5866
campinas@paulus.com.br

79002-200 - CAMPO GRANDE/MS
Av. Calógeras, 2405 - Centro • T.: (67) 3382.3251
campogrande@paulus.com.br

95001-970 - CAXIAS DO SUL/RS
Av. Júlio de Castilho, 2029 • T.: (54) 3221.7797
caxias@paulus.com.br

32315-000 - CONTAGEM - MG
Av. João César de Oliveira, 2705 - Loja 1 - Eldorado
Tel: (31) 3391-6471 - (31) 3396-0378
E-mail: contagem@paulus.com.br

78005-820 - CUIABÁ/MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180 • T.: (65) 3623.0207
cuiaba@paulus.com.br

80010-030 - CURITIBA/PR
Pça. Rui Barbosa, 599 • T.: (41) 3223.6652
curitiba@paulus.com.br

88010-030 - FLORIANÓPOLIS/SC
Rua Jerônimo Coelho, 119 • T.: (48) 3223.6567
florianopolis@paulus.com.br

60025-130 - FORTALEZA/CE
Rua Floriano Peixoto, 523 • T.: (85) 3252.4201
fortaleza@paulus.com.br

74023-030 - GOIÂNIA/GO
Rua Seis, 201 - Centro • T.: (62) 3223.6860
goiania@paulus.com.br

58010-670 - JOÃO PESSOA/PB
Praça Dom Aauto, S/N - Junto à Cúria - Centro
T.: (83) 3221.5108 • joaopessoa@paulus.com.br

36016-311 - JUIZ DE FORA/MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590 • T.: (32) 3215.2160
juizdefora@paulus.com.br

69010-210 - MANAUS/AM
Rua Itamaracá, nº 21, Centro
manaus@paulus.com.br

59012-390 - NATAL/RN
Rua Cel. Cascudo, 333 - Cidade Alta • T.: (84) 3211.7514
natal@paulus.com.br

90010-090 - PORTO ALEGRE/RS
Rua Dr. José Montauri, 155 - Centro • T.: (51) 3227.7313
portoalegre@paulus.com.br

50020-000 - RECIFE/PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B • T.: (81) 3224.9637
recife@paulus.com.br

14015-040 - RIBEIRÃO PRETO/SP
Rua São Sebastião, 621 • T.: (16) 3610.9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

20031-145 - RIO DE JANEIRO/RJ
Rua México, 111-B • T.: (21) 2240.1303
riodejaneiro@paulus.com.br

40060-001 - SALVADOR/BA
Av. 7 de Setembro, 80 - Rel. de S. Pedro • T.: (71) 3321.4446
salvador@paulus.com.br

09015-200 - SANTO ANDRÉ/SP
Rua Campos Sales, 255 • T.: (11) 4992.0623
stoandre@paulus.com.br

65020-450 - SÃO LUIS/MA
Rua da Paz, 121 - Centro - T.: (98) 3231.2665
saoluis@paulus.com.br

15015-110 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Rua XV de Novembro, 2826 • T.: (17) 3233.5188
riopreto@paulus.com.br

29010-120 - VITÓRIA/ES
Rua Duque de Caxias, 121 • T.: (27) 3323.0116
vitoria@paulus.com.br

PAULUS EM SÃO PAULO

01001-000 - PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180 • T.: (11) 3105.0030
pracase@paulus.com.br

05576-200 - RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5 • T.: (11) 3789.4005
raposotavares@paulus.com.br

01060-970 - ASSINATURAS / DISTRIBUIÇÃO
Via Raposo Tavares, Km 18,5
caixa postal 2534 • São Paulo/SP
T.: (11) 3789.4000 • Fax: 3789.4004 • assinaturas@paulus.com.br

04117-040 - VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207 - Metrô Vila Mariana
T.: (11) 5549.1582 • vilamariana@paulus.com.br

ECONOMIA E VIDA NA CASA DA BÍBLIA

Frei Jacir de Freitas Faria, ofm*

Introdução

Falar de economia é falar da casa. Diz o ditado popular: “Quem casa quer casa!” O substantivo *casa* vem do grego *oikos* e significa a casa do mundo e de cada ser humano no seu próprio corpo e no lugar onde ele habita. *Oikos* é a casa natal. Casa é invólucro de cada um de nós, a construção material onde ocorrem relações sociais e econômicas em função de uma família. Quanto melhor estiverem organizadas essas relações, melhor será a vida familiar. Os gregos, ao mencionar a casa, falam das relações econômicas domésticas, caseiras, que a gerenciam. E é daí que vem outro termo grego, *oikonomia*, que significa a lei (*nomos*) que rege a casa (*oikos*), isto é, economia.

A Bíblia, ao falar da “Casa de Israel”, apresenta relações econômicas dentro e fora dela. A sua lógica é que Deus pede ao ser humano que administre a casa, o mundo, que Ele lhe ofereceu para dele ser o regente. “Crescei, multiplicai e regei o mundo” (Gn 1,28). Ademais, Deus viu que tudo o que ele fez era bom (Gn 1,10), isto é, um bem, um valor que deve ser querido por todos, no cuidado, no uso e na sua aquisição. A questão não é considerar os bens negativamente, mas relacionar-se com eles de modo a gerar vida para todos. Falar da vida é falar de economia. Economia e vida na casa da Bíblia de ontem e de hoje, eis o desafio da reflexão que segue.

1. A casa da Bíblia acolhe a vida do início ao fim

A Bíblia como literatura é uma grande casa que acolhe judeus e cristãos. O seu organizador final, sem a preocupação com a datação dos

livros, os dispôs de maneira que apresentasse a vida de modo inclusivo, a mesma ideia no início e no fim. Assim, a primeira casa do ser humano, segundo o primeiro livro da Bíblia, é o *Paraíso Terrestre*, com a sua árvore da vida e a do conhecimento do bem e do mal (Gn 2,9).¹ O último livro da Bíblia, o Apocalipse, a fecha com a narrativa da *Jerusalém Celeste*, no contexto de um novo céu e de uma nova terra. Assim como no Gênesis, o Apocalipse tem uma árvore da vida no seu centro. Jerusalém, no fim da Bíblia, torna-se o símbolo da esperança perdida com a decisão do ser humano – simbolicamente representado por Adão e Eva – de aceitar a proposta da serpente de comer do fruto da árvore do bem e do mal. Seduzidos pela serpente, eles deixam de lado a orientação do Deus da vida. Sair do paraíso foi o mesmo que optar pelo caminho da morte, o qual a teologia chamou de pecado, a queda do paraíso. Deus criou o ser humano em liberdade e respeita sua decisão. Adão e Eva, protótipos simbólicos de seres humanos, acabaram criando problema para Deus e para si mesmos. Viver fora do paraíso tornou-se difícil. Com o suor do rosto, o ser humano passou a lutar pela sobrevivência. A terra fora do paraíso tem espinhos, precisa ser arada. Como releitura desse episódio da saída do paraíso, o Segundo Testamento (ST),² em Lc 22,44, mostra que Jesus, antes de morrer, antes de voltar para o paraíso celeste, suou lágrimas de sangue sobre a terra de Jerusalém, no Getsêmani, em profunda agonia. O sangue de Jesus devolveu a vida, a bênção, à terra, outrora maldita.³

No centro da Bíblia estão os livros de Malaquias e Mateus, encerrando o Primeiro Testamento (PT) e iniciando o Segundo. *Mala-*

quias termina falando do profeta Elias e de seu retorno eminente: “Eis que vos enviarei Elias, o profeta, antes que chegue o Dia de Javé, grande e terrível” (Ml 3,23-24). Elias, o profeta que foi para Deus em um carro de fogo, voltará para o grande julgamento. O *Evangelho de Mateus* inicia falando de Jesus, chamando-o de Filho de Davi, Abraão, e Messias enviado por Deus. Assim, Elias e Jesus, dois personagens ímpares do judaísmo e do cristianismo, estão no centro da Bíblia. Os judeus sempre acreditaram que Elias voltará. Os judeus conterrâneos de Jesus chegaram a dizer que ele seria a encarnação de Elias. Para os cristãos, Jesus ressuscitado é o centro da fé. Já dizia São Paulo: “Em vão seria a nossa fé se Cristo não tivesse ressuscitado”. E foi Jesus mesmo que disse: “Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida!” (Jo 14,6). Elias e Jesus são símbolos de vida.

2. Gn 1-11: o mundo é a casa que Deus deu a Israel para cuidar

Um dos trechos mais famosos da Bíblia, Gn 1-11, é o relato mítico da experiência de vida do ser humano em sua primeira casa, o Éden. Nele estamos todos nós. As más relações econômicas levaram o ser humano a viver a sina da saudade do paraíso perdido.

Quem lê as histórias de Adão e Eva se vê qual outro Adão e Eva. A frase: “Com sofrimento te nutrirás do solo todos os dias de tua vida” (Gn 3,17c) é a explicação dada ao trabalho sofrido de homens e mulheres nos dias em que esse texto foi escrito e para as gerações futuras. É Deus mesmo que interfere no proceder humano, dando uma sentença condenatória. O paraíso, o Éden, sinal de vida integrada do ser humano com a natureza, torna-se distante do ser humano quando ele mesmo rompe as regras estabelecidas com o criador.

3. Na casa da Babilônia, o contramito

Quando a maioria dos mitos de Gn 1-11 foi escrita, o povo de Israel se encontrava na Babilônia, fora de sua casa, sofrendo com as políticas econômicas do opressor. Chamemos esses mitos de contramitos, pois foram escritos para contrapor-se, resistir aos mitos oficiais da Babilônia que justificavam a opressão.

O primeiro contramito, Gn 1,1-2,4, é a manifestação do poder de Deus por meio de

sua palavra e de seu gesto gratuito de criar o ser humano. Ele começa narrando o ato criador de Deus, e não a luta fratricida dos deuses babilônios no mito babilônico *Enuma Elish*. A expressão: “E Deus disse” é carro-chefe da narração bíblica. Ela aparece dez vezes e relembra o Decálogo. A palavra é usada para criar e expressa o poder não violento do Deus de Israel, diferente dos deuses babilônicos, que exigiam a ordem celeste na terrestre. Gênesis afirma que Deus dá aos animais, aves e répteis as ervas como alimento (Gn 1,30). E ao ser humano ele dá as ervas, árvores e frutas que produzem semente, isto é, dá-lhe também o encargo de produzir alimentos para o seu sustento (Gn 1,29). Essa afirmação é profundamente revolucionária: Deus cria o universo para a vida dos seres humanos e não para o bel-prazer dos deuses, como em *Enuma Elish*. O alimento é para o sustento da vida humana e não para dar lucro aos poderosos. Deus não espera em troca o tributo do ser humano, como no mito babilônico. Com isso, fica descartada a opressão do ser humano sobre o seu semelhante. Em nossos dias, a produção de alimentos está monopolizada por grupos detentores do mercado internacional, o que produz a fome mundial. Sabemos que o Brasil é considerado celeiro mundial, mas o nosso povo passa fome. Onde está o erro? Assim como nos tempos do império babilônico, a globalização atual quer ter o controle sobre quem produz e consome. Deus tem outros planos. É o que nos mostra o contramito de Gn 1,1-2,4.

O contramito de Gn afirma categoricamente: “E Deus disse: ‘Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, que ele reja os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra’”. Rashi, um grande sábio judeu da Idade Média, ligou o verbo reger à imagem e semelhança e assim os interpretou: “imagem” significa “segundo o nosso (de Deus) modelo”. Já “semelhança” é o que devo adquirir. Imagem (modelo) de Deus todos nascemos, mas a semelhança deve ser conquistada. Alguém pode morrer sem nunca ter chegado a ser semelhante a Deus, isto é, não buscou ser cocriador com ele. Nesse sentido, entende-se também “que ele domine”. O verbo dominar em hebraico (*yrd*) significa dominar e descer. Se o ser humano tem consciência de que é imagem de Deus, ele luta para viver em harmonia com as criaturas,

do contrário estas o dominarão e ele descerá, tornar-se-á como animal e será destruído pela natureza. O ser humano recebe a bênção divina para cuidar da criação. Deus não lhe concede o direito de dominar outros seres humanos e por isso não lhe dá os animais como sustento.

Em nossos dias, estamos vivendo um processo rápido de destruição da terra e do ser humano. Recente pesquisa descobriu que o ser humano começa a ficar impotente. A cada ano o homem deixa de produzir 2% a menos de espermatozoides. Um homem nascido na década de 50 produz 150 milhões de espermatozoides por mililitro, o da década de 70, 75 milhões por mililitro e o da década de 90, somente 50 milhões. Quando esse número chegar a 20 milhões, a fertilidade humana estará comprometida e aí será tarde demais. Pesquisadores chegaram à conclusão de que a causa dessa infertilidade, bem como a de cânceres de mama e de próstata, é a poluição da natureza. As substâncias químicas despejadas nos rios são consumidas pelos peixes, transformando-os em hermafroditas. O ser humano está sendo contaminado por produtos químicos armazenados nos plásticos, que envolvem os alimentos consumidos por ele, causando-lhe infertilidade.

4. Guardar o sábado é ficar na casa da família ou de Deus

Gn 2,3 afirma que Deus abençoou o sétimo dia da criação, santificou-o e nele descansou. O ápice da criação não é o ser humano, mas o dia de descanso. Este, sim, recebe uma bênção especial. O sábado, em hebraico *shabat*, é da mesma raiz do verbo *shûba* (sentar-se). O povo, na Babilônia, lembrava-se daquilo que o Decálogo havia escrito como lei perpétua: “Guardarás o dia de sábado para santificá-lo, conforme ordenou Javé teu Deus” (Dt 5,12). No Decálogo, o mandamento do sábado se divide em dois blocos simétricos, delineados por dois imperativos, um positivo e outro negativo: trabalharás e não farás. Positivo: trabalhar seis dias; fazer todo tipo de obra para recordar a escravidão. Negativo: não fazer nada no dia de sábado para recordar a libertação do Egito. A divisão da semana em seis dias mais um é recurso usado para conferir sacralidade ao sétimo. Seguindo o esquema do fazer e não fazer, a ordem é trabalhar seis dias e descansar um. Um ato está relacionado com o

APROFUNDE SEUS CONHECIMENTOS SOBRE A FÉ.



Novo dicionário de Teologia

Juan José Tamayo (org.)

Crítico e científico, este dicionário oferece as linhas fundamentais da teologia cristã em perspectiva histórica e facilita o acesso às novas contribuições da reflexão teológica e das disciplinas com ela relacionadas, em diálogo com a filosofia e com a ciência.

Missarum sollemnia

J. A. Jungmann, S.J.

Este livro constitui excelente explicação acerca das origens, da liturgia, da história e da teologia da Santa Missa, renovação sacramental do sacrifício da cruz.

Vendas: (11) 3789.4000

SAC: (11) 3789.4119

paulus.com.br



PAULUS

outro. O descanso não teria sentido sem o trabalho. Fazer o sábado é o mesmo que celebrar o tempo, recordar o evento fundador de Israel, a libertação do Egito. É Deus que faz desde sempre e para sempre. O pai de família é o responsável pelo cumprimento do sábado. Ele deve tirar o jugo e não impô-lo. Sábado é dia de alegria e festa. A observância do sábado é um ato simbólico. Ela expressa um valor absoluto. Repouso para filhos e servos, estrangeiros e animais, o que significa igualdade econômica.

No imaginário mitológico da comunidade que produziu Gn 1,1-2,4, essa ideia tão revolucionária do sábado não podia ficar de fora. A humanidade, feita à imagem de Deus, é sagrada. Assim como o criador, ela precisa descansar, ficar em casa ou ir para a casa de Deus, a sinagoga, para rezar. Para os dirigentes babilônicos, não era necessário descansar. O povo precisava trabalhar muito para pagar os tributos a Marduk no seu santuário, de modo que a estabilidade política e social fosse mantida. O ser humano, no mito babilônico, foi criado para servir os deuses com o seu trabalho, de modo que os deuses se tornassem livres da árdua tarefa de trabalhar. A comunidade de Gn 1,1-2,4 sabia disso e não foi por menos que resistiu diante do opressor: “Temos direito ao sagrado descanso semanal!”

5. Dilúvio para reconstruir a casa do mundo

O mito do dilúvio de Gn 6,5-9,17, situado no centro de Gn 1-11, é a sua mensagem principal. Deus intervém para recriar o mundo e os seres humanos. O personagem principal do dilúvio é Noé, nome que significa *protelar-se* ou *aquele que prolongou sua existência*. Nôe, miticamente, contrapõe-se ao comportamento da maioria de seus contemporâneos, supostamente injustos e falsos. Deus prometeu que o dilúvio não mais iria acontecer, pendurando no céu seu arco de guerra, o arco-íris, sinal visível da promessa divina de não destruição vindoura de seu povo, desde que o ser humano se reumanize e reabite a terra de forma harmônica. A terra maldita (Gn 3,17b-19) pela violência humana volta a ser fecunda (Gn 8,21; 9,20-21). Gn 6,5-9,17 é a espiritualidade da reconstrução da casa, do paraíso terrestre. Enquanto isso não se realiza, dilúvios, como o *tsunami* na Indonésia, continuarão acontecendo.

6. Babel é a “Casa dos grandes deuses” da Babilônia

O contramito “torre de Babel” (Gn 11,1-9) encerra Gn 1-11. A interpretação clássica desse texto fala do surgimento das línguas no mundo. Antes todos se entendiam, mas, quando o ser humano quis chegar ao céu com a sua torre enorme, isto é, quis dar um “golpe de Estado” e assumir o poder divino, Deus interveio e confundiu as línguas. A questão principal não é a língua, mas a resistência ao mito da “Casa dos grandes deuses da Babilônia”. O deus Marduk havia construído a sua casa no céu para manter a opressão da casa babilônica na terra. Gn 11,1-9 é o contramito da fundação da Casa de Babilônia. Ele tem como objetivo mostrar como os grandiosos e injustos projetos humanos, presentes e futuros, serão sempre impedidos por Deus. Esse texto está no fim do bloco de Gn 1-11 para nos ensinar que a Babilônia, a poderosa construtora da torre, que exilou o povo de Judá e o dispersou pelo seu império, seria também dispersada por Deus.⁴ Ela pagou (miticamente pagará) pelos males feitos contra o povo escolhido. Não foram as línguas dispersas (multiplicadas) em Gn 11,1-9, mas os opressores babilônicos. Contrapondo-se a Gn 10, que conta a dispersão organizada, segundo línguas e descendência, dos filhos de Noé, Gn 11,1-9 é o contramito da dispersão confusa e negativa dos construtores da grande torre. E era Deus mesmo querendo dizer: o mundo precisa se reorganizar segundo a justiça, sem opressão... Mas não estamos falando da queda das “torres” de Nova York. Ou estamos falando? Curiosidade: a citação bíblica coincide com o dia, mês e ano desse ataque – 11 de setembro de 2001, Gn 11,1-9.

7. Patriarcas e matriarcas: a casa dos pais e mães da fé

Gn 1-11 termina com os mesmos problemas gerados com a perda da casa do paraíso: mal, sofrimento, morte, falta de harmonia entre ser humano e universo. Deus, então, de forma amorosa, envia os patriarcas e matriarcas: Abraão, Sara, Agar, Rebeca, Isaac, Jacó, Lia, Raquel etc., para iniciar nova etapa na história da humanidade. Deus promete uma terra, uma família (casa) e uma bênção para Abraão (Gn 21,1-13).

A economia dos patriarcas e matriarcas se baseava na criação de ovelhas e cabras, carneiros

e asnos. Esses animais forneciam os bens substanciais para a vida nômade: alimentos à base de leite; vestes de lã; tendas tecidas com o pelo típico das cabras negras do Oriente. Utensílios domésticos como odres, talhas, macas etc. A terra era vista como propriedade coletiva do clã familiar. Os homens eram pastores, e as mulheres, domésticas. Os clãs chegaram a dominar algumas técnicas, como separar machos e fêmeas no rebanho, perfuração de poços, fabricação de tendas, uso do couro e da cerâmica. O comércio era baseado na troca de mercadorias com outros clãs ou aldeias. Não pagavam impostos. Foi para evitar pagar o tributo aos reis e não se sujeitar às corveias (trabalho compulsório) nas cidades que eles escolhiam viver nas estepes. Como consequência, tinham de abandonar em parte a agricultura que praticavam ao redor das cidades, buscando pastagens para seus rebanhos. Os patriarcas conseguiram estabelecer uma economia que mantinha o povo unido na fé no Deus dos pais, chamado de El. Assim, a história de Israel caminhou por muitos séculos, até chegar ao inevitável caminho do Egito, pois a fome assolava a região.

8. Egito: a casa do sofrimento

Quando o povo de Deus foi para o Egito, tudo parecia muito bom. Jacó e sua família receberam as melhores terras do país. José, o filho ilustre, o patriarca, salvou o povo de Deus. Sua política econômica fez os egípcios suportarem a fome que se abatera sobre o país. Mas não durou muito. José morreu e se instaurou a perseguição sobre os israelitas. Fome, trabalhos forçados e sofrimentos sem fim. Um salvador, um homem “tirado das águas” – como atesta o seu nome, Moisés –, tornou-se o novo salvador. Criado no palácio do faraó, Moisés, por inspiração divina, não aceitou o sofrimento do seu povo. Foragido por causa da morte de um soldado atribuída a si mesmo, foi chamado por Deus, simbolicamente, em uma sarça que ardia, mas não se consumia (Ex 3,7-10; 6,2-8). Moisés organizou o seu povo rumo à libertação do Egito. Pragas enviadas por Deus e a resistência do faraó, que não queria perder a mão de obra, assinalaram o início de um novo tempo para Israel. A passagem simbólica no mar Vermelho, o mar que se abriu, deixando para trás 430 anos de opressão (Ex 12,40) na mais poderosa economia de então, marcou um novo tempo: “Egito nunca mais!” A lembrança

dessa época marcou a história do povo de Deus. Nos 40 anos vagueando pelo deserto, o povo se reorganizou para retomar a terra da promessa. A saudade do Egito, a fome e a sede levaram-no a se revoltar, a blasfemar contra Deus, que respondeu distribuindo pão para todos, chamado de maná (Ex 16,4-21), o qual se transformou em símbolo da partilha dos bens. O dom do maná era para todos. Ele não podia ser recolhido além do necessário. Ninguém podia acumular, mas comer, partilhar e seguir a caminhada. O maná tornou-se um símbolo da economia que concede direitos iguais a todos. Em nossos dias, assistimos à desenfreada situação de consumo exagerado. O meu celular ainda serve, mas já foi ultrapassado por outro modelo, com novos recursos que nem vou usar. As empresas se encarregam de propor a troca urgente, pois senão o seu cliente estará “fora da linha”, isto é, fora do padrão de consumo.

Outro fator importante no deserto é a parada no monte Sinai, marco do início de uma aliança com Deus, expressa no Decálogo.

9. Decálogo: para lembrar que “eu te fiz sair da casa da escravidão”

A relação entre economia e vida aparece fortemente nos textos legislativos da Bíblia, a começar pelo Decálogo (Dt 5,6-21), com dobramentos no código da Aliança, Deuterônimo e Levítico.

A introdução do Decálogo fala da relação de justiça entre Israel e Deus: “Eu sou o Senhor teu Deus, aquele que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão” (Dt 5,6). O Decálogo se rege por esta máxima: o Deus que tirou o povo da casa da escravidão quer novas relações sociais e econômicas, baseadas na justiça e no reconhecimento desse seu ato libertador.

A primeira parte do Decálogo (Dt 5,7-11), realizada na “casa de Deus”, o templo, mostra a relação entre Deus e o ser humano. Deus pede que seja invocado como Deus de Israel.

A parte central (vv. 12-16), realizada na “casa da família”, é o centro, a parte mais importante e o resumo de todo o Decálogo; nela estão estabelecidas as leis de “guardar o sábado e honrar pai e mãe”. O pai tem a função de fazer valer o sábado, dando possibilidade de descanso a todos. Igualdade econômica em um dia para lembrar a libertação da escravidão no

Egito. Honrar pai e mãe, além de prescrever a obediência, estabelece a obrigação do filho de sustentar financeiramente os pais idosos, que voltam a ser filhos indefesos e pobres. Prover o sustento dos pais na velhice significa agir como Deus, que sempre cuida dos pobres e necessitados. Por meio desses gestos, o ser humano reconhece-se como objeto de dom – ele recebeu a vida, a liberdade e a palavra – e, por outro lado, afirma-se como sujeito de dom: ele dá ao outro – pais – aquilo que recebeu. A justiça aparece como afirmação e promoção do outro. Esses mandamentos – guardar o sábado e honrar pai e mãe – são centrais, pois neles a vida é possível somente se é doada e reconhecida como dom. O simbolismo maior é dar a vida.

Os mandamentos da terceira parte realizam-se na “porta da cidade”, a entrada da cidade, e estão relacionados com o próximo. Literariamente, estão demarcados pelo “e não”. Fica proibido matar, cometer adultério, roubar, dar falso testemunho, desejar a mulher, casa e pertences do próximo. Ninguém pode nem mesmo desejar os bens do próximo. A questão não é ter um boi e desejar outro, mas ter a consciência de que o segundo boi é a vida do próximo.

10. As leis dos códigos garantem a vida

A defesa da vida expressa no Decálogo ganhou corpo em vários códigos, com a ampliação dessas dez leis em centenas de outras. O Código da Aliança (Ex 21,22–23,19) tem um caráter social. Ele foi renovado e transformou-se no núcleo central do atual Código Deuterônômico (Dt 12-26). Várias passagens dos livros de Êxodo e Deuterônômio exigem a defesa dos mais fracos: órfãos, viúvas, escravos, emigrantes e levitas (Dt 23,25-26; Ex 22,21; Ex 21,1-10.26-27; Ex 23,12; Dt 15,13-15; Dt 23,16-17; Ex 22,20; Dt 24,19-21). Da mesma forma, há textos que insistem no exercício da justiça nos tribunais (Ex 23,1-9; Dt 16,18-20), na não cobrança de juros dos pobres (Ex 22,24; Dt 23,20-21), no devolver o manto ao pobre, tomado como penhor, antes do pôr do sol (Ex 22,25), no não tomar a roupa da viúva como penhor (Dt 24,17), na remissão de dívidas a cada sete anos (Dt 15,1-11). O salário do pobre deverá ser justo (Dt 24,14). O comerciante deverá agir com justeza. Nada de dois pesos e duas medidas (Dt 25,13-15). Assim, a lei quer garantir a vida.

11. O tempo dos juízes: bonança e partilha dos bens na casa das tribos

A passagem pelo deserto serviu para o povo repensar o seu projeto de vida. Liderados por Josué – pois Moisés havia morrido antes mesmo de chegar –, eles tomam Canaã e põem em prática relações sociais e econômicas para garantir a vida e inibir o acúmulo de riquezas. Mediante vários critérios, a terra foi dividida para as tribos – os descendentes de Jacó e seus agregados, os outros povos oprimidos que se uniram ao grupo. Foram escolhidos, entre o povo, juízes para questões internas e externas. Os bens produzidos eram distribuídos para todos, de modo que ninguém passasse necessidades. Faziam até festas para partilhar o excedente. A economia era, de fato, solidária. Não havia propriedade privada nem comércio, mas trocas internas de produtos. As tribos israelitas produziam cereais e frutas. Criavam animais, como ovelhas, cabras e jumentos. Além disso, praticavam o artesanato, confeccionando utensílios de madeira, vasilhas de barro e tecidos. O livro de Juízes, que trata do período tribal, não nos fornece muitos detalhes sobre essa organização econômica, mas podemos encontrá-la em Js 13-21, Lv 25, Ex 16,17-20 e Js 7.

O período tribal foi, na verdade, uma fase de buscas e principalmente de construção da identidade do povo de Deus, que acabara de sair da exploração do Egito. Cansados de sofrer e de ser explorados, grupos excluídos se uniram para fundar nova sociedade, diferente dos modelos que eles conheciam – baseados na hierarquia de classes, no culto a ídolos distantes e na legitimação da economia injusta. Para garantir a vida e o não retorno ao Egito, lugar da morte, Israel viveu, por cerca de 200 anos, uma vida igualitária. Infelizmente, eles mesmos não conseguiram manter o sonho. Findo esse período, nasce a monarquia. O poder passa a ser centralizado e o povo, explorado. O sonho parece ter acabado. Os profetas e profetisas surgem na história de Israel para alimentar a esperança de novos tempos.

12. Profetismo: “o que roubastes do pobre está em vossas casas”

As relações econômicas na Bíblia aparecem nos tributos cobrados (1Sm 8), que poderiam ser substituídos pela corveia (trabalhos forçados) ou por serviços prestados ao Estado. O

rei Salomão cobrava impostos religiosos, chamados de dízimo. Nessa relação econômica, os profetas e profetisas bíblicos⁵ são os porta-vozes dos pobres na denúncia contra a economia mal dividida. Os tributos religiosos serão duramente criticados (Am 4,4). “Ai do que constrói sua casa sem justiça e seus aposentos sem direito; que faz trabalhar seu próximo de graça e não lhe paga o salário!”, denunciou Jeremias.

Em ordem decrescente, o que os profetas mais denunciam são: injustiça nos tribunais, comércio, escravidão, latifúndio, salário, tributos e impostos, roubo, assassinatos, garantias e empréstimos, luxo.⁶ Por mais estranho que pareça, é o poder legislativo que recebe mais denúncias por parte dos profetas. Os acusados alternam-se entre juízes, legisladores, reis e seus funcionários. Os que sofrem a má administração da justiça fazem parte do tripé, tão caro na defesa profética: pobres, viúvas e órfãos. Os pobres da Casa de Israel não eram respeitados. Isaías dirá: “Fostes vós que devorastes a vinha, o que roubastes do pobre está em vossas casas. Com que direito esmagais o meu povo e calcais aos pés o rosto dos pobres?” (Is 3,14-15). Aos pobres é negado até mesmo o direito de reivindicar a justiça. A lei passa a defender a classe dirigente, a qual garante, com isso, os direitos e bens adquiridos à custa do sofrimento dos pobres. Qualquer semelhança com os nossos dias não é mera coincidência. A questão da apropriação indevida das terras, com consequente criação de latifúndios, é denunciada por Isaías e Miqueias, a ponto de este último chegar a propor uma reforma agrária. Na cabeça do profeta está a seguinte noção: Deus é justo e o povo se afastou dele. O povo rompeu a aliança com Deus. Desse modo, a estrutura da sociedade ficou fraca, tornando-se presa fácil para os dominadores. Por isso, o povo de Deus viveu o drama de vários exílios, sendo o maior e mais conhecido o da Babilônia (587 a 538 a.C.). Os reis da monarquia de Israel e de Judá, que deviam zelar pelo povo, não o faziam. Faltou coerência entre a vida e o culto. O culto deixou de ser expressão de honestidade para se tornar um covil de ladrões (Jr 7,1-15; Mt 21,12-13). Nesse sentido, veja a beleza literária da denúncia feita por Amós 2,6-16. Uma peregrinação ao santuário é totalmente desvirtuada pelos ricos que vendem o pobre por um par de sandálias... Nesse quadro, o profeta apela para o “dia de Javé”. A pedagogia era fazer o povo se

endireitar por meio do medo. Não é por menos que outros textos, como Is 33,14-16, Sl 15 e 16, descrevendo verdadeira liturgia de acesso ao templo, afirmam que quem poderá aproximar-se de Deus é somente o justo, aquele que fala o que é reto, despreza o ganho explorador, recusa aceitar o suborno. A denúncia profética parte da convicção de que o Deus-Javé, que libertou Israel do Egito, que fez uma aliança no Sinai, que acompanhou o povo pelo deserto, que o fez entrar na terra prometida, é um Deus justo, que quer uma economia defensora do pobre, do órfão e da viúva: “Ai daqueles que promulgam leis injustas, que redigem medidas maliciosas, para tapear o fraco na justiça, roubar o direito de meu povo explorado, para fazer viúvas suas vítimas e roubar dos órfãos” (Is 10,1-2). Quem age assim nem deve dirigir-se a Deus com as suas orações, pois ele não lhe fará caso (Is 1,15-18).

Conclusão: Jesus é o profeta que leva a salvação para a casa de Zaqueu

Embora só de forma indireta tenha reivindicado para si o título de profeta (Lc 13,13), Jesus foi o profeta por excelência, a síntese de toda ação profética. A sua denúncia à situação de injustiça econômica, buscando nova ordem nas relações com os bens, apareceu em várias de suas declarações públicas, como: “Não ajunteis tesouros aqui na terra, onde a traça e a ferrugem destroem e os ladrões assaltam e roubam. Ao contrário, juntai para vós tesouros no céu...” (Mt 6,19); “Onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração” (Mt 6,21); e ainda: “Ninguém pode servir a dois senhores: ou vai odiar o primeiro e amar o outro ou vai aderir ao primeiro e desprezar o outro. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro!” (Mt 6,24). Jesus nos chama a pôr o nosso coração, tesouro, os bens, em Deus, que nos ensina a viver a partilha, a solidariedade com os pobres em outro mundo possível. Foi esse o ensinamento que ele deixou para Zaqueu, o rico cobrador de impostos de Jericó, que primeiro vê Jesus do alto de uma árvore e depois o convida para ir à sua casa. Zaqueu se converteu e prometeu a Jesus que repartiria metade de seus bens com os pobres e, se tivesse prejudicado alguém, iria lhe restituir em dobro. Os primeiros cristãos, bem cedo, compreenderam essa proposta de economia solidária que gera a vida. Eles procuram demonstrar isso na distribuição dos bens (At 2,44-45). Quando o império

romano perseguiu os cristãos, foi essa visão de economia que os sustentou e os manteve unidos na fé em Jesus ressuscitado. Diante das graves epidemias de varíola, no ano 165, e de sarampo, em 250, que assolaram o império, causando mortandade entre crianças e adultos romanos, o número dos cristãos permaneceu crescente devido à solidariedade e à assistência fraternal entre eles. Assim, o cristianismo cresceu.

Jesus não teve dúvida de que Zaqueu havia compreendido a sua proposta de vida; por isso disse categoricamente: “hoje a salvação entrou nessa casa” (Lc 19,1-10). Hoje, salvação e casa: um advérbio e dois substantivos que revelam o sonho acalentado por cristãos, mas também por todos os que acreditam no Deus da vida, numa sociedade igualitária de paz, justiça e fraternidade universal, assim como nos propõe a Campanha da Fraternidade deste ano. Continuemos a acalentar e procurar, com nossas atitudes, a realização dessas eternas promessas do mestre Jesus, da casa de Nazaré.

* Padre franciscano, escritor, mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, especialista em evangelhos apócrifos, professor de exegese bíblica no Instituto Santo Tomás de Aquino (Ista) em Belo Horizonte e em cursos de Teologia para leigos. Autor de vários livros e artigos. Diretor geral e pedagógico dos Colégios Santo Antônio e Frei Orlando, ambos em Belo Horizonte. www.bibliaeapocrifos.com.br

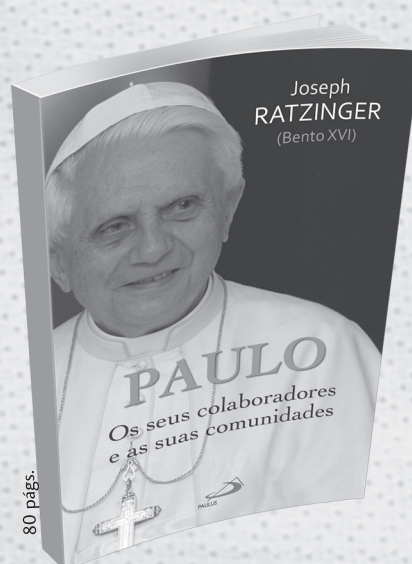
Notas:

1. Cf. FARIA, Jacir de Freitas. *Apócrifos aberrantes, complementares e cristanismos alternativos: poder e heresias!* Introdução crítica e histórica aos apócrifos do Segundo Testamento. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 12-14.
2. Usamos as terminologias Primeiro e Segundo Testamentos por razões ecumênicas relativas aos judeus.
3. Cf. FARIA, Jacir de Freitas. A releitura da Torá em Jesus. *Ribla*, Petrópolis: Vozes, n. 40, p.18, 2001.
4. Cf. CROATTO, José Severino. *Exlio y sobrevivencia: tradiciones contraculturales en el Pentateuco*. Lumen: Buenos Aires, 1997, p. 353-393.
5. Para um estudo dos profetas e profetisas nas história de Israel, veja o nosso livro: *Profetas e profetisas na Bíblia: história e teologia profética na denúncia, solução, esperança, perdão e nova aliança*. São Paulo: Paulinas, 2006.
6. Cf. SICRE, J. L. *Profetismo em Israel: o profeta; os profetas; a mensagem*, Petrópolis. Vozes, 1996, p. 367.

VIDA PASTORAL

Disponível também na internet,
em formato pdf.
www.paulus.com.br
www.paulinos.org.br

Conheça importantes
aspectos da vida
de Paulo e de seus
seguidores sob a ótica
do papa Bento XVI.



Paulo

Os seus colaboradores e as suas comunidades

Joseph Ratzinger

Escrita pelo papa Bento XVI, esta obra analisa as características da fé e da conduta de Paulo e seus discípulos às urgências da sociedade atual e reflete sobre os princípios e valores instituídos por Jesus, legados então às primeiras comunidades cristãs.

Vendas: (11) 3789.4000

SAC: (11) 3789.4119

paulus.com.br



A QUEM SERVIR: A DEUS OU AO DINHEIRO? REFLEXÃO À LUZ DE MATEUS 6,24

Valter Luiz Lara*

*A semana inteira fiquei esperando
Pra te ver sorrindo, pra te ver cantando
Quando a gente ama não pensa em dinheiro
Só se quer amar
(Tim Maia)*

Introdução

A pergunta do título deste artigo é simples e direta. No entanto, o texto de Mt 6,24 é ainda muito mais incisivo e contundente, pois dirige ao leitor um dito de Jesus em forma de sentença que nega categoricamente ser possível determinado tipo de atitude:

- a) *Ninguém pode servir a dois senhores:*
- b) *ou odiará a um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro.*
- c) *Não podeis servir a Deus e ao dinheiro (Mt 6,24).*

O conteúdo desse versículo é constatação da realidade que envolve a vida das pessoas em geral. Todos estão incluídos em duas possibilidades de comportamento: ou se serve a Deus, ou se serve ao dinheiro. Do ponto de vista do texto, não há meio-termo ou alternativa fora dessas duas possibilidades de serviço. Por isso, sua conclusão é pela negação de uma alternativa que possa juntar num mesmo sujeito os dois serviços.

O texto apresenta-se de maneira proverbial e disjuntiva (ou isto, ou aquilo), comunicando uma constatação de Jesus acerca da conduta humana diante destas duas realidades: “Deus” e “dinheiro”. Depois de ouvir ou ler sentença tão clara e direta, não há como não perguntar: de

que lado estamos, do lado de Deus ou do dinheiro? Pelo menos parece ter sido essa a intenção de quem a pronunciou e de quem a redigiu.

1. Indagações do leitor atual diante de Mt 6,24

Trazendo essa sentença para os nossos dias, não seria difícil extrair dela alguns ensinamentos que nos levariam a considerar ideias simples como avareza, ganância e egoísmo e outros comportamentos universalmente reconhecidos como expressão de absolutização do amor ao dinheiro acima de qualquer coisa, transformando o dinheiro em deus, em valor absoluto da vida da gente. Pelo menos em tese, muitos de nós admitimos que esses comportamentos são reprováveis e contrários a Deus. Sim, esse ensinamento não parece contradizer a mensagem do texto. Mas, por outro lado, proponho sairmos corajosamente do “em tese” e atentarmos para o mundo real com o qual estamos quase todos comprometidos cotidianamente.

A forma pela qual atualmente organizamos a vida em sociedade nos faz extremamente dependentes do dinheiro. De alguma forma, somos todos – uns mais, outros menos – servos, necessitados e desejosos do dinheiro para, no mínimo, sobrevivermos: comprar o pão, o leite, pagar o aluguel, a prestação, o passe do ônibus, a conta de luz, da água e do supermercado. Como de fato,

então, negá-lo? Ou não se trata disso? Mt 6,24 seria apenas apelo para os que vivem da especulação financeira e trabalham para acumular capital sem se importar com os meios que utilizam para tais fins e com as consequências danosas desse comportamento para os demais cidadãos? Podemos fazer uma concessão e considerar esse versículo não como negação do dinheiro, mas simplesmente como orientação para não fazer dele senhor de nossa vida? Podemos adotar essa linha de análise e nos contentar com ela ou há mais para extrair de Mt 6,24?

2. Para além de uma interpretação subjetiva e moralista

A interpretação de apelo moral contra o dinheiro entendida apenas como apego exagerado pode simplificar muitas coisas e esconder outras tantas. Pode, por exemplo, individualizar a interpretação e dar-lhe um tom intimista, formando gente extremamente escrupulosa em relação ao uso do dinheiro – o que de per si não parece estar errado, mas não dá conta de toda a realidade que a sentença pode querer abarcar. Esse tipo de interpretação, ao fechar-se no mundo da subjetividade moral, não consegue enxergar o mundo mais objetivo das relações econômicas, sociais e políticas do qual o dinheiro é componente estruturante, senão essencial, no que tange à forma pela qual a sociedade inteira se organiza. Ignorar esse mundo, que inclui evidentemente o comportamento individual, mas não se restringe à subjetividade moral, pode nos aprisionar numa interpretação inocente e acrítica das estruturas das relações em que o dinheiro aparece não apenas como objeto de nosso desejo, mas, sobretudo, como realidade organizadora do nosso sistema de vida. Dessa forma, vamos considerar Mt 6,24 à luz de nossa situação real de dependência em relação ao dinheiro e à luz do papel central que ele exerce na dinâmica das relações sociais. Dinheiro, em forma de capital, tal como pode ser considerado hoje, sem dúvida é centro estruturador do funcionamento da sociedade. Por isso, permitiu aos primeiros estudiosos da sociedade industrial chamá-la de capitalista. Em sintonia com esse pressuposto, sugerimos como proposta de análise um percurso que pode nos ajudar a verificar o significado mais preciso assumido por Mt 6,24 ao ser pronunciado em seu contexto original, mais diretamente ligado aos interlocutores do tempo de Jesus.

O ponto de partida deve ser uma avaliação crítica do papel desempenhado pelo dinheiro no contexto atual e utilizá-la como pré-texto e condição para perguntarmos se ele exerce ou não as mesmas funções no contexto específico da sociedade do tempo de Jesus. Desse modo, abrese a possibilidade de compreensão não apenas do que a nossa subjetividade sociocultural impõe ao texto, mas também do que, de fato, dele se pode extrair de instigante para a complexa realidade em que vivemos; e tudo isso sem perder a fidelidade ao que o dito de Jesus pode ter significado aos seus interlocutores mais próximos.

3. O papel e o significado do dinheiro em nossa sociedade à luz do conflito “capital versus trabalho”

No mundo atual, dominado pelo sistema de mercado, dinheiro representa poder de acesso às mercadorias. O conceito de mercado aqui assumido é bem abrangente; supõe não só os supermercados, lojas ou feiras nos quais trocamos dinheiro por mercadorias, mas a totalidade de todos esses estabelecimentos de compra e venda. Inclui leis, processos, sujeitos envolvidos e princípios que marcam relações entre pessoas, produção e consumo de mercadorias e, de certa forma, a própria divisão social do trabalho. No caso específico do mercado de trabalho, predomina o contrato sob a forma de aluguel da força de trabalho. Aluga-se – por meio do poder e do dinheiro dos que detêm a propriedade do capital em forma de meios de produção – a força de trabalho (pago usualmente sob a forma de salário) dos que não possuem outra coisa para adquirir dinheiro a não ser sua capacidade para o trabalho.

3.1. *Só o trabalho gera dinheiro?*

Na vida da grande massa de trabalhadores do mundo inteiro, sim: só o trabalho gera dinheiro. E assim, determinados e subordinados pela lógica do mercado neste nosso mundo, para eles a posse de dinheiro é condição primeira e irremediável para a posse de bens e acesso a serviços. Embora a grande maioria busque obter dinheiro por meio de seu trabalho, felizmente ou infelizmente – depende de quem julga – há inúmeras outras possibilidades legais e ilegais de consegui-lo sem ter de trabalhar.

Em tese – pois na prática há variações, desvios e desmandos nas emissões de moeda pelos

governos –, do ponto de vista da ciência econômica, o montante em cédulas e moedas que circula em dada sociedade deve representar o valor equivalente ao total da riqueza produzida pelo trabalho. Essa riqueza é medida segundo a quantidade total de bens e serviços produzidos em determinado período – cujo resultado é expresso sob a fórmula designada por PIB – Produto Interno Bruto. Daí a teoria de Adam Smith – autor considerado o pai da sociedade de livre mercado –, segundo a qual capital pressupõe trabalho produtivo e, por isso, a riqueza das nações deve estar presumida na capacidade de produção pelo trabalho (Smith, 1983, p. 35; p. 57-75).

Portanto, segundo a mesma teoria, trabalho gera capital, embora capital investido e acumulado possa também gerar trabalho. Na prática, porém, o fato nu e cru é que existe capital sem a necessária colaboração e implicação do trabalho. Há bens que já estão dados para a sociedade e independem do trabalho: terra e as inúmeras fontes de energia presentes na natureza, incluindo fauna e flora, são bons exemplos. A apropriação privada de tais bens os transforma em capital privado, provocando na sociedade uma desigualdade imensa, pois cria o grupo dos que têm a posse ou o usufruto desses bens e o grupo dos que não têm acesso a eles (Rousseau, 1999, p. 203).

Nesse caso, o trabalho fica refém do capital. A terra, por exemplo, é meio de produção capaz de gerar mais capital com base no trabalho, mas, quando a sua posse ou usufruto é restrita a poucos, o trabalho acaba ficando subordinado aos interesses de quem detém a propriedade do capital, os quais nem sempre são produtivos e não poucas vezes são meramente especulativos. O nosso dia a dia vivido no sistema capitalista de produção parece realmente demonstrar o contrário da teoria de Adam Smith: dinheiro tem o poder de gerar mais dinheiro sem precisar do trabalho, como já demonstramos. Todos sabem que não são poucos os que vivem de renda e de especulação financeira em prejuízo do investimento produtivo gerador de emprego e benefício social. A exceção, nesse caso, reúne a imensa maioria, os que vivem apenas do suor de seu trabalho e são obrigados a alugar sua força de trabalho como garantia para ter acesso ao dinheiro e ao que ele, por sua vez, é capaz de trazer em bens e serviços.

3.2. *Apropriação privada dos meios de produção na origem da oposição entre capital e trabalho*

Da oposição entre capital e trabalho deriva a divisão social básica da sociedade de classes: aqueles que só têm o trabalho como meio para adquirir os bens necessários para a sua sobrevivência e aqueles que concentram para si mesmos a posse privada dos meios de produção (João Paulo II, 1981, p. 26).

A terra é só um exemplo, pois o avanço e a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas acabaram ampliando a variedade dos meios de produção. Ciência, conhecimento e tecnologia, meios de transporte, fontes, redes e estruturas de armazenamento e distribuição de energia, além do conjunto dos meios de comunicação, são outros bons exemplos de meios de produção apropriados por particulares. A posse privada desses meios numa sociedade como a nossa é, por um lado, direito e expressão de livre iniciativa e, por outro, expressão de desigualdade e injustiça social.

3.3. *O predomínio do capital sobre o trabalho*

A disputa pela posse da terra e pelo direito ao trabalho livre e autônomo nela tem sido um dos maiores problemas da história humana e ainda é questão não resolvida na maior parte do planeta, principalmente no Brasil, causando fome, violência e morte.

O que temos então é o predomínio do capital sobre o trabalho, injustiça denunciada inúmeras vezes pela Igreja em suas encíclicas sociais desde Leão XIII (Bigo e D'Ávila, 1986). Com base nessa consciência do papel ambíguo do dinheiro concebido pelo viés do conflito “capital *versus* trabalho” é que propomos a leitura e aproximação de Mt 6,24. Sua interpretação deve ser feita segundo a consciência crítica do nosso contexto atual na consideração desse modelo de organização social e econômica de produção capitalista. Caso contrário, vamos continuar numa linha de interpretação moralista e individual, prescrevendo escrúpulos com relação ao uso do dinheiro, sem vislumbrar a crítica ao sistema injusto que o erige acima do trabalho, negando vida digna à maioria dos trabalhadores – privados do acesso aos bens destinados por Deus ao usufruto de todos os seus filhos.

Por isso, é preciso verificar, para dispormos de um termo de comparação com a nossa sociedade,

os casos em que comunidades humanas vivem sem dinheiro, onde não existe o conflito entre capital e trabalho. Em seguida, voltando no tempo, é preciso investigar as origens do dinheiro para notar exatamente sua função original e sua relevância relativa em sociedades pré-capitalistas, sobretudo em rincões onde se vive direta e mais exclusivamente em função do trabalho apenas para a subsistência da comunidade, com pouca ou quase nenhuma produção de excedente.

4. Sociedades sem dinheiro e a origem da moeda

Não precisamos ser economistas para saber-mos que o dinheiro é uma realidade em forma de moeda, nota (cédulas impressas pelo governo mediante o Banco Central) ou outro meio qualquer de crédito, cheque, ações ou outro valor que permite a troca das mercadorias no mundo dos intercâmbios comerciais. Dinheiro representa poder de troca.

Sem dinheiro ou com pouco dinheiro, o sujeito está condicionado à situação de miséria e exclusão social. Pelo menos é o que revela nossa experiência no dia a dia.

Mas nem sempre foi assim. Os seres humanos nem sempre viveram sob o domínio de sistemas econômicos monetários, isto é, comandados por valores centrados na cunhagem de moedas ou de cédulas.

Antes de prosseguirmos a análise, já podemos vislumbrar alternativas de interpretação de Mt 6,24 cujo teor ultrapasse a leitura ingênua e moralista denunciada por nós anteriormente. Afinal, se houve formas de organização social e de produção econômica não baseadas no dinheiro, há então possibilidade de ver no dito de Jesus mais do que a negação pura e simples do serviço ao dinheiro como contrário a Deus – ver também a proposição de outro sistema de organização socioeconômica capaz de sobreviver sem dinheiro? Ou ainda, será que há – presumido na fala de Jesus – algum tipo de organização socioeconômica que confira um papel diferente, menor ou secundário ao dinheiro e no qual usá-lo não implique servi-lo como a um deus em substituição às exigências do serviço ao Deus verdadeiro? Essa questão nos faz perguntar pelas origens do dinheiro e pelo modo como a sociedade do tempo de Jesus estruturava suas relações com base nele.

Resta-nos, assim, ler o texto de Mt 6,24 à luz do contexto, buscando modelos dominantes e alternativos possíveis que possam ter servido como pano de fundo histórico e social para a crítica contundente ao dinheiro ali presente. Mas primeiro vamos às origens do dinheiro na sociedade humana.

Na origem do dinheiro está a cunhagem de moedas, inventada para facilitar e favorecer as trocas em espécie, o que tradicionalmente foi chamado de escambo. O rei da Lídia, por volta dos séculos VIII e VII a.C., em região próxima da antiga Grécia, ficou conhecido como o primeiro a cunhar moedas. Entretanto, a circulação de moedas, durante muito tempo, permaneceu restrita às cidades e ao ambiente do comércio realizado nos meios urbanos. As comunidades humanas continuaram a viver segundo o escambo, trocando seus produtos e serviços segundo o valor de uso ditado pelas necessidades do cotidiano.

Mesmo com a cunhagem de metais preciosos (a princípio ouro, prata, cobre e bronze), que introduziu valores monetários previamente estipulados em unidades diversificadas, facilitando as trocas comerciais, as relações entre os camponeses produtores em economias de subsistência com pouca ou quase nenhuma produção de excedente continuaram a ser dominadas pelo escambo. Em muitas sociedades desse tipo, em comunidades menos complexas (tribais, autóctones e indígenas), o sistema das trocas em espécie funciona até hoje. O dinheiro, em forma de moeda, penetrou a praça do mercado, mas só aos poucos, pelo domínio da cidade sobre o campo, é que, pela via da imposição de sistemas tributários cada vez mais complexos, chegou também ao mundo dos camponeses.

5. O dinheiro na sociedade do tempo de Jesus

A Palestina do tempo de Jesus estava inteiramente subordinada ao domínio externo do império romano e de certa forma procurava manter os valores de suas tradições culturais, convivendo em muitos lugares, sobretudo nas cidades, com forte influência dos costumes propagados pela difusão da cultura grega.

5.1. Sociedade escravocrata

No que se refere ao padrão dos relacionamentos sociais, o mundo helênico se constituiu his-

toricamente pelo predomínio da relação “senhor *versus* escravo” como sua base produtiva econômica. Com o domínio de Roma, essa relação se expandiu ainda mais. Havia outras formas de relacionamento social, mas essa fundamentava a ordem de todos os valores da vida econômica, social, política e ideológica. Para compreendermos melhor o que significava tal relação como base da organização social, basta lembrar que, nos momentos áureos do predomínio de Roma, a “cidade eterna” chegou a possuir quase 2/3 de escravos na composição de sua população. Não é por acaso que o Novo Testamento está cheio de imagens referindo-se à relação “senhor-escravo” e ao verbo “servir”. Não se trata de relação meramente voluntária, como pode sugerir a palavra “servo”, “servidor”, quando traduzimos para o português a palavra *doulos* do grego. A relação do senhor com seu servo é marcada por um código e contrato jurídico, com implicações e deveres nas dimensões econômicas, sociais e políticas. Conforme definia o estatuto jurídico romano, escravo era *instrumentum vocalicum*, isto é, coisa que fala, propriedade absoluta de seu senhor.

5.2. Relações desiguais clientelistas

Ao lado da estrutura das relações entre senhor e escravo, havia outra ainda mais abrangente que moldava a diferenciação ou assimetria social em todas as esferas da realidade, atingindo todos os indivíduos e pondo-os uns diante dos outros segundo relações de dependência. Essa relação classificava qualquer pessoa numa situação cuja ordem a definia como “inferior” ou “superior” diante dos outros, mas raramente como igual, mesmo sendo da mesma categoria ou origem social. Assim se estabeleciam vínculos de dependência não só entre senhor e escravo, mas entre senhores, escravos e cidadãos, também dentro de suas próprias classes sociais, de modo a criar uma escala gigantesca de relações em que prevalecia o critério da sujeição do inferior ao superior, chamada de relação clientelista: patrono *versus* cliente.

Todas as classes sociais estavam submetidas ao modelo de subordinação, lealdade e obediência que o inferior devia ao superior. Sempre havia, na pirâmide social romana, alguém considerado mais forte, de maior *status* social, político ou econômico, estabelecido um ou mais degraus acima da condição social de outrem –

exceto o imperador, patrono de todos e cliente de ninguém. Na maioria das vezes, o patrono era alguém com considerável posse, capaz de assistir às necessidades urgentes ligadas à vida de seus clientes. Seu poder econômico, *status* social e prestígio político deviam estar acima dos que, em troca, lhe podiam prestar homenagem, apoio, prestígio e serviço. Havia uma relação de lealdade e fidelidade entre ambas as partes. O patrono devia ajudar seus clientes em momentos de necessidade, e, por sua vez, os clientes, fossem escravos ou cidadãos livres de menores posses, poder e *status*, deviam oferecer apoio, elogio, cuidados, obediência e serviços ao patrono.

Na relação patrono-cliente há uma oposição dentro de um quadro estrutural de mútua dependência e cumplicidade social. É exatamente isso que ideologicamente justificava a aceitação da desigualdade e injustiça presentes na totalidade das relações sociais do mundo romano (Moxnes, 1995, p. 48-49).

5.3. Função do dinheiro na sociedade e no tempo de Jesus: cidade *versus* campo

Nas cidades impera a lógica do mercado. Trata-se de lugar onde ocorrem os intercâmbios comerciais, onde se troca tudo, de moedas a escravos, de alimentos e gêneros de primeira necessidade a artigos sofisticados consumidos pela elite, como vestes finas e adornos requintados. Nesse mundo, o dinheiro é imprescindível. Riqueza é sinônimo de poder, *status* e acesso aos bens. Nas cidades encontra-se, ademais, o mercado em que se pode fazer compra e venda de escravos; nelas, as relações clientelistas são muito mais explícitas, pois patronos usam do poder e prestígio que sua riqueza lhes confere para trocar favores com gente disposta a mantê-los no poder. O caráter centralizador da economia é garantido pela presença sempre eficiente da força coercitiva da polícia local ou romana e pelo ordenamento jurídico do sistema de cobrança dos tributos, cujo patrono máximo é o imperador.

Tudo isso é mantido com base numa economia de produção agrária sustentada pelos camponeses e totalmente subordinada aos grandes proprietários de terra, os quais, na maioria das vezes, residem nas cidades. No entanto, é ao redor de pequenas cidades, vilas e aldeias que sobrevive a maior parte da população daquela época. Os lugares por onde Jesus passou a maior

parte de seu ministério fazem parte desse cenário rural demarcado por pequenos centros de residência, encontro e intercâmbio social e político – é o caso das aldeias sem muita importância política e comercial, como Nazaré, Caná e Cafarnaum, distantes não apenas geograficamente, mas também social, comercial e politicamente de polos urbanos como Jerusalém, Cesareia e Séforis.

5.3.1. O dinheiro na perspectiva de Jesus e de seu contexto como cidadão pobre das aldeias periféricas da Galileia

Jesus é habitante de um mundo cujo *ethos* está comprometido com os costumes rurais, muito bem demarcados pelas heranças deixadas pela sociedade tribal, familiar e patriarcal, propiciamente representadas pelos movimentos proféticos e sapienciais presentes nas tradições da fé bíblica do Primeiro Testamento e atuantes nos movimentos socioreligiosos daquele tempo, como o do Batista, dos essênios e dos zelotes.

Como pequeno artesão que era (carpinteiro de origem: Mc 3,6), Jesus vivia nas pequenas aldeias próximas do campo. Exercia uma profissão cujas características deviam estar bem próximas do que hoje podemos chamar de pedreiro ou carpinteiro; era alguém que realizava toda espécie de serviços ligados às necessidades da casa, de consertos de móveis e utensílios até obras simples de reparo e construção. Seu mundo é a Galileia, lugar da rebeldia contra os romanos e de resistência cultural, ambiente bem diferente de cidades helenizadas como Séforis. Seu mundo está ligado ao *ethos* do camponês das pequenas vilas e aldeias. Embora saiba – e tema – o que significa a relação “senhor *versus* escravo”, sua tradição mantém a fé inabalável de um povo cujo Deus o libertou da escravidão. A dominação imperial e o perigo de tornar-se escravo por dívidas são fatos incômodos presentes todos os dias. Tributação opressiva do trabalhador e do pequeno proprietário não deixa viver livre o povo camponês, mesmo que este não chegue a ser transformado (juridicamente) em escravo.

Nas aldeias se convive a duras penas com o que restou de uma economia baseada na memória da tradição bíblica tribal fundada na subsistência familiar e na autonomia produtiva. Nesta sociedade, só Iahweh é Rei (Jz 8,23); a

terra é partilhada segundo as necessidades de cada clã familiar (Js 13-20); Iahweh é o Deus que libertou o povo da casa da escravidão (Lv 26,13; Dt 6,12) para que ninguém seja escravo (Lv 25,55); ninguém é dono da terra, a não ser Iahweh, seu único proprietário (Dt 10,14). No mundo da aldeia israelita ainda persiste a força crítica dessa memória religiosa. Não é difícil imaginar em gente que mantém viva essa memória o desejo de poder sobreviver sem a necessidade da moeda ou, ao menos, deixá-la restrita a mero instrumento de troca, para uso apenas de quem precisa ir ao mercado.

Para essa gente do campo, o escambo, em situação normal, é uma possibilidade real. Dinheiro é realidade do mercado imprescindível na cidade, onde preside a ordem do mercado. No campo, ao contrário, dinheiro ou é pagamento (denário) do diarista empobrecido que perdeu sua pequena propriedade e agora é obrigado a trabalhar para outro, ou é valor que se deve pedir emprestado para suprir as necessidades em caso de fracasso produtivo ou pagamento de dívidas. Na melhor das hipóteses, na ótica do aldeão, dinheiro é o que se consegue trocar com a venda dos produtos da colheita para, em seguida, conseguir pagar os tributos devidos a César, ao templo ou a Herodes.

É, pois, do ponto de vista do mundo aldeão e campesino, buscando guardar as tradições da vida tribal familiar segundo a memória de sua fé milenar, que podemos compreender o dito de Jesus sobre dinheiro e Deus em Mt 6,24.

Numa análise atenta sobre os aspectos econômicos presentes no Evangelho de Lucas, Halvor Moxnes, em seu livro *A economia do reino*, verifica ser a “ausência de dinheiro como o meio de intercâmbio” um traço característico de economias camponesas. Nesse sentido, vale a pena transcrever suas conclusões:

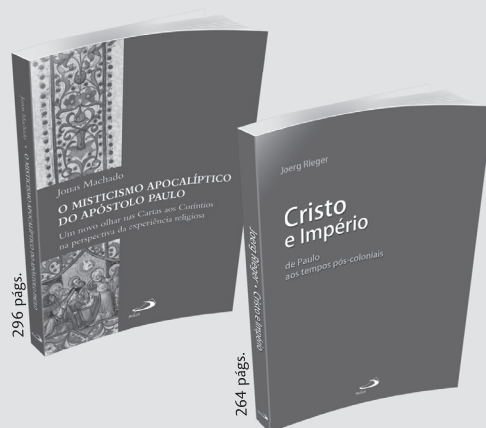
Embora a economia de mercado como tal não figure de forma proeminente no Evangelho de Lucas, o dinheiro, sob a forma de moedas de cobre ou de prata, aparece como meio de intercâmbio muito empregado. Mas trata-se de um intercâmbio não tanto na forma de comércio sob forma de “mercado livre” mas na de obrigações dos camponeses para com os seus superiores. Elas incluíam dívidas e aluguéis que deviam ser pagos aos proprietários pelo arrendamento da terra, impostos e taxas

devidos à administração romana, e as ofertas ao templo. Assim, nas passagens que referem a dinheiro não entramos no mundo social dos comerciantes e negociantes, e sim naquele do camponês. Quando Lucas menciona dinheiro e transações monetárias, pode estar descrevendo a transição de uma economia camponesa baseada no intercâmbio de mercadorias para uma economia monetária, embora não de mercado livre. Os camponeses conseguiam o dinheiro necessário para fazerem frente a suas obrigações vendendo o seu excedente de produção. Os preços dos produtos dos pequenos proprietários não eram estabelecidos pelo mercado livre, eram determinados pelos grandes proprietários. A exigência de pagar taxas e aluguéis em dinheiro era, portanto, outra forma de aumentar a pressão sobre os pequenos proprietários e de torná-los ainda mais dependentes de proprietários maiores (Moxnes, 1995, p. 71).

De qualquer modo, vindo pela ótica dos camponeses, dos pequenos proprietários, dos endividados e trabalhadores arrendatários e das outras camadas da população despossuída, a introdução do dinheiro como meio de troca tornou-o, a princípio, alvo de apreciação muito mais negativa do que positiva. Afinal de contas, numa economia que não dependia do dinheiro para garantia da subsistência, mas em que ele, ao contrário, estava quase sempre associado à necessidade de pagamento de tributos devidos ao Estado, ao templo e aos grandes proprietários, não ficava difícil ter um juízo depreciativo a respeito do dinheiro, associando-o ao sistema iníquo de injustiça e desigualdade social que penalizava pobres em detrimento dos ricos. Nesse contexto, não é de estranhar o juízo severo do povo contra os cobradores de impostos e o discernimento de Jesus em favor dos pobres, apresentando-os como os sujeitos privilegiados do reino de Deus (Lc 6,20; Mt 5,3; 11,5.25).

O juízo de Jesus sobre o dinheiro é fruto de seu discernimento da realidade vivida pelo povo, que sofria a influência nociva da economia monetária associada ao pesado tributo e ao comércio de escravos e mercadorias cada vez mais inacessíveis às condições do camponês. Tudo isso provocava endividamento crescente dos que sobreviviam apenas do trabalho na terra e, por

Defensor incansável do evangelho, Paulo foi escolhido por Cristo para difundir a Palavra de Deus.



O misticismo apocalíptico do apóstolo Paulo Um novo olhar nas Cartas aos Coríntios na perspectiva da experiência religiosa

Jonas Machado

O autor apresenta, de maneira clara e bem organizada nas três partes que compõem esta obra, um resumo histórico da teologia de Paulo, o estágio em que se encontram os estudos paulinos atualmente, estuda o contexto religioso do apóstolo das gentes e faz uma análise pontual das cartas escritas aos coríntios.

Cristo e Império De Paulo aos tempos pós-coloniais

Joerg Rieger

Neste livro, o autor examina como as imagens que temos de Cristo foram moldadas em pontos decisivamente significativos, pesquisa que possibilita abrir novos olhares no estudo da teologia e particularmente no estudo da figura de Jesus Cristo.

Vendas: (11) 3789.4000

SAC: (11) 3789.4119

paulus.com.br



PAULUS

sua vez, gerava absurda concentração da terra nas mãos de poucos. Empobrecimento, miséria, fome e escravidão, aos olhos de Jesus camponês, estavam associados, sem dúvida, ao dinheiro como símbolo da intervenção monetária na economia livre e de subsistência das pequenas aldeias israelitas da Galileia. Suas palavras situam o serviço ao dinheiro em oposição ao serviço a Deus, pois os ricos proprietários, cheios do dinheiro, servem a um sistema de opressão e destruição da comunidade campestre, evidenciando a mais brutal contradição com o sistema desejado por Deus.

Considerações finais

Não pretendemos esgotar o assunto, muito menos a análise de Mt 6,24. Entretanto podemos encaminhar algumas sugestões para quem deseja realizar uma interpretação mais detalhada desse texto. Diferentes possibilidades de significação começam a se abrir quando reconhecemos o trabalho de composição redacional feito pelos evangelistas ao recolherem da tradição oral, cada qual a seu modo ou segundo alguma fonte já escrita, as palavras de Jesus.

A primeira constatação necessária a ser feita é esta: o texto escrito de Mt 6,24 é paralelo a Lc 16,13; trata-se de texto pertencente ao conjunto de palavras de Jesus comuns a Mt e Lc e, portanto, considerado pelos pesquisadores como proveniente de uma fonte independente e original ainda não encontrada pelos arqueólogos, mas apenas deduzida desses dois evangelhos: a fonte Q (Q de *Quelle* – em alemão, “fonte” – fonte comum a Mt e Lc). Esse texto contém o sermão da montanha (Mt) ou de planície (Lc) e outros ditos de Jesus que marcam as características mais primitivas do movimento organizado por ele junto aos seus primeiros discípulos, atuando nas aldeias da Galileia. Trata-se, possivelmente, de um dos primeiros registros escritos sobre o homem de Nazaré, tendo sido composto provavelmente entre as décadas de 40 e 50 d.C. O evangelho extracanônico de Tomé, também considerado primitivo em suas primeiras redações, contém palavras semelhantes. Os testemunhos múltiplos e primitivos bem como a semelhança da sentença nessas fontes colaboram para apoiar a opinião de que a sentença realmente nos remete

às palavras do Jesus histórico, tal como pressupomos desde o início desta reflexão.

Nesse sentido, além do esforço que fizemos para contextualizar Mt 6,24 na sociedade do tempo de Jesus, seria muito interessante considerar os novos significados que podem ser acrescentados às palavras de Jesus à medida que elas vão sendo inseridas nos novos contextos históricos e sociológicos dos redatores. Os contextos específicos das comunidades dos redatores de Q, Tomé, Mateus e Lucas, podem condicionar o modo pelo qual cada um deles pretendeu comunicar e transmitir as palavras de Jesus. Mas o levantamento de novos significados dados por cada um dos autores do evangelho fica para uma próxima vez, pois exige um aprofundamento da crítica redacional. Interessa-nos, a título de conclusão, retomar um pouco mais de perto a palavra original recolhida em todos esses textos e cuja tradução em português é “dinheiro”.

Na verdade, a palavra do texto grego original é mais precisamente *Mamona*. O que isso significa? Por que Jesus teria usado *Mamona*, uma vez que essa palavra é transcrição grega de palavra aramaica para se referir a dinheiro?

Mamon, em sua forma substantiva, não é exatamente dinheiro na forma específica de moeda, como lépton, denário, *assarion*, dracma ou *argyrion*, mina ou talento. Não é palavra que serve para designar genericamente qualquer moeda ou o que mais proximamente traduziríamos como dinheiro. *Mamon* é nome próprio de um dos deuses do panteão variado da cultura pagã do Oriente antigo, mais precisamente da Síria. Ele representa o culto ao dinheiro como expressão de riqueza. É o representante sírio do deus responsável pela riqueza, cujo culto tem como objetivo favorecer o enriquecimento de seus adoradores e, por conseguinte, a manutenção e reprodução do sistema comercial monetário que lhe está pressuposto.

Sendo assim, voltamos ao princípio deste artigo e deparamos agora não apenas com o agir individual de sujeitos que devem simplesmente rejeitar esta ou aquela moeda, escolher entre o uso do dinheiro para este ou aquele determinado fim e o serviço a Deus. Afinal, Jesus não está se referindo ao preço justo do trabalho que deve ser pago (normalmente em

dinheiro) ao trabalhador. Em algumas parábolas, ele mesmo admitiu que devia ser pago salário justo ao trabalhador da última hora (Mt 20,1-16). Portanto, o que está em jogo em Mt 6,24 é a rejeição contundente de um sistema cujo deus não é Iahweh, pois não persegue a lógica da justiça distributiva e da reciprocidade de dons provenientes do trabalho, capaz de suprir igualmente o sustento da família, do clã e da comunidade.

O dinheiro personificado como deus *Mamon* representa o sistema cuja moeda governa a vida e a morte das pessoas. Na ótica de Jesus e de seus discípulos, esse deus é iníquo. Esse “*Mamon-dinheiro*” é dispensável. Sem ele pode-se muito bem tocar a vida segundo os princípios da dádiva e da reciprocidade distributiva: “Não leveis ouro, nem prata, nem cobre nos vossos cintos, nem alforje para o caminho, nem duas túnicas, nem sandálias, nem cajado, pois o operário é digno do seu sustento” (Mt 10,10). A alternativa apontada é o sistema econômico das pequenas aldeias. Sem a interferência do sistema monetário, a justiça desejada por Iahweh flui muito melhor.

Desse modo, podemos afirmar que Mt 6,24 impõe uma escolha: o serviço de dois senhores, de dois deuses, de duas lógicas e, por isso mesmo, de dois absolutos da vida. A linguagem é religiosa, embora o foco seja econômico. Está pressuposto pela sentença disjuntiva (ou “a” ou “b”) – a escolha de um exclui o outro. Nessa linha, Jesus segue a tradição dos profetas que criticaram duramente o sistema econômico tributário e comercial em vigor nas cidades, causa do sofrimento e violência contra os pobres (Am 2, 6; 5,11-12; Is 5,8).

O sentido profético e profundamente atual das palavras de Jesus está no discernimento necessário que temos de fazer do sistema de produção e reprodução de nossas vidas tanto do ponto de vista material como do ponto de vista ético e espiritual. Pois a miséria é um problema ético e espiritual para os que não são miseráveis, embora para os primeiros seja um problema material de sobrevivência. *O discernimento é este: como queremos organizar a economia e, com base nela, nossa vida como um todo?* O nosso mundo vive em crise e ultrapassa bem mais os limites do que se chamou de crise financeira. Sem cair no lugar-

comum, é preciso admitir: a crise realmente é de valores. Precisamos decidir a quem, de fato, queremos servir. A crise financeira é apenas a ponta do *iceberg*. Alguns dizem que saímos dela, mas a qualquer momento podemos vê-la retornar, sobretudo porque não foram corrigidas e alteradas as causas que a provocaram (escrevo em setembro de 2009). O fato é que os mais pobres foram afetados profundamente e os dados mostram o avanço da fome e da indigência em todo o mundo.

Neste momento, novamente temos a oportunidade de decidir se queremos servir à lógica do sistema que privilegia o mercado financeiro e o desenvolvimento completamente cego aos limites das possibilidades dos recursos naturais ou se vamos organizar novas lógicas de solidariedade cuja finalidade seja suprir, em primeiro lugar, as necessidades reais da população mais pobre do planeta. É preciso decidir logo, caso contrário, corremos o risco de escolher o deus errado, um ídolo que nos conduzirá à destruição da própria vida. O momento exige de nós, conforme Mt 6,24, o testemunho de fé em favor do serviço ao Deus da vida. Em outras palavras, significa ter a coragem de testemunhar alternativas e esperanças de que outro mundo realmente é possível.

* Mestre em Ciências da Religião pela PUC de São Paulo.
Professor de Filosofia, Teologia
e Estudo do Homem Contemporâneo
da Universidade São Francisco
em Bragança Paulista e Itatiba/SP.

Bibliografia

- ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas, 1988.
- ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. *A idolatria do mercado: ensaio sobre economia e teologia*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BERGER, Klaus. *As formas literárias do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1998.
- BIGO, Pierre; D’ÁVILA, Fernando Bastos. *Fé cristã e compromisso social*. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1986.
- CNBB. *Solidários na dignidade do trabalho*. Manual da CF-1991. Brasília: Salesiana Dom Bosco, 1990.
- CROSSAN, John Dominic. *O Jesus histórico: a vida de um camponês judeu do Mediterrâneo*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- EGGER, Wilhelm. *Metodologia do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1994.
- HOUTART, François. *Religião e modos de produção pré-capitalistas*. São Paulo: Paulus, 1982.

- JOÃO PAULO II. *Carta encíclica sobre o trabalho humano Laborem Exercens*. São Paulo: Loyola, 1981.
- MACK, Burton L. *O evangelho perdido: o livro de Q e as origens cristãs*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro segundo: o processo de circulação do capital. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MOXNES, Halvor. *A economia do Reino: conflito social e relações econômicas no Evangelho de Lucas*. São Paulo: Paulus, 1995.
- PINSKY, Jaime (Org.). *Modos de produção na Antiguidade*. São Paulo: Global, 1984.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SUNG, Jung Mo. *Teologia & economia: repensando a teologia da libertação e utopias*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- THEISSEN, Gerd. *Sociologia do movimento de Jesus*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1989.
- VAAGE, Leif. Jesus economista no Evangelho de Mateus. *Ribla*, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 27, p. 116-133, 1997.
- VV.AA. Fora do mercado não há salvação? *Concilium*, Petrópolis: Vozes, v. 2, n. 270, 1997.
- _____. Cristianismos originários (30-70 d.C.). *Ribla*, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 22, 1995.
- _____. Jesus histórico. *Ribla*, Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal, n. 47, 2004.
- WEGNER, Uwe. Jesus, a dívida externa e os tributos romanos. In: REIMER, Ivone Ibichter (Org.). *Economia no mundo bíblico*. São Leopoldo: Cebi: Sinodal, 2006.
- WENGST, Klaus. *Pax romana: pretensão e realidade*. Experiências e percepções da paz em Jesus e no cristianismo primitivo. São Paulo: Paulinas, 1991.

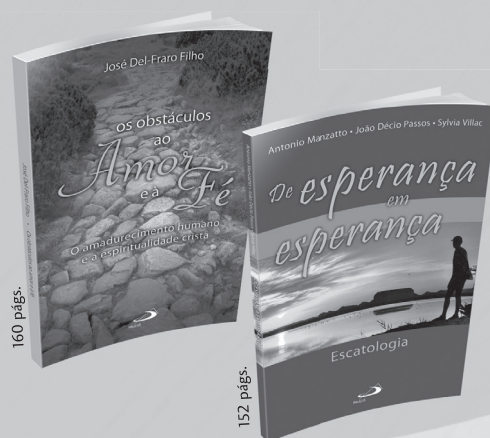
LITURGIA DIÁRIA DAS HORAS

A forma de oração cultivada e aprovada pela longa tradição da Igreja em formato que permite mais fácil acesso e manuseio para todo o povo cristão, de maneira a difundir e recuperar essa prática milenar. Os fascículos mensais trazem os dois principais momentos de oração diários: as Laudes (oração da manhã) e as Vésperas (oração da tarde).

Assinaturas: (11) 3789-4000

✦ assinaturas@paulus.com.br

Cultive o amor, a fé e a esperança.



Os obstáculos ao amor e à fé O amadurecimento humano e a espiritualidade cristã José Del-Fraro Filho

Este livro aborda temas como relacionamento conjugal, relação entre pais e filhos, depressões, entre outros, além de mostrar o papel da psiquiatria em sua vertente clínica e social. Para ilustrar alguns conceitos expostos nestas páginas, Del-Fraro utiliza alguns poemas e letras de música.

De esperança em esperança Escatologia

Antonio Manzatto; João Décio Passos; Sylvia Villac
A obra procura fazer com que o leitor reflita acerca do poder da esperança. O primeiro capítulo tem caráter mais introdutório, ao passo que no decorrer das páginas, os autores se aprofundam na problemática e apresentam os fundamentos bíblicos da esperança, desde o Antigo Testamento até a morte e a ressurreição de Jesus.

Vendas: (11) 3789.4000

SAC: (11) 3789.4119

paulus.com.br



ECONOMIA: UMA TAREFA ESPIRITUAL PARA AS COMUNIDADES CRISTÃS

Jung Mo Sung*

O que faz uma pessoa quando se sente deprimida, “menos gente” ou meio perdida na correria do dia a dia? Em outras épocas, ela provavelmente – mesmo que não fosse muito religiosa – iria a uma igreja para rezar ou seria orientada por alguém a fazer isso. Na oração, na meditação ou em algum ritual dentro do lugar sagrado, ia aos poucos recuperar o senso de dignidade, autoestima e força. Assim, recuperava a sua “humanidade” desgastada na correria do dia a dia e ia se sentir mais forte, mais pura e mais digna. Por isso, os estudiosos das religiões dizem que o lugar sagrado é o lugar aonde as pessoas religiosas vão para, no encontro com a pureza e a força do sagrado ou de Deus, purificar-se e recuperar a força para continuar a luta pela vida. Nas orações e rituais, o sentido da vida é recuperado ou fortalecido e a pessoa passa a olhar o futuro de modo mais esperançoso.

Hoje em dia, a história seria diferente para a maioria das pessoas da nossa sociedade. Se uma delas morasse em cidades grandes ou médias, a sugestão mais ouvida seria: “Vá ao *shopping* fazer compra!” ou: Vá ao *shopping* ver vitrines, tomar um ar!” É como se o “ar” do *shopping* fosse especial, assim como era o ar das igrejas e catedrais no passado. Em cidades sem *shoppings*, a sugestão seria visitar a rua comercial. E o *shopping center* não é nada mais do que um centro comercial. Ou não? O que há nas vitrines e nas mercadorias por nós desejadas que fazem as pessoas se sentir com maior autoestima e libertar-se, mesmo que momentaneamente, da sensação de ser “menos gente”, de estar mal consigo mesmas?

Imaginemos outra cena para vermos melhor a profunda mudança cultural ocorrida no Brasil

nos últimos 40 anos. Uma moça entra feliz em casa e diz à mãe: “Mãe, encontrei o amor da minha vida!” Nos tempos passados, a mãe perguntaria: “Ele é um bom rapaz, vai à igreja?” Hoje, a pergunta poderia ser: “Ele ganha bem? Que carro ele tem?”

Esses dois exemplos do cotidiano nos mostram que algo de profundo e, de certo modo, misterioso aconteceu nas nossas vidas. As igrejas deixaram de ser o lugar de referência para a humanização, e a pertença a uma religião deixou de ser critério importante para julgar o caráter de uma pessoa. Igreja e religião foram substituídas pelos *shoppings* (lugares aonde as pessoas vão para fazer compras, conhecer pessoas e se sentir “mais gente”) e pelo valor econômico dos ganhos e posses.

Com essa constatação, não estou propondo que simplesmente retornemos ao passado ou que a pertença a uma religião (de preferência a nossa) seja novamente considerada o único fator fundamental no julgamento do caráter ou da personalidade de uma pessoa. Quero apenas chamar a atenção para fatos que muitos já perceberam no cotidiano, mas nem sempre compreendem bem o que está por trás dessas mudanças aparentemente sem muito significado. No fundo dessas mudanças culturais mais superficiais está ocorrendo algo de mais sério e grandioso: o deslocamento da fonte de espiritualidade na nossa sociedade, da religião para a economia, ou melhor, para o mercado.

O leitor pode estranhar a ideia de que o mercado está se tornando a principal fonte de espiritualidade na nossa sociedade e se perguntar: “A espiritualidade não é um tema da religião? O que a economia tem que ver com

a espiritualidade?” Esse é o assunto que quero abordar neste artigo.

Muitos cristãos pensam que a religião não tem nada que ver com economia, pois a primeira trataria das questões espirituais, enquanto a segunda discutiria as questões materiais. Assim, reduzem a vida cristã a um cumprimento das leis morais reduzidas ao campo individual (geralmente sexual) e à participação em cultos e rituais religiosos. O outro lado da moeda dessa visão da vida cristã é o desenvolvimento ou a justificação da insensibilidade ante os sofrimentos das pessoas pobres e socialmente excluídas ou marginalizadas. Ou pelo menos a incapacidade de articular a fé com as grandes questões sociais do nosso tempo.

Por outro lado, há muitos que sustentam que as Igrejas devem também discutir as questões econômicas porque devem lutar pela justiça social ou assumir a sua responsabilidade diante de um mundo marcado pela exclusão social, pela pobreza e por injustiças. Assim, reproduzem discursos econômicos críticos ao lado do discurso religioso. Mas muitas vezes esses dois discursos correm paralelamente, sem se articularem de modo orgânico, ou se tornam dois momentos distintos. Por exemplo, no momento do “ver” se fazem críticas à situação de pobreza e à lógica de acumulação do capital que dirige a economia globalizada, utilizando dados e teorias econômicas; e depois, no momento do “julgar”, faz-se uso de textos bíblicos e/ou do ensinamento social da Igreja para dizer que devemos lutar pela justiça social e em favor dos pobres, mas sem incorporar de modo articulado o que foi visto no “ver”.

O que quero propor aqui é uma reflexão que vá além da questão da justiça social e discuta o caráter espiritual da atual economia capitalista. Isto é, os cristãos e as Igrejas devem discutir as questões econômicas do mundo de hoje não somente por causa da justiça social ou da responsabilidade social das Igrejas, mas porque, no fundo, estamos lidando com uma questão espiritual.

1. Espiritualidade e economia

A visão dominante na sociedade reduz a espiritualidade às questões do “invisível” ou do sobrenatural que se oporiam às questões materiais. Assim sendo, a espiritualidade seria

algo que somente pessoas crentes ou religiosas viveriam. Sem romper com essa visão equivocada não é possível entender a dimensão espiritual da economia contemporânea. Precisamos entender que a espiritualidade é uma característica da vida do ser humano, e não algo restrito às pessoas religiosas e ao campo religioso.

Para tanto, quero trazer aqui o pensamento de dois autores de campos de conhecimento bem diferentes. O primeiro é Antonio Damásio, um neurocientista que tem estudado, entre diversos assuntos, a relação entre o cérebro, a consciência e a ética. Ele vincula a noção de espiritual a uma experiência de harmonia do eu e diz que ter “uma experiência espiritual consiste em ter a experiência de sentimentos de alegria, geralmente serena”, a qual nutre o ser humano e está associada ao desejo de agir, em relação aos outros, com generosidade e amabilidade. As experiências espirituais podem ser evocadas por meio de rituais diversos, no contexto da religião, mas, para ele, “as experiências espirituais podem ser produzidas em outros contextos e por outras causas”.¹

Para Leonardo Boff, uma visão mais holística do ser humano “nos propicia uma visão mais integrada da espiritualidade. Esta, antes de ser uma expressão das religiões ou dos caminhos espirituais instituídos, é uma dimensão de todo ser humano”.² E essa dimensão tem que ver também com a capacidade de todo ser humano de captar o que está além das aparências, o outro lado das coisas, sua profundidade. “As coisas todas não são apenas coisas. São símbolos e metáforas de outra realidade que está sempre além e que nos remete a um nível cada vez mais profundo. Assim, a montanha não é apenas montanha. Ela traduz o que significa a majestade. O mar, a grandiosidade. O céu estrelado, a infinitude. Os olhos profundos de uma criança, o mistério da vida humana.”³ No fundo, a espiritualidade consiste em “colocar as questões fundamentais e captar a profundidade do mundo, de si mesmo e de cada coisa”.⁴

Citei aqui um neurocientista e um teólogo para mostrar que a espiritualidade faz parte da nossa condição humana e não está restrita ao campo religioso. O desafio nosso aqui é compreender o que as pessoas veem na mercadoria que está além da própria mercadoria. É claro que, quando falamos de espiritualidade e mercadoria, não estamos tratando de mercadorias

em geral nem muito menos de coisas tais como lata de óleo ou pacote de sal. Estamos falando de mercadorias de grife, que são objeto de desejo e prometem muito mais do que a simples utilidade do objeto. Tomemos como exemplo uma bolsa Louis Vuitton, que chega a custar mais de 5 mil reais. O que faz alguém pagar tanto para comprar uma bolsa de mão para carregar chaves, celular, batom etc.? O segredo não está na sua utilidade, mas na marca, que fará a mulher que a carrega ser invejada e vista como “poderosa”. Ou, então, um Ferrari que custa 1 milhão de reais? Nenhuma pessoa, em sã consciência, pagaria tanto por um carro; mas Ferrari não é um carro, é Ferrari! Ou seja, ele tem e é algo a mais.

Essa lógica também vale para outras mercadorias não tão caras, como celulares cobiçados, tênis sofisticados, desejados por pessoas que não fazem esportes nem longas caminhadas, e tantos outros objetos de desejo que nos tentam a todo momento e em todos os lugares. Pessoas que as conseguem antes das outras são admiradas, invejadas ou simplesmente vistas como gente que possui o “ser”. Em outras palavras, as mercadorias de grife são vistas como fonte do “ser” que as pessoas almejam.

Assim, à medida que todas as pessoas desejam, pela própria condição humana, o “ser”, as que ainda não conseguiram comprar também sentem a necessidade de ter essas mesmas mercadorias. Não é uma necessidade básica para a sobrevivência, mas necessidade que surge do desejo de ser visto e aceito pela sociedade como possuidor do “ser”. Em uma cultura como a nossa, fundada no consumo, ser consumidor se tornou sinônimo de ser pessoa. O valor e a dignidade das pessoas são medidos por sua capacidade de consumo. É por isso que os pobres, que não conseguem comprar esses objetos de desejo, com toda a sua aura de mistério e encanto, são considerados não pessoas, pessoas impuras, aqueles que falharam na sua vocação de ser pessoas humanas. Isso nos ajuda a compreender por que as pessoas, quando se sentem “impuras”, “menos gente”, vão aos *shoppings* fazer compras ou pelo menos contemplar as vitrines para tentar recuperar a sua humanidade perdida ou desgastada.

Karl Marx, um dos primeiros estudiosos críticos do capitalismo, já tinha percebido a dimensão misteriosa da mercadoria nesse sis-

tema, a qual está além da sua materialidade e utilidade. Ele pondera que, à primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente, porém, se analisamos com cuidado dentro das relações sociais no capitalismo, “vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”. Quando analisamos e valoramos a sua utilidade (o valor de uso), não há nada de misterioso no produto, mas, quando o vemos dentro das relações de mercado no capitalismo, a mercadoria “se transforma numa coisa fisicamente metafísica”. Por isso, ele conclui dizendo que “o caráter místico da mercadoria não provém, portanto, de seu valor de uso”.⁵

Na verdade, Marx não é o primeiro a revelar o caráter místico das mercadorias e a dimensão espiritual-religiosa da economia. Antes dele, o próprio Jesus tinha percebido esse caráter espiritual da economia e ensinou: “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24c). Essa frase, lema da Campanha da Fraternidade de 2010, revela que algo de misterioso e perverso aconteceu na relação entre os seres humanos e o dinheiro. Dinheiro é um instrumento criado por seres humanos para facilitar as trocas de produtos e também para servir de meio para guardar riquezas para gastos futuros. Entretanto, aos poucos, deixou de ser simples instrumento em função da vida humana e social e foi sendo posto acima da vida humana, a ponto de ser adorado no mesmo nível de Deus. Por isso, Jesus emite uma sentença disjuntiva: devemos escolher entre servir a Deus e servir ao dinheiro.

E como o dinheiro passou a ser visto como possível rival de Deus? Ocorre que a experiência do poder proporcionada às pessoas pelo dinheiro pode levá-las a desejar a acumulação “infinita” de riqueza, que permitiria comprar todas as coisas e assim adquirir o ser em plenitude infinita. É a ilusão de que nós podemos “ter” o “ser”, e ter o “ser infinito” – uma qualidade que pertence a Deus. Uma forma de idolatria.

Nós, seres humanos, somos seres finitos que desejamos ser de modo infinito. A tradição bíblica nos ensina, porém, que o único ser infinito é Deus e que só podemos vivenciar essa infinitude, em nossa condição de seres finitos, no amor ao próximo. Pois, quando nos amamos uns aos outros, Deus, o ser infinito, se faz presente no meio de nós.

Há assim, diante de nós, dois caminhos: servir a Deus, no amor ao próximo; ou servir ao dinheiro, buscando a acumulação infinita e o “ser” na compra de mercadorias. Nesse sentido, espiritualidade não é uma questão meramente do campo religioso, mas ocorre também no interior da economia e no cotidiano marcado pelos desejos de consumo de bens que são “encantados” pelas propagandas, pelas mídias e pelo *marketing* (e até por muitos programas religiosos que aparecem nas TVs) como fontes da nossa humanidade.⁶ Por isso, o tema da CF de 2010, *economia e vida*, não pode ser visto somente como uma questão de ensino social ou de ética social, mas deve ser assumido como parte fundamental da missão das Igrejas cristãs no mundo de hoje: o discernimento e a vivência de uma espiritualidade realmente cristã e humanizadora.

2. Espiritualidade de consumo e capitalismo global

O apóstolo Paulo nos ensinou que “a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro” (1Tm 6,10). Mas, nas sociedades capitalistas, muitas das quais se autoproclamam sociedades cristãs, ocorreu uma inversão: o amor ao dinheiro é considerado a raiz de todas as virtudes. Essa inversão, a redução do ser humano à condição de consumidor e o cálculo da dignidade de uma pessoa por sua capacidade de consumo – três erros que pervertem estruturalmente a nossa cultura – não são resultado somente de mudanças na esfera da “consciência social”, mas também da estrutura e lógica econômicas do capitalismo.

O sistema capitalista, como todo sistema social, articula o âmbito da cultura e da economia. Não temos, neste artigo, espaço suficiente para desenvolver um argumento mais longo para explicar a forma concreta pela qual isso se dá. Por isso, vamos citar uma descrição sintética do espírito do capitalismo feita por um autor clássico defensor desse sistema. Max Weber, no seu livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, diz que, no capitalismo,

o homem é dominado pela produção de dinheiro, pela aquisição encarada como finalidade última da sua vida. A aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como meio de satisfazer suas necessidades

*materiais. Esta inversão do que poderíamos chamar de relação natural, tão irracional de um ponto de vista ingênuo, é evidentemente um princípio orientador do capitalismo, tão seguramente quanto ela é estranha a todos os povos fora da influência capitalista.*⁷

Ele chega a dizer que esse objetivo de ganhar dinheiro sem fim – transformando as vidas humanas em um instrumento desse objetivo – se tornou algo transcendental.

Além desse espírito, o capitalismo se caracteriza pelo fato de que os principais agentes de produção e distribuição de bens econômicos são empresas privadas que operam no mercado livre, sem muitas regulações ou controle por parte do Estado e da sociedade civil. A finalidade última dessas empresas, por mais que digam que seja “servir” a sociedade, é ter o máximo de lucro possível. Para isso, estão sempre em busca da redução dos custos de produção (pagando o menor salário possível, diminuindo os direitos trabalhistas, explorando a natureza sem querer arcar com os custos da preservação e recuperação do meio ambiente, pressionando para que se diminuam os impostos etc.) e do aumento da venda dos seus produtos em todo o mundo. Para aumentar as vendas, é preciso ampliar o mercado consumidor para o mundo inteiro, criar um mercado consumidor global, e assim usam técnicas extremamente sofisticadas de *marketing* para convencer pessoas de culturas mais diferentes a desejar os mesmos tipos de produtos, a acreditar que sem eles serão “menos gente”, mais infelizes.

Dessa forma, as pessoas do mundo inteiro sentem necessidade íntima de comprar as mesmas mercadorias produzidas por empresas transnacionais. Necessidade essa que nasce da assimilação da cultura/espiritualidade capitalista, segundo a qual uma pessoa vale pela sua capacidade de consumo de mercadorias de grife. E, à medida que essa espiritualidade é assimilada por cada vez mais pessoas e povos, os problemas de pessoas pobres são vistos como não importantes na agenda do Estado e da sociedade, porque são problemas de pessoas de segunda categoria ou de “não pessoas”.

O capitalismo não é uma estrutura de pecado (cf. João Paulo II) somente porque produz injustiças e exclusões sociais, mas também porque desumaniza as pessoas (pobres e ricas), à medida

que tem como fonte de seu dinamismo e propaga uma espiritualidade errônea e perversa: buscar a realização da vocação humana e o encontro com Deus na acumulação de riqueza, na capacidade de consumo e, com isso, na negação da dignidade humana das pessoas pobres.

A superação do capitalismo como conhecemos hoje não será tarefa fácil nem rápida. Mas é preciso que cada pessoa que se assume como cristã e cada comunidade entrem nessa luta. Um aspecto fundamental dessa missão é o espiritual: viver publicamente a espiritualidade que professa a fé em um Deus-Amor, o qual não faz distinção entre pessoas (cf. At 10,34), pois ama gratuitamente a todas e reconhece em cada uma a dignidade humana fundamental. Assim, viver uma espiritualidade que busca a fonte da humanização não nas mercadorias, mas no encontro solidário e amoroso com as pessoas que necessitam de apoio e auxílio. Uma espiritualidade que percebe que a presença de Deus se manifesta no meio de nós quando amamos o nosso próximo e, por isso, somos solidários com os mais necessitados (cf. 1Jo 4,12).

Isso significa operar em nós e na sociedade profunda conversão, uma mudança no nosso desejo mais profundo: não mais o de acumular riquezas e ostentar o consumo (mesmo que sejam de mercadorias religiosas), mas o de viver em uma sociedade justa e solidária. Essa conver-

são pessoal e comunitária precisa também ter impacto na sociedade, e para isso precisamos agir para que os direitos a uma vida digna e as necessidades dos pobres sejam satisfeitos e garantidos por meio de ações e novas estruturas econômicas, sociais e políticas. O caminho concreto dessas mudanças na esfera econômica, social e política é matéria de discussão e prática. Não há apenas um caminho nem uma resposta definitiva e certa. Mas uma coisa é incontestável: diante da atual economia globalizada, com a sua espiritualidade de consumo, as Igrejas e comunidades cristãs têm uma tarefa espiritual da qual não devem desviar!

* Católico, leigo. Professor de pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. Autor, entre outros, de *Cristianismo de libertação: espiritualidade e luta social*, Ed. Paulus.

Notas:

1. DAMÁSIO, Antonio. *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 297-298.
2. BOFF, Leonardo. *Crise: oportunidade de crescimento*. Campinas: Verus, 2002, p. 53.
3. *Ibidem*, p. 55.
4. *Ibidem*, p. 56.
5. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 70, v. 1.
6. Para aprofundar essa questão, cf. p. ex. SUNG, Jung Mo. *Educar para reencantar a vida*. Petrópolis: Vozes, 2007.
7. WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1983, p. 33.

LITURGIA DIÁRIA

LITURGIA DIÁRIA facilita o contato com a Palavra de Deus e uma melhor participação e compreensão da liturgia. Traz a liturgia do mês (leituras e orações de cada dia), partes fixas da missa, prefácios em consonância com as festas litúrgicas do mês, orações eucarísticas para a missa diária, artigos e esclarecimentos sobre a liturgia.

Para adquirir LITURGIA DIÁRIA, basta escrever para a Cx. Postal 2534, cep 01060-970, São Paulo-SP, ou telefonar para (11) 3789-4000. E-mail: assinaturas@paulus.com.br

A FÉ CRISTÃ DIANTE DA REALIDADE ECONÔMICA ATUAL

Fernando Altemeyer Junior*

Atravessamos profunda crise de civilização, que exige uma análise acurada dos fundamentos antropológicos da modernidade e a crítica da modernidade e da economia, para que não sejamos corroídos pela indiferença, cooptados pelo sistema ou neguemos a novidade do evangelho de Jesus Cristo. Apesar da crítica audaz dos profetas e das Igrejas, muitos ainda consideram a economia como um terreno de alienígenas ou especialistas. As Igrejas não deveriam tocar no econômico, pois este seria o reino de César. Os cristãos não teriam competência técnica ou instrumental para dizer uma palavra sobre os fundamentos econômicos e o modo de produzir a vida. Teólogos deveriam cuidar só do espírito e das almas. Empresários, do lucro e do capital. Trabalhadores, de seu trabalho e horas extras. Governos e empresas, da matéria bruta, dos *royalties*, das bolsas de valores, das mercadorias, dos contratos e das onipotentes leis do mercado. Os novos pobres deveriam restringir-se ao cuidado resignado das misérias a que foram submetidos! Seria isso verdade? A fé não teria vocabulário próprio para falar do pão, da terra, de propriedade e do trabalho e suor dignos? A fé não poderia julgar o reinado do dinheiro? A fé não pode pedir justiça como clamor divino? A fé não pode clamar por amor e caridade no interior do núcleo duro do econômico? Seria herética a fala de Mahatma Gandhi? Teria errado ao afirmar que “o teste da verdadeira organização de um país não é o número de milionários que possui, mas a ausência de fome em sua população”?

O texto-base da Campanha da Fraternidade de 2010, economia e vida, resolve a falsa dicotomia, ao afirmar que o objetivo concreto das Igrejas cristãs no Brasil é:

Colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da

cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão. Este objetivo exige que haja justiça social, consciência ambiental, sustentabilidade, empenho na superação da miséria e da fome e, de um modo geral, que se considere, com atenção especial, a dignidade da pessoa e o respeito aos direitos humanos (n. 16-17).

A dignidade humana é o critério fundamental, a regra para medir a justiça econômica, a chave para a tomada de decisões, a qual, sendo pessoal e intransferível, compreende a produção da vida – e vida abundante – como sinais da graça de Deus. Nem o econômico está ausente da presença de Deus. As Igrejas não pretendem propor as técnicas ou os instrumentais próprios das ciências econômicas, mas ousam dizer que existem exigências cristãs de ordem econômica. Não pretendem ditar normas e regras ao Estado, o que configuraria a volta do modelo da cristandade colonial, mas acreditam e sustentam que o Estado democrático deve ouvir todos os setores da sociedade civil, também as vozes dissonantes e dos grupos subalternos.

O que as Igrejas propõem é simples e direto: orientar a atividade econômica a serviço das pessoas. Daí a necessidade de tornar real a opção radical de Jesus: “Não podeis servir a Deus e ao dinheiro (Mt 6,24). É preciso tomar partido. Esse é o *slogan* da campanha. Esse é o mote dos exercícios quaresmais. Esse será o desafio para todos os brasileiros e para cada um dos fiéis das Igrejas participantes. Esse serviço filantrópico será alcançado com sensibilidade, ética, laços e conexões entre as comunidades e, sobretudo, pela prática da justiça e

de processos de economia solidária em cada canto de nosso país. Será preciso radicalizar a democracia participativa, denunciar as exclusões e idolatrias que ferem a vida das pessoas e, de maneira pessoal e coletiva, conseguir que haja imenso mutirão em favor da sustentabilidade planetária e de uma caridade que salve pessoas, povos, a água, a terra e a vida ameaçada desde o ventre materno.

É preciso aceitar a compaixão ou a solidariedade como constitutivas de novo jeito de agir na infraestrutura econômica. A “nova economia solidária”, fundada na partilha e não na acumulação, na austeridade e não no desperdício ou no consumismo, na generosidade e não na avareza, será fruto de ações coletivas e dialogadas. Serão fruto da firmeza permanente. Venceremos o pecado capital, que nos diminui mediante a coisificação das pessoas, se afirmarmos que só Deus nos fez, faz e fará felizes. Não se pode acender velas e cultivar o *deus-dinheiro*. Não podemos nos curvar como escravos ou cegos deliberados que não querem ver os Lázarus que clamam até por migalhas e direitos subtraídos há séculos, ao preço de doenças e de corpos machucados.

A Campanha da Fraternidade ecumênica em 2010 é um convite para a conversão de mentes e almas, de corpos e consciências, do público e do privado, de empregados e patrões, dos governos e dos cidadãos. Será momento privilegiado para celebrar as dimensões sociais da fé cristã e realizar o sonho de uma mesa eucarística comum onde se viverá a comensalidade e a hospitalidade entre os irmãos e as irmãs do mesmo e único Deus, pai de nosso Senhor Jesus Cristo. Já não há razão para o fosso entre as classes sociais. Já não há lugar para o mal-estar da civilização, para uma ciência de poucos, para hospitais para privilegiados, para a restrição de propriedade dos dons essenciais, como água e moradia, vistos como mercadoria qualquer. Não pode haver lugar para discursos e mandatos políticos que não respondam às necessidades das pessoas empobrecidas. A dignidade humana é o primeiro alicerce na construção da casa comum (*oikomene*) de todos os brasileiros. Não se pode aceitar a invisibilidade dos pobres e o fato de gente ser tratada como coisa ou avaliada como mercadoria descartável. Afirmar a subjetividade na vida em comunidade é o caminho para viver a cidadania e visibilizar o amor.

A norma que deve reger a economia deve denunciar a ideologia da invisibilidade que nega

a vida ao pobre e romper com essa lógica. É preciso que a economia e os economistas, empresários e governos usem o “termômetro” dos pobres para mudar o modo pelo qual se produz, se compra e se vende. Diz o texto da Campanha da Fraternidade: “A maneira como são atendidos os órfãos, as viúvas e os estrangeiros é apresentada na Bíblia como ‘termômetro’ da fidelidade do povo em relação a Deus” (n. 73). À medida que os pobres forem ouvidos, também os ricos serão salvos. Como o afirmara Hannah Arendt: “Riqueza e penúria são apenas as duas faces de uma mesma moeda; os grilhões da necessidade não precisam ser de ferro, podem ser feitos de seda”. Uma nova economia deverá ultrapassar o neoliberalismo escravista e a globalização totalitária, geradores de fundamentalismos e messianismos violentos e da alienação em que vivem tantas pessoas.

A fala do papa João XXIII, expressa na *Pacem in Terris*, n. 80, de 11 de abril de 1963, anunciava as quatro bases inseparáveis de uma nova civilização que emergia nos anos 60: verdade, justiça, solidariedade operante e liberdade.

Os grupos excluídos das benesses econômicas, em quase todas as metrópoles mundiais, querem concretizar essa mensagem, tornando-se sujeitos e interlocutores de nova ordem social, de outro mundo possível.

O texto-base da Campanha da Fraternidade ecumênica de 2010 demonstra que a pobreza não é fatalidade nem deve ser aceita como algo naturalizável, mas histórico e racional:

A pobreza não é uma fatalidade nem o resultado de fenômenos naturais, tais como enchentes ou a seca, que sem dúvida desafiam as capacidades humanas. Os seres humanos organizam-se em sociedade para fazer frente, juntos, às necessidades da vida. Na cooperação solidária podem aumentar as possibilidades de desenvolvimento de sua personalidade, desenvolvendo suas potencialidades, não apenas no campo material, mas também no nível intelectual, afetivo e espiritual. Todos querem, com razão, desfrutar de uma vida longa, saudável e criativa, como indivíduos e como membros da sociedade, pondo em ação o potencial de dons que Deus a todos distribuiu. Isso é um direito universal e uma necessidade que implica o bem de toda a sociedade (n. 47).

1. Novos atores e novas práticas

Grande obstáculo prévio deve ser superado:

A economia política moderna assenta-se sobre os pilares do interesse individual e de uma falsa ética utilitária. Estão de um lado os consumidores, que procuram satisfazer desejos e atender a preferências e interesses individuais. Do outro lado ficam os empreendedores e agentes financeiros, que buscam a maximização do lucro. A produção de mercadorias, sua lógica de venda e consumo deu origem à sociedade capitalista, onde predomina o aspecto financeiro. Uma importante parcela da moderna economia capitalista é meramente virtual, decorrente de vultosas movimentações financeiras, não gera bens e produtos em benefício da sociedade, servindo apenas para o enriquecimento de uns poucos com o fruto da especulação financeira. O ciclo completo da moderna economia política é um mundo autossuficiente, fechado a qualquer consideração ética sobre a vida e a conservação da natureza, sobre a justiça e a esperança humana. Valores éticos não são considerados nesta ciência que visa a qualquer custo ao lucro. A evolução da história, a miséria em que vive grande parte da humanidade, põem em questão o rigor e a seriedade dessa ciência e a bondade das políticas econômicas voltadas mais para o crescimento e a acumulação da riqueza do que para um verdadeiro desenvolvimento (n. 48).

Para realizar essa ingente tarefa, são cada vez mais ativos não só numerosos países ditos emergentes, mas também as florescentes organizações da sociedade civil em redes mundiais. Ainda mais efetivos são os movimentos sociais articulados, as associações profissionais, as entidades culturais e filantrópicas, os grupos religiosos de diversas confissões que atuam de forma ecumênica e tolerante. São os novos atores que se apresentam com novas práticas de transformação. Confrontam-se com a presença do mal e com a tentação messiânica do bem. Enfrentam o mal que muitas vezes está oculto e querem prevenir-se de tornar-se proprietários do bem. Esses novos grupos e ONGs estão repensando as categorias sociais em nossas sociedades assimétricas. Se querem mudar as cidades, necessitamos de novas atitudes, posturas, comprometimentos e autonomia efetiva.

Exemplo concreto de nova atitude nos chega da oficina de artesanato na Baixada do Glicério,

na cidade de São Paulo, com o sugestivo nome de Casa Cor da Rua. Dentro de um galpão, jovens se organizam, trabalham e fazem surgir pequenas sementes de comunhão, de sensibilização em forma de renda mínima para sustento e profissionalização. Lidam com os fragmentos deixados pelas ruas paulistanas, construindo belos mosaicos em cerâmica e vidro. O talento vem das mãos do povo da rua e de muitos jovens em situação de risco. São uma prova molecular de que a arte não é patrimônio exclusivo de uma classe e, se condições são dadas, os resultados são excelentes. A matéria-prima que veio das ruas, do descarte urbano e do consumismo desenfreado são refeitas em móveis e novos utensílios pelos quais os próprios trabalhadores refazem o mosaico fragmentado de suas vidas. Coexistem quatro oficinas: a Escola da OAF “A Arte Que Vem da Rua”; a Escola da Coopamare “Coop’Arte”; a Escola da Casa de Oração do Povo da Rua “Arte da Rua”; a Escola da Associação Minha Rua, Minha Casa. Os produtos são mosaicos, luminárias de bagaço de cana, tetos de papel reciclado e móveis restaurados. São como a síntese de nova gramática do humanismo. Procuram integrar o eu autônomo ao tu reconhecido como outro, em sintonia com o nós vivido na comunidade social, chave importante da justiça social. Reafirma o texto da campanha: “A evangelização e o amor de Deus não se realizam sem o amor ao próximo e o zelo pela justiça social” (n. 98).

Assim se exprimiam os padres no Concílio Vaticano II:

O desenvolvimento econômico deve permanecer sob a direção do homem; nem se deve deixar entregue só ao arbítrio de alguns poucos indivíduos ou grupos economicamente mais fortes ou só da comunidade política ou de algumas nações mais poderosas. Pelo contrário, é necessário que, em todos os níveis, tenha parte na sua direção o maior número possível de homens, ou todas as nações, se se trata de relações internacionais. De igual modo, é necessário que as iniciativas dos indivíduos e das associações livres sejam coordenadas e organizadas harmonicamente com a atividade dos poderes públicos. O desenvolvimento não se deve abandonar ao simples curso quase mecânico da atividade econômica, ou à autoridade pública somente. Devem, por isso, denunciar-se como errôneas tanto as doutrinas que, a pretexto duma falsa liberdade, se opõem às necessárias

reformas, como as que sacrificam os direitos fundamentais dos indivíduos e das associações à organização coletiva da produção. Lembrem-se, de resto, os cidadãos ser direito e dever seu que o poder civil deve reconhecer, contribuir, na medida das próprias possibilidades, para o verdadeiro desenvolvimento da sua comunidade. Sobretudo nas regiões economicamente menos desenvolvidas, onde é urgente o emprego de todos os recursos disponíveis, fazem correr grave risco ao bem comum todos aqueles que conservam improdutivas as suas riquezas ou, salvo o direito pessoal de emigração, privam a própria comunidade dos meios materiais ou espirituais de que necessita (Gaudium et Spes, n. 65).

2. Boa-nova econômica

Um jeito alternativo de concretizar as necessárias revoluções moleculares na vida social, econômica e política nos deve tornar atentos a novos sinais dos tempos.

Uma atitude basilar será aquela de juntar forças, meios e pessoas. Assim diz o texto-base da CF-2010:

No âmbito eclesial, servir mais a Deus e ao próximo do que desejar que Deus se coloque a nosso serviço para garantir prosperidade. Isso também envolve um bom aproveitamento das forças de trabalho voluntário de que cada Igreja dispõe. Comunidades eclesiais são espaços educativos que mobilizam e educam crianças, jovens e adultos. Uma nova mentalidade pode ser formada neste processo de conscientização. A força moral das Igrejas precisa estar a serviço de causas sociais importantes e condizentes com o projeto de Deus (n. 101).

Algumas pequenas pistas plausíveis que ajudam as Igrejas em seu serviço essencialmente libertador:

a) Suscitar, apoiar e multiplicar grupos de economia solidária, tais como cooperativas, associações de jovens e de mulheres, que possam forjar uma rede social autônoma.

b) Diagnosticar os novos sujeitos sociais presentes em sua cidade ou bairro, suas necessidades e projetos concretos de curto prazo que valorizem a participação cidadã.

c) Lutar por políticas públicas de distribuição de renda nas Câmaras Municipais, Assembleias

Legislativas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e por projetos sociais efetivos de governos municipais e estaduais.

d) Proclamar e viver uma ética existencial, pessoal e comunitária, traduzida em atitudes ecológicas sustentáveis, em uma mentalidade não consumista que respeite cada ser humano, em defesa da vida e de uma justiça misericordiosa. Iniciar com a coleta seletiva do lixo da paróquia ou comunidade eclesial.

e) Integrar as pessoas desempregadas a grupos alternativos de produção de renda e procurar vinculá-las à vida sindical e associativa. Não dar o peixe, mas ensinar a pescar em grupo, sem paternalismos.

f) Rer os dez mandamentos bíblicos em Êxodo, capítulo 20, para fundamentar nova ética econômica.

g) Favorecer debates nas comunidades em que se possa refletir sobre a consciência de direitos e deveres de cidadania econômica. Traçar ações coordenadas que atinjam as causas da injustiça.

h) Inventar novas formas de trabalho produtivo.

i) Rever os salários pagos nas instituições religiosas e eclesásticas para verificar se eles seguem o padrão da justiça distributiva e valorizam a pessoa e as suas necessidades básicas.

j) Criar grupos de alfabetização de adultos e jovens para erradicar definitivamente o grande mal do analfabetismo.

k) Valorizar a pastoral da criança e a alimentação natural.

l) Denunciar o trabalho infantil.

m) Exigir a auditoria da dívida pública brasileira.

n) Meditar, como verdadeira *Lectio Divina*, a oração do pai-nosso em todos os cultos e celebrações. De modo especial, pensar em pai-nosso e pão nosso.

o) Instituir ou consolidar o dízimo comunitário e doar um décimo anualmente a alguma comunidade ou grupo que esteja em necessidade, como exemplo concreto de despojamento, para evitar o acúmulo de bens sem uso fraterno, pois sobre todos os bens extraordinários pesa uma hipoteca social. Realizar essa prova dos nove da partilha econômica em favor de comunidades distantes, vivendo novamente a oferta às igrejas mais necessitadas, como preconizado nos Atos dos Apóstolos, quando a Igreja de Antioquia enviou seus bens em favor da Igreja-mãe de Jerusalém.

p) Abandonar a mentira que é a teologia da prosperidade, pois esta falsifica os homens e o próprio Deus.

3. Entre o local e o universal

A esperança que nasce do trabalho interativo culminará em festa e celebração. O próprio povo oferecerá o alimento por ele cultivado e colocará no altar de Deus o fruto da terra e do trabalho, para que estes sejam aceitos por Deus e transformados no Corpo de Cristo, como sinal significativo de sonhos alvissareiros e utópicos. “A dinâmica da existência histórica é de essência escatológica. Mas, se é assim, é porque pertence à essência do ser humano determinar-se teleologicamente” (Jean Ladrière).

No peregrinar em defesa da vida, os projetos diários serão feitos e refeitos. Não se pode abandonar as vítimas. Tampouco vitimizá-las. Sem a viva e necessária comunhão, vivida como compaixão e solidariedade operante, inspirada em utopia realista, os pobres retornariam à submissão. Na defesa da vida dos pobres, superam-se rivalidades secundárias com outros atores históricos, forjando redes e vibrando interiormente com a causa dos pequenos, sobretudo das mulheres, dos negros e das crianças.

Passaremos a construir a humanidade global por meio da ação local. A chave de novo portal humano e ético reside na “combinação do pessoal com o social, da pessoa com o planeta, do local com o global, do ético com o político, do econômico com o valor da dignidade humana, enfim da arte com o corpo. Isto fará emergir novas práticas alimentares, terapêuticas e educativas; novos processos de participação, de decisão e de gestão administrativa e política” (Augusto de Franco, *Ação local*).

O santo padre Bento XVI, na recente encíclica *Caritas in Veritate*, oferece-nos uma chave criativa e lúcida na orientação correta da globalização:

De fato, hoje, o envolvimento dos países emergentes ou em vias de desenvolvimento permite gerir melhor a crise. A transição inerente ao processo de globalização apresenta grandes dificuldades e perigos, que poderão ser superados apenas se se souber tomar consciência daquela alma antropológica e ética que, do mais fundo, impele a própria globalização para metas de humanização

solidária. Infelizmente esta alma é muitas vezes abafada e condicionada por perspectivas ético-culturais de delineamento individualista e utilitarista. A globalização é um fenômeno pluridimensional e polivalente, que exige ser compreendido na diversidade e unidade de todas as suas dimensões, incluindo a teológica. Isto permitirá viver e orientar a globalização da humanidade em termos de relacionamento, comunhão e partilha (n. 42).

E o Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – convoca:

Esta Campanha da Fraternidade ecumênica convoca as comunidades cristãs a deixar-se interpelar pelas palavras de Jesus: “Não acumuleis para vós tesouros na terra, onde as traças e os vermes arruinam tudo, onde os ladrões arrombam as paredes para roubar. Mas acumulai para vós tesouros no céu” (Mateus 6,19-20a). “Ninguém pode servir a dois senhores: ou odiará a um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro” (Mateus 6,24). Toda a vida de Jesus foi um testemunho de simplicidade no uso dos bens materiais, de solidariedade com os pobres, de distribuição gratuita dos dons de Deus.

A união viva e verdadeira entre o sacrifício e a comunhão que Cristo veio celebrar toca as dobras de todo o tecido humano e social. Jesus exprimiu de forma total sua entrega de amor ao fazer do dom do seu corpo o sacramento maior da comunhão: “*Isto é o meu corpo entregue por vós*”.

No gesto de lavar os pés de seus discípulos, Jesus Cristo marca com vigor seu senhorio e sublinha a importância do corpo como gesto de comunhão holística, pessoal, social, econômica e religiosa.

Jesus radicaliza a comunhão, oferecendo o dom do seu próprio corpo. Para nossa salvação. Para nossa alegria. Como momento único e ir-repetível da comunhão com Deus. Sinal vivo de que a fé cristã transforma morte em vida.

Diremos alegremente com nossos lábios, corações e mãos que o alimento suculento de nossas vidas é o próprio Cristo, que se oferece por nós: “*Eu sou o pão da vida; aquele que vem a mim não terá fome; e quem crê em mim nunca terá sede*” (Jo 6,35).

* Mestre em Teologia e Ciências da Religião pela Universidade Católica de Lovaina, doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. E-mail: fajr@pucsp.br

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO ÉTICO E SUSTENTÁVEL

Daniela Vasconcellos Gomes*

Introdução

O crescente processo de industrialização sempre foi bem-visto pela sociedade, uma vez que o progresso econômico tem sido buscado incessantemente. Os recursos naturais têm sido utilizados como se fossem infinitos, e não há qualquer preocupação com os impactos das atividades realizadas.

Apenas mais recentemente é que se começou a perceber que o planeta não vai sobreviver se houver o predomínio das leis do mercado. Assim, surge a preocupação com modelos sustentáveis de desenvolvimento, em que haja a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

Vive-se atualmente um momento de transição, verdadeira crise de valores. O paradigma antropocêntrico, que predominou durante toda a modernidade, ainda está presente em nossa sociedade, mas há sinais visíveis de que a lógica do mercado está destruindo a vida do planeta. Sendo assim, faz-se necessária a mudança para uma visão de mundo biocêntrica, comprometida com todas as formas de vida na Terra.

A educação possui papel fundamental na formulação de nova mentalidade. De modo mais específico, a educação para o consumo é elemento-chave na conscientização da população.

Há a necessidade de mudanças no modo de pensar, que levem em consideração as atuais características da sociedade contemporânea e privilegiem uma visão total de mundo, com uma postura ética, responsável e solidária.

1. O desafio do desenvolvimento sustentável

Fala-se muito em crise ambiental. Entretanto, não é o meio ambiente natural que se encontra

em crise. Vive-se uma crise de valores, a qual desencadeia os problemas presentes em diferentes setores de nossa sociedade – e gera a ameaça ao meio ambiente.

Nesse sentido, ressalta Della Giustina (2004, p. 160):

Na verdade, as crises constituem consequências e não causas dos desequilíbrios do processo. Atuar sobre as consequências – o controle do mundo, a fome ou a exclusão –, sem modificar as estruturas, ou a natureza do processo, pode até se constituir numa forma de aquietamento das consequências, enquanto se mantém o modelo que gera os desequilíbrios insustentáveis e que nem fará superar as crises nem fará as transformações necessárias no rumo da mudança civilizatória.

A sociedade contemporânea ainda tenta se desvencilhar da visão antropocêntrica de mundo. Visão essa que autorizava o ser humano a dominar a natureza e dela se utilizar como se a sua existência fosse exclusivamente para satisfazer as necessidades humanas. Resultado desse paradigma e das imposições do capitalismo é a crise socioambiental presente na atualidade.

A base natural sempre foi utilizada de modo predatório, sem qualquer preocupação com a sua preservação ou com a diversidade biológica como um todo. Segundo Morin e Kern (2003, p. 79), “o mito do desenvolvimento determinou a crença de que era preciso sacrificar tudo por ele”. Entretanto, a natureza já não pode ser vista somente sob o aspecto econômico, como um objeto à disposição do ser humano, mas como um todo integrado e interdependente, indispensável para a continuidade da vida na Terra.

A dominação e a exploração devem dar lugar ao cuidado e à responsabilidade. Para Leonardo Boff (2000, p. 91), “cuidado significa, então, desvelo, solicitude, diligência, zelo, atenção, bom trato (...) estamos diante de uma atitude fundamental, de um modo de ser mediante o qual a pessoa sai de si e centra-se no outro com desvelo e solicitude”.

O grande desafio atual é o desenvolvimento sustentável, que busca o equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a preservação do meio ambiente. O termo “desenvolvimento sustentável” é abrangente – engloba aspectos econômicos, sociais e ambientais – e foi expresso no Relatório Brundtland como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” (Mousinho, 2003, p. 348).

O paradigma antropocêntrico faz que o crescimento econômico muitas vezes seja visto como a solução de todos os problemas. A questão é que a economia está interligada aos demais subsistemas e é dependente da biosfera finita que lhe dá suporte. Assim, a economia não é um sistema fechado, e todo o crescimento econômico afeta o meio ambiente e é por ele afetado, já que economia e meio ambiente são parte de um sistema único e, conseqüentemente, interagem (Penna, 1999, p. 127-129). Portanto, é preciso mudar a trajetória do progresso e fazer a transição para uma economia sustentável, a fim de que o futuro de nosso planeta não fique comprometido (Daly, 2005, p. 92).

Na busca do desenvolvimento sustentável, a grande questão é que a demanda de recursos é cada vez maior, mas eles são finitos. Como ressalta Locatelli (2000, p. 297), “ao contrário dos anseios e necessidades do homem, que podem ser considerados como ilimitados, os recursos naturais disponíveis não o são”.

Nesse sentido, afirma Penna (1999, p. 130): “Grande parte das questões ambientais e sociais baseiam-se no equilíbrio abastecimento *versus* demanda. Embora não se saiba com precisão os seus limites, o abastecimento (de qualquer coisa) é seguramente limitado, enquanto a demanda pode ser ilimitada. Não há limites intrínsecos à demanda dos seres humanos”.

O crescimento econômico e o progresso material não podem ser fins em si mesmos.

“O que deveria ser apenas um meio está sendo cada vez mais confundido com os objetivos últimos, que são o desenvolvimento humano, a sobrevivência e o bem-estar presente e futuro da nossa espécie e daquelas que conosco partilham a biosfera” (Penna, 1999, p. 130-131). Já é tempo de perceber que, se não houver um ambiente saudável, de nada adiantará um crescimento econômico acelerado ou grande desenvolvimento tecnológico, haja vista que estes não vão compensar as perdas da qualidade ambiental.

Assim, o foco da sociedade contemporânea já não pode estar direcionado apenas para a produção de riquezas, mas para a sua distribuição e melhor utilização. É necessária verdadeira e efetiva mudança de postura na relação entre o homem e a natureza, para que não haja dominação, mas harmonia entre eles.

2. A educação na sociedade pós-moderna

Hoje, na aldeia global, a difusão do conhecimento é facilitada pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pela possibilidade de educação a distância. A escola já não é a única responsável pela construção e transmissão do conhecimento. Entretanto, ao mesmo tempo em que aumenta a possibilidade de acesso à informação – pois esta circula de modo cada vez mais rápido –, o nível de conhecimento se torna cada vez mais baixo. “Nunca se deu tanta importância à educação, ao ensino, ao conhecimento, porém, com exceções, percebe-se a instalação do caos em todas as esferas e níveis de escolaridade” (Lampert, 2005, p. 32).

A escola também sofre as consequências da sociedade pós-moderna em que está inserida e, assim como outras instituições sociais, encontra-se em crise. Calloni (2005, p. 69) afirma: “A crise da educação não está na educação. A crise da educação é tradução imediata da crise de objetivos e da saturação do modelo capitalista”. E questiona: “Como solucionar pontualmente um problema que é macroestrutural, global, de nível mundial?”

A instituição encontra-se desvalorizada e, muitas vezes, desacreditada, por já não conseguir atender às necessidades sociais. Para se manter viva, a escola precisa construir um conhecimento que tenha sentido para os alunos – e não apenas passar informação –, proporcionando uma

formação integral, de valores éticos (Lampert, 2005, p. 42-44).

Ernâni Lampert (2005, p. 45-46) ressalta:

A educação, dever do Estado, numa sociedade globalizada, deve ensinar o cidadão a viver em uma aldeia planetária; a se transformar em cidadão do mundo; a aceitar a mundialização da cultura, sem, entretanto, perder e renunciar às suas raízes culturais. Portanto, na pós-modernidade, a educação deve ser um ato de ousadia e um eterno desafio. Devemos assumir com humildade os erros históricos e ter a predisposição de superá-los para que possamos contribuir na construção de um mundo melhor.

A crise percebida no sistema educativo impõe a necessidade de busca de modelos alternativos que possam substituir suas antigas estruturas ainda vigentes. Ao analisarmos as necessidades de mudança na educação, não é possível desconsiderar certas características da sociedade contemporânea, tais como o consumismo desenfreado, a substituição das referências de valor, em que o fundamental é o “ter” e não o “ser”, a perda da essência do próprio ser humano como ser histórico e a falta de análise crítica diante das situações, resultado da imposição da sociedade da informação em lugar da sociedade do conhecimento (Medina e Santos, 1999, p. 19-20).

As novas dimensões educativas põem ênfase no componente ético e são orientadas à transformação do indivíduo: educação para a paz, para a saúde, a educação para o consumo, a educação ambiental (Medina e Santos, 1999, p. 21-22). A educação ambiental é necessária na formação de indivíduos com nova racionalidade ambiental, capaz de superar a crise global presenciada atualmente.

3. O papel da educação ambiental na formação de nova consciência

O futuro da espécie humana e de todas as espécies depende do equilíbrio do meio ambiente. Sem uma relação harmônica e equilibrada entre o ser humano e a natureza, não há como assegurar a sadia qualidade de vida no presente e fica comprometida a existência das futuras gerações.

Diante disso, percebe-se a necessidade de buscar nova ética, regida por um sentimento

de pertença mútua entre todos os seres. A ética sempre esteve preocupada com as questões de existência do homem, mas agora deve voltar-se principalmente para a sua inter-relação com o planeta – uma ética voltada a um relacionamento equilibrado entre a natureza e o ser humano. Assim, é necessária a construção de uma ética ambiental voltada ao futuro, para que o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado possa ser assegurado para as presentes e futuras gerações (Sirvinskas, 2002, p. 307).

A nova ética está fundamentada na responsabilidade e na solidariedade com o futuro. Para Medina e Santos (1999, p. 18):

Necessita-se de uma mudança fundamental na maneira de pensarmos acerca de nós mesmos, nosso meio, nossa sociedade e nosso futuro; uma mudança básica nos valores e crenças que orientam nosso pensamento e nossas ações; uma mudança que nos permita adquirir uma percepção holística e integral do mundo com uma postura ética, responsável e solidária.

As pessoas devem agir com cuidado e preocupação, já que são responsáveis pelos outros seres humanos e por toda a natureza – não só para garantir a vida no presente, mas para possibilitar a existência das futuras gerações (Santos, 2002, p. 112). Conforme Ost (1997, p. 314), isso “significa, muito simplesmente, que o que é bom para as gerações futuras da humanidade é igualmente bom para a sobrevivência da biosfera e para a integridade do planeta”.

Deve-se buscar a consciência ecológica por meio da educação ambiental fundamentada na ética ambiental (Sirvinskas, 2002, p. 306-307). A educação ambiental é definida pelo artigo 1º da Lei 9.795/99 como o conjunto de processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A própria Constituição Federal estabelece que cabe ao poder público “promover a educação ambiental em todos os níveis do ensino e a

conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (art. 225, §1º, VI/CF).

A educação ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades do ensino, e cabe ao poder público a fiscalização de sua aplicação (Rodrigues, 2004, p. 404). O artigo 2º da Lei 9.795/99 assim estabelece: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal”.

Como ressalta Rodrigues (2004, p. 407), “a função da educação ambiental não é a reprodução/divulgação de conhecimentos, mas sim a formação de uma consciência e de uma ética ambiental, como fica claro após o exame de seus princípios e objetivos, a exigir a sua presença nos projetos pedagógicos como eixo transversal”.

A educação ambiental ocorre por meio de processos contínuos e interativos e inclina-se para a formação da consciência, de atitudes, aptidões, capacidade de avaliação e de ação crítica no mundo. Ressalte-se que não se trata apenas de ensinar sobre a natureza, mas de possibilitar a compreensão da relação entre ser humano e natureza e a construção de novas formas de pensamento, atitudes e ações (Medina e Santos, 1999, p. 24-25).

A preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica, e a formação dessa consciência depende da educação, particularmente da educação ambiental, pois, conforme enfatiza Freitas (2002, p. 66), esta “é o mais eficaz meio preventivo de proteção do meio ambiente”.

Com a pós-modernidade, a educação “deve preparar o homem a conviver harmonicamente com seus semelhantes, com a natureza e todo o cosmo” (Lampert, 2005, p. 45). Segundo Leff (2001, p. 222), sem uma mudança nos valores que orientam a sociedade por meio da educação ambiental, não há como alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Assim, a educação ambiental é considerada instrumento indispensável na formação de uma sociedade sustentável (Canepa, 2004, p. 158).

Nesse processo de formação de nova consciência voltada para a preservação do planeta, é essencial a educação do consumidor, com a conscientização sobre a importância de novos

hábitos de consumo. Com efeito, grande parte dos problemas ambientais presentes são fruto dos padrões impostos pela economia de mercado por meio da publicidade, difundida pelos meios de comunicação de massa, a qual impõe um estilo de vida insustentável e inalcançável para a maioria.

A educação deve passar a adquirir novos significados na construção de uma sociedade sustentável, democrática, participativa e socialmente justa, capaz de exercer efetivamente a solidariedade com as gerações presentes e futuras. E, se não chega a ser um sinônimo de solução, a educação é, sem dúvida, o melhor caminho para melhorarmos a nossa sociedade.

4. A necessidade de um modelo de consumo sustentável

O modelo econômico adotado pelas sociedades atuais proporciona e induz alto padrão de consumo, que, mesmo ao alcance de poucos, é insustentável por causa dos danos que acarreta ao meio ambiente. Diante desse cenário, para que o desenvolvimento siga no caminho da sustentabilidade, é preciso alterar os padrões de consumo.

Nesse sentido, ressalta Penna (1999, p. 216):

Os efeitos da degradação ambiental não podem ser tratados sem que se combatam as suas causas. O capitalismo moderno deu à luz o consumismo, o qual criou raízes profundas entre as pessoas. O consumismo tornou-se a principal válvula de escape, o último reduto de autoestima em uma sociedade que está perdendo rapidamente a noção de família, de convivência social, e em cujo seio a violência, o isolamento e o desespero dão sinais alarmantes de crescimento.

De acordo com Spínola (2001, p. 213), “para adotar a ética da vida sustentável, os consumidores deverão reexaminar seus valores e alterar seu comportamento. A sociedade deverá estimular os valores que apoiem esta ética e desencorajar aqueles incompatíveis com um modo de vida sustentável”. Assim, a ideia de consumo sustentável torna-se um imperativo na formulação de nova sociedade.

O consumo sustentável, que nasce da mudança de atitude dos consumidores e da sociedade

em geral, é a forma de consumo que utiliza os recursos naturais para satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer as necessidades e aspirações das gerações futuras.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1998, p. 65):

O consumo sustentável significa o fornecimento de serviços e de produtos correlatos, que preencham as necessidades básicas e deem uma melhor qualidade de vida, ao mesmo tempo em que se diminui o uso de recursos naturais e de substâncias tóxicas, assim como as emissões de resíduos e de poluentes durante o ciclo de vida do serviço ou do produto, com a ideia de não se ameaçar as necessidades das gerações futuras.

O consumo consciente e responsável é a principal manifestação de responsabilidade social do cidadão. A responsabilidade social é nova consciência sobre o contexto social e cultural em que se inserem as empresas e os cidadãos. Ela pode ser entendida como a contribuição direta destes para o desenvolvimento social e para a criação de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da condução correta de seus negócios e de suas ações pessoais.

O consumidor deve ser incentivado a fazer que o seu ato de consumo seja também um ato de cidadania, ao escolher em que mundo quer viver. Cada pessoa deve escolher produtos e serviços que satisfaçam suas necessidades sem prejudicar o bem-estar da coletividade, seja ela atual ou futura.

A mudança de comportamento do consumidor é processo que requer sensibilização e mobilização social, e a informação revela-se fundamental nesse processo. Assim, para que haja maior conscientização, é necessário que o consumidor tenha acesso à informação referente às atividades corporativas, para que possa exercer melhor o seu poder de escolha e preferir as empresas socialmente responsáveis e comprometidas com a preservação do meio ambiente (Idec, 2004, p. 5).

Dar preferência a produtos de empresas que têm clara preocupação com o meio ambiente, não compactuar com a ilegalidade, não consumir de forma a prejudicar as gerações futuras, dar preferência às empresas que não exploram o trabalho infantil, reclamar os seus direitos, usar

o poder de compra para defender o emprego no país, adquirindo produtos nacionais, colaborar para reduzir a quantidade de lixo produzido, evitando o desperdício e a compra de produtos com embalagens inúteis ou que demorem a se decompor, dar preferência a materiais reciclados, saber identificar as empresas éticas em seu relacionamento com consumidores, trabalhadores, fornecedores, com a sociedade e o poder público são algumas das ações do consumidor consciente (Inmetro, 2002, p. 59-62).

Percebe-se, cada vez mais, que os consumidores querem, além de bons produtos e serviços, fornecedores comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Quando percebe a existência de consciência social, o consumidor se identifica com a empresa sob o prisma do exercício da cidadania, criando vínculos de fidelidade difíceis de ocorrer com entidades que cultivam valores diferentes (Melo Neto e Froes, 2001, p. 101).

Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec (2004, p. 11),

A atitude dos consumidores está mudando. Além de preço e qualidade, eles estão cada vez mais atentos a aspectos relacionados ao comportamento das empresas, como o respeito aos direitos humanos, trabalhistas e dos consumidores, a normas de preservação ambiental, a ética na publicidade e nas práticas empresariais, a promoção do bem-estar social etc. A transparência das empresas em relação a essas informações também passa a ser valorizada, tornando-se a principal ferramenta para o consumo consciente e cidadão.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Ethos, 31% dos consumidores brasileiros prestigiaram ou puniram uma empresa com base em sua conduta social. Entre os identificados como “líderes de opinião”, esse índice chega a 50%, e, entre os entrevistados com maior nível de escolaridade, 40% revelaram o mesmo comportamento. Para 51% dos consumidores, a ética dos negócios é um dos principais fatores para se avaliar uma empresa (Ashley, 2003, p. 71).

Assim, a responsabilidade social empresarial está interligada à responsabilidade social do consumidor, que deve refletir sobre seus hábitos de consumo, fazer as melhores escolhas e cobrar constantemente uma postura ética e ambiental-

mente responsável das empresas e dos demais consumidores (Idec, 2004, p. 5).

Para a empresa conquistar – e manter – boa imagem perante o mercado, não basta, como antigamente, apenas oferecer bons produtos e serviços, gerar empregos e pagar seus impostos. Ela tem de fazer isso e ainda colaborar no desenvolvimento social da comunidade onde está instalada, para corresponder às expectativas do consumidor atual, que mostra maior consciência e valoriza aspectos éticos ligados à cidadania (Ashley, 2003, p. 3).

Embora seja a parte mais vulnerável na relação de consumo, o consumidor tem grande poder em termos de preservação do meio ambiente, pois possui poder de escolha sobre os produtos e serviços à sua disposição no mercado. Entretanto, esse poder somente poderá ser efetivamente exercido quando os indivíduos tiverem conhecimento de sua existência e, principalmente, de sua força.

Para tanto, a educação ambiental é indispensável na conscientização dos cidadãos. Nesse sentido, ressalta Canepa (2004, p. 159): “Tem-se que ter sempre em mente que educação e cidadania são indissociáveis: quanto mais o cidadão for educado, em todos os níveis, mais será capaz de lutar e exigir seus direitos e cumprir seus deveres”.

A atuação do consumidor no mercado pode ter reflexos positivos ou negativos sobre a economia, o meio ambiente e o comportamento das empresas. Dessa maneira, o consumidor tem a responsabilidade de usar esse poder não apenas em benefício próprio, mas em proveito de toda a coletividade – e isso só será possível com a formação de nova consciência, construída por meio da educação ambiental.

Considerações finais

É preciso abandonar o atual modelo de desenvolvimento, que visa apenas ao crescimento econômico, e buscar outro que respeite a natureza e utilize de modo racional os recursos naturais. A sustentabilidade não é mero modismo ou utopia inalcançável, mas uma necessidade para a sobrevivência do planeta Terra.

A preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações depende de uma consciência ecológica, e a formação de nova

consciência depende em grande parte da educação. É preciso uma educação que possibilite a continuidade da vida na Terra – e a educação para o consumo contribui para o desenvolvimento sustentável, ao promover o consumo consciente.

É necessário mudar os hábitos de consumo que causam sérios problemas ambientais e sociais, freando o consumismo e fazendo escolhas que promovam o desenvolvimento sustentável. O consumo deve ser socialmente responsável, para que o consumo de alguns não ponha em perigo o bem-estar dos outros, e sustentável, de modo que não comprometa as opções das futuras gerações.

Nesse processo, o consumidor consciente tem papel fundamental. Nas suas escolhas cotidianas, seja na forma de consumir, seja na opção por empresas com responsabilidade social, pode ajudar a construir uma sociedade mais sustentável e justa.

Assim, é preciso questionar os valores impostos pela sociedade de consumo e buscar novos parâmetros para a vida em sociedade. A consciência da necessidade do consumo sustentável constitui grande passo no caminho da sustentabilidade e depende da colaboração e da participação de todos. Nesse contexto, torna-se cada vez mais clara a ideia de que somente com atitudes e procedimentos éticos será possível a construção de uma sociedade mais justa, para o que a educação ambiental tem um papel essencial.

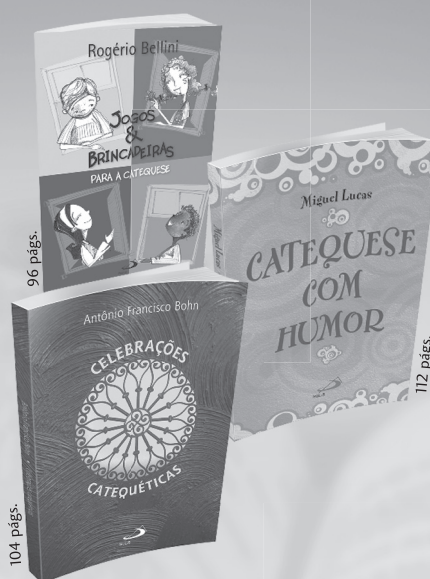
* Advogada, mestre em Direito e especialista em Direito Civil Contemporâneo (2005) pela Universidade de Caxias do Sul.

Bibliografia

- ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CALLONI, Humberto. A educação e seus impasses: um olhar a partir da noção de pós-modernidade. In: LAMPERT, Ernâni. *Pós-modernidade e conhecimento: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano*. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 49-75.
- CANEPA, Carla. Educação ambiental: ferramenta para a criação de uma nova consciência planetária. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, v. 12, n. 48, p. 158-166, jul.-set. 2004.
- DALY, Herman E. Sustentabilidade em um mundo lotado. *Scientific American*. São Paulo, n. 41, p. 92-99, out. 2005. Edição especial – Brasil.

- DELLA GIUSTINA, Osvaldo. *Participação e solidariedade: a revolução do terceiro milênio II*. Tubarão: Unisul, 2004.
- FREITAS, Vladimir Passos de. *A Constituição federal e a efetividade das normas ambientais*. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – Idec. *Consumo sustentável: manual de educação*. Brasília: Consumers International: MMA: MEC: Idec, 2005.
- _____. *Guia de responsabilidade social para o consumidor*. São Paulo: Idec, 2004.
- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL – Inmetro. *Consumo sustentável: manual de educação*. Brasília: Consumers International: MMA: MEC: Idec, 2005.
- _____. *Direitos do consumidor: ética no consumo*. Brasília: Inmetro, 2002. (Educação para o Consumo Sustentável.)
- LAMPERT, Ernâni. Pós-modernidade e educação. In: _____. *Pós-modernidade e conhecimento: educação, sociedade, ambiente e comportamento humano*. Porto Alegre: Sulina, 2005, p. 11-48.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lucia Mathilde Endlich Orth. 3. ed. rev. e aum. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LOCATELLI, Paulo Antonio. Consumo sustentável. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 5, n. 19, p. 297-300, jul.-set. 2000.
- MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. *Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MELO NETO, Francisco Paulo; FROES, César. *Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor*. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. Tradução de Paulo Neves. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- OST, François. *A natureza à margem da lei: a ecologia à prova do direito*. Tradução de Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- PENNA, Carlos Gabaglia. *O estado do planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Consumo sustentável*. Tradução de Admond Ben Meir. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente: Idec: Consumers International, 1998.
- RODRIGUES, Horácio Wanderlei. A educação ambiental no âmbito do ensino superior brasileiro. In: LEITE, José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros (Org.). *Direito ambiental contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 395-409.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 4. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2002.
- SIRVINSKAS, Luís Paulo. Meio ambiente e cidadania. *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos*, Bauru, n. 35, p. 305-307, ago. 2002.
- SPÍNOLA, Ana Luíza. Consumo sustentável: o alto custo dos produtos que consumimos. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 6, n. 24, p. 209-216, out.-dez., 2001.

Se apresentadas de forma
lúdica e descontraída, as
verdades de fé podem cativar
ainda mais os catequizandos.



Jogos e brincadeiras para a catequese

Rogério Bellini

A ação de brincar, além de ser fonte de prazer, é também de conhecimento. Foi pensando nisso que o autor resolveu inventar e reinventar brincadeiras para serem aplicadas nos encontros de catequese.

Catequese com humor

Miguel Lucas

Para que o educando seja cativado, é preciso que o ensino seja ministrado com muito amor e alegria. Ciente disso, o autor emprega neste livro uma pedagogia que instrui e satisfaz, além de apresentar diversos temas do Catecismo da Igreja Católica.

Celebrações catequéticas

Antônio Francisco Bohn

Cada capítulo deste livro é introduzido por um modelo de celebração catequética, com uma motivação específica, para, em seguida, ser apresentado o símbolo sobre o qual o catequista irá falar. Os catequizandos interagem fazendo leituras e respondendo ao chamado de Deus.

Vendas: (11) 3789.4000

SAC: (11) 3789.4119

paulus.com.br



PAULUS

ECONOMIA (solidária) É VIDA

Paul Singer*

A escolha do tema “economia e vida” pela Campanha da Fraternidade ecumênica de 2010 abriu uma oportunidade extraordinária para contrastar a economia que nos rodeia e domina com as exigências de uma vida voltada para a “construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão”.¹ Embora o capitalismo seja hegemônico no Brasil de hoje, convém notar que cerca de metade dos brasileiros que trabalham *não encontra nele lugar para ganhar a vida*.

Essa metade de excluídos trabalha em empreendimentos individuais, familiares, comunitários ou associativos. Uma parte deles se insere na economia solidária porque foi expelida de empresas capitalistas e não encontra o caminho de volta, mas muitos outros procuram na economia solidária um modo de trabalho e produção cooperativo e não competitivo, em que cada um seja associado e tenha o direito de participar das discussões e decisões sobre como gerir o empreendimento em pé de igualdade com todos os outros.

Não há dúvida de que as empresas capitalistas, sobretudo as maiores, pagam pelo menos o salário mínimo ou o piso profissional e garantem aos empregados descanso semanal e anual remunerados, aposentadoria, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e outros benefícios assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho. Essas condições atraem ao emprego nas empresas capitalistas grande multidão de pessoas, mas apenas algumas conseguem ser contratadas. Como visam ao máximo de lucro para seus proprietários, as empresas capitalistas somente contratam o número de trabalhadores que possa gerar para

elas uma renda maior do que os salários que lhes são pagos.

Para poder ficar no emprego, o trabalhador tem de obedecer às ordens de seus superiores, sem ser informado do porquê delas. A situação da empresa também é mantida em segredo pela alta direção – apesar de que, se ela piorar, muitos empregados receberão aviso prévio de que serão despedidos. Trabalhadores de linha têm metas de produção fixadas pela chefia que não podem ser discutidas, mesmo quando são absurdas. O trabalhador muitas vezes se sente joguete de forças que desconhece e é levado a ver cada colega como competidor em seu emprego.

A economia solidária desenvolveu-se tendo em vista o bem-estar do trabalhador, que não tem patrão e por isso não se subordina a interesses de maximização do “lucro”. O empreendimento da economia solidária, a rigor, não tem lucro (que sempre é comparado ao valor do capital investido, encarado como seu gerador). O objetivo do empreendimento de economia solidária é garantir um ambiente de trabalho amistoso, em que os trabalhadores compartilhem esforços, ideias, conhecimentos, tristezas e alegrias. Não há segredos nesses empreendimentos – ao contrário, todos precisam saber de tudo porque todos têm de participar das decisões com conhecimento de causa.

Os empreendimentos associativos têm por princípio aceitar todas as trabalhadoras e trabalhadores interessados em entrar na sociedade. Quanto mais crescer a cooperativa ou associação, mais forte ela será – a união faz a força –, o que beneficia a todos. É o princípio da *porta aberta* do cooperativismo, codifica-

do pela primeira vez em 1844 e desde então praticado. Se as vendas do empreendimento da economia solidária caírem, ninguém é despedido, mas o problema tem de ser encarado por todos os sócios. Várias saídas podem ser adotadas: mudar a produção para penetrar em mercados em expansão; melhorar a qualidade dos produtos para ganhar mais clientes; afastar da produção determinado número de sócios que têm possibilidade de ganhar trabalhando em algum outro ramo, até que as vendas se recuperem.

O importante é que todas as saídas são apreciadas pelo conjunto dos trabalhadores e as decisões de tentar umas ou outras são tomadas por maioria de votos ou ainda, mais frequentemente, por consenso. As cooperativas ou associações podem dispor de menos capital e por isso ter menor acesso a tecnologias de ponta, mas ninguém as supera em dedicação ao trabalho, o que lhes permite alcançar níveis altos de produtividade.

A economia solidária é uma economia a serviço da vida. Ela respeita as exigências da natureza, pois seus membros estão conscientes de que a devastação pode impossibilitar a continuidade da vida humana ou da vida em geral neste planeta. Ela se caracteriza sobretudo por não buscar a maximização de coisa alguma, o que lhe permite não exigir de seus seguidores qualquer coisa que eles não queiram. Os consumidores, em mercados solidários, são levados a praticar o consumo racional, responsável e solidário, o que possibilita conciliar as necessidades e preferências de produtores e consumidores. Nos mercados organizados que operam com uma moeda social própria, todos são, ao mesmo tempo, produtores e consumidores, ou seja, “prosumidores”.

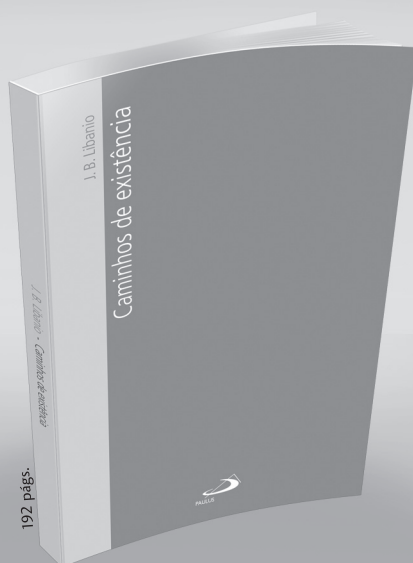
Por tudo isso, talvez não seja demais imaginar que a economia solidária possa ser vida, se já não o é em sua prática.

* Economista e sociólogo, professor universitário, secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. É autor de vários livros.

Nota:

1. Texto-base da Campanha da Fraternidade: Os objetivos desta Campanha da Fraternidade ecumênica (p. 17).

Avalie a sua
caminhada e
oriente o seu
existir.



Caminhos de existência

J. B. Libanio

Ciente de que a vida humana transita por muitos e complexos caminhos, propondo-nos ilimitados modos de existir, o autor — o renomado teólogo J. B. Libanio — tem como objetivo ajudar o leitor a repensar a si mesmo. Não são propostas de caminhos-modelos a serem percorridos, mas sim sugestões para que as pessoas orientem melhor suas vidas.

Vendas: (11) 3789.4000

SAC: (11) 3789.4119

paulus.com.br



PAULUS

A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS DESAFIOS DO COOPERATIVISMO DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL¹

Farid Eid*

Andréa Eloisa Bueno Pimentel**

Introdução

Uma economia alternativa concreta está em processo de gestação no Brasil, desde o final dos anos 80, para trabalhadores do campo e da cidade, mediante a estruturação de empreendimentos econômicos solidários (EES), destacando-se as cooperativas populares autogeridas, de forma a colocar novos desafios, entre os quais a necessidade da formação continuada no plano técnico, administrativo e político, como elementos fundamentais para buscar o equilíbrio entre o social e o econômico. Neste artigo, trataremos de analisar a economia solidária no Brasil, particularmente os desafios enfrentados pelo cooperativismo de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A questão de fundo é aprofundar o debate sobre se é possível conceber EES que consigam sobreviver e crescer na economia capitalista, incorporar progresso técnico, racionalizar a organização produtiva e do trabalho, trazer benefícios sociais aos associados, ser esforço político para as lutas dos trabalhadores, além de garantir gestão democrática e autônoma.

Se a temática da reforma agrária vem ocupando espaço crescente no debate acadêmico, nas instituições e na sociedade em geral, em virtude do potencial da sua contribuição na resolução de graves problemas brasileiros, tais como a concentração de renda e o desemprego, pouco se discute sobre a viabilidade social e econômica dos assentamentos de reforma agrária, associada a uma política efetiva de fixação das famílias no campo. As condições em que se encontram as famílias no campo são destacadas em um relatório

de pesquisa que demonstra que 19 milhões de pessoas residentes no meio rural do país (53% do total) estão abaixo da linha da pobreza, vivendo com menos de um quarto de salário mínimo *per capita*, ou seja, com menos de 20 dólares mensais, em maio de 2000² (Azevedo, 1998). Por outro lado, a simples distribuição de terras a quem necessita não é suficiente para resolver problemas nacionais. Faz-se necessária uma política governamental para a reforma agrária, tendo em vista a transformação da estrutura agrária brasileira, o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento sustentável em, pelo menos, três dimensões – econômica, social e ecológica. Nesse contexto, entidades como o MST assumem papel de destaque, pressionando o governo a fim de que este não apenas distribua a terra, mas também crie condições para que os assentamentos se desenvolvam. O artigo tem por finalidade analisar o desenvolvimento recente da economia solidária no Brasil à luz dos resultados da pesquisa inédita de Gaiger et al. (1999) e, em seguida, apresentar os resultados da pesquisa realizada por nós que analisa a dinâmica interna da organização social e produtiva e o uso de ferramentas gerenciais, as quais podem contribuir para a viabilidade social e econômica de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) do MST.

1. Importância da economia solidária no Brasil

Em diversas regiões do país, com maior intensidade em algumas, vêm se desenvolvendo, principalmente nos últimos 15 anos, experiências de geração de trabalho e renda de forma solidária

e associativa. Iniciativas isoladas deram lugar a uma realidade que se expande e se dinamiza, motivando a ação de entidades de classe e de políticas públicas no campo popular orientadas para uma economia alternativa concreta em processo de gestação.

Gaiger et al., ao analisarem a viabilidade e as perspectivas da economia solidária no Estado do Rio Grande do Sul, mostraram que, se antes as experiências de geração de trabalho e renda eram consideradas pelos pesquisadores como circunstanciais e efêmeras, de difícil registro, a partir da década de 90 aumenta ano a ano o interesse por investigações científicas sobre iniciativas solidárias, algumas com mais de dez anos de atividade contínua. Isso não quer dizer que dissoluções não ocorram, mas o que se observa de novo é a busca pela sobrevivência e mesmo o crescimento de algumas, procurando garantir, simultaneamente, o equilíbrio entre o econômico e o social. É nesse sentido que uma nova interpretação sobre experiências solidárias e programas de apoio considera que, para sobreviverem e crescerem, tenderiam a evoluir para ações propositivas, destacando-se o desenvolvimento de novas formas de organização da produção e do trabalho, com reflexos diretos no campo das políticas públicas e da organização da sociedade.

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) são definidos por Gaiger et al. (1999) como organizações coletivas de trabalhadores voltados para a geração de trabalho e renda e regidos, idealmente, por princípios de autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social. Entende-se por economia solidária (ES), segundo Singer (1999), o conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito organizadas por princípios solidários, espalhadas por diversas regiões do país e que aparecem sob diversas formas: cooperativas e associações de produtores, empresas autogestionárias, bancos comunitários, “clubes de trocas”, “bancos do povo” e diversas organizações populares urbanas e rurais. Desenvolvem principalmente atividades econômicas, como plantio, beneficiamento e comercialização de produtos primários, prestação de serviços, confecções, alimentação, artesanatos, entre outras.

Para viabilizar a expansão da ES, uma série de desafios são enfrentados, como a criação de novas políticas e instituições públicas e populares voltadas à representação e apoio, à incubação de EES, ao acompanhamento permanente das demandas de formação, crédito, tecnologia, mercado, gestão e outros.

Por meio da pesquisa de campo em 35 EES, urbanos e rurais, podem-se verificar, pelo menos, três resultados tangíveis: garantem sobrevivência imediata; criam oportunidades para o desenvolvimento intelectual e para o aprendizado de um ofício; rompem com o padrão paternalista e clientelista, ainda predominante, na assistência às populações pobres (Gaiger et al., 1999). Os pesquisadores observaram que determinadas iniciativas solidárias conseguiram sobreviver e atingiram níveis de acumulação e crescimento. Nessa perspectiva, a economia solidária, sem desconhecer o capitalismo como único sistema econômico mundial na atualidade, parte de valores distintos, entre os quais autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. Os pesquisadores analisam que o termo empresarial aqui proposto “deve ser dissociado da semântica que o vincula apenas ao empresário capitalista” (p. 25). A diferença estaria no fato de que a busca por maior racionalidade está fundamentada na cooperação com a exploração coletiva das potencialidades profissionais, em benefício dos próprios produtores. Essa racionalidade é distinta da lógica capitalista – não solidária e excludente – e distingue-se também da solidariedade comunitária, para a qual faltam instrumentos gerenciais.

Nos EES, o trabalho é o elemento central. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a lucratividade. Conforme Razeto (*apud* Gaiger et al.), “a valorização do trabalho próprio define a racionalidade destas pequenas empresas de trabalhadores” (1999, p. 36). É nesse sentido que se pode identificar o vínculo entre acumulação e cooperação. A acumulação está subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo de trabalhadores, aos objetivos da cooperação. Talvez por isso se possa compreender por que, apesar de levarem em consideração problemas enfrentados, praticamente todos os trabalhadores entrevistados na pesquisa de Gaiger et al. não cogitam voltar a trabalhar para um

patrão ou arriscar-se sozinho com um negócio próprio. Embora identifiquem dificuldades e incertezas, apontam vantagens em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição de coproprietário e gestor do negócio, com poder de decisão em benefício dos próprios trabalhadores; valorização da autoestima; desenvolvimento intelectual e de potencialidades profissionais; vivência do trabalho como algo digno, e não como atividade penosa. A hipótese de que a força dos empreendimentos solidários reside no fato de combinarem, de forma original, o espírito empresarial³ com o espírito solidário⁴ fica demonstrada. Em síntese, a cooperação e a eficiência no trabalho se desenvolvem nos EES onde exista similitude de interesses e motivações dos membros; utilização de maior capacidade de trabalho conjunto, por meio de acordo no coletivo; busca pela ampliação do conhecimento técnico e profissional apropriado pelo coletivo e incorporado à produção; distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo.

2. Os setores econômico-sociais do MST

O MST pode ser definido como uma empresa social pelo caráter de seus empreendimentos econômicos solidários (Pasquetti, 1998). De fato, observamos, em nossa pesquisa de campo em CPAs e na experiência como docente em curso de especialização em Administração de Cooperativas (Ceacop), que as atividades sociais e econômicas, onde existem, estão voltadas, em suas esferas de poder, para a construção de um modelo de gestão democrático e participativo; busca-se o desenvolvimento organizacional por meio da motivação coletiva para o trabalho voluntário e remunerado; há o compromisso e disciplina pessoal de seus membros com o cumprimento dos objetivos sociais; na definição das estratégias de crescimento econômico, a busca pelas sobras líquidas não é a referência principal, mas, principalmente, o desenvolvimento do ser humano, mediante o resgate e a ampliação da dignidade e da cidadania; geralmente, a propriedade é coletiva e deve beneficiar a todos os associados e envolvidos; o cooperativismo para assentados do MST é entendido como um dos caminhos para a emancipação humana.

Quanto à sua trajetória, com 16 anos de atividades, encontra-se organizado em 23 estados, em 600 assentamentos com cerca de 150 mil famílias. Nesse período, o MST destaca-se pelas atividades articuladas de cinco setores. O Setor de Produção criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) com base na geração de 400 associações de produção, comercialização e serviços, 49 cooperativas de produção agropecuária (2.300 famílias), 32 cooperativas de prestação de serviços (11 mil sócios), 2 cooperativas regionais de comercialização, 2 cooperativas de crédito (6 mil sócios) e 96 agroindústrias processadoras de frutas, leite, grãos, café, carnes, doces e cana-de-açúcar. O SCA atua em cerca de 700 municípios brasileiros. O Setor de Educação desenvolve pedagogia própria para escolas do campo em cerca de mil escolas públicas de assentamentos, com 75 mil crianças e 2.800 professores da rede municipal e estadual. O Setor de Comunicação coordena as atividades do *Jornal Sem Terra* e acompanha a formação de repórteres populares, de programas de rádio e de rádio comunitária em assentamentos, a divulgação de informações e notícias na página da internet e via *e-mail* para diversas organizações e grupos de apoio em nível nacional e internacional. E o Setor de Direitos Humanos articula uma rede nacional com 60 advogados que trabalham, de forma voluntária, em processos que envolvem prisões, assassinatos e outras questões relacionadas à defesa da reforma agrária. O Setor de Relações Internacionais coordena as atividades internacionais, principalmente em fóruns como a Via Camponesa, que agrega 80 organizações camponesas dos cinco continentes.

3. Organização da produção e do trabalho como fator potencializador do desenvolvimento nos assentamentos de reforma agrária

Estudo desenvolvido pela FAO/Incra (1998) em dez assentamentos considerados mais desenvolvidos e em dez outros considerados menos desenvolvidos identificou os principais fatores potencializadores do desenvolvimento, que são, nesta ordem: a presença de crédito; o quadro natural e a organização do seu uso; o entorno produtivo e/ou consumidor; a organização da produção; a assistência técnica. A organização política e o apoio institucional (infraestrutura produtiva e de serviços) atuam tanto na melhoria das condições sociais dos assentados, como tam-

bém contribuem para potencializar os sistemas produtivos. Os principais fatores limitantes ao desenvolvimento dos assentamentos encontrados pelo estudo são, em ordem de importância: o quadro natural; a infraestrutura deficiente, principalmente em relação à falta ou à precariedade das sete estradas internas e de acesso; falta de assistência técnica; a inexistência de organizações produtivas e políticas entre os assentados. A falta e/ou demora do acesso aos créditos e a infraestrutura básica relacionada à reforma agrária (Procer, ⁵ saúde, educação, habitação e energia elétrica) interferem negativamente tanto na perspectiva de obtenção de renda quanto na qualidade de vida dos assentados.

Nesse panorama, a organização da produção e do trabalho assume importante papel para o desenvolvimento de um assentamento. Onde existia maior organização política dos assentados, foi garantido melhor acesso às políticas públicas sociais e produtivas. Do mesmo modo, nos assentamentos analisados, onde havia falta de organização política, verificou-se baixa capacidade de interlocução com os diversos órgãos públicos e falta de organização produtiva – a qual poderia permitir uma utilização mais racional dos investimentos e a potencialização dos sistemas produtivos. O mesmo estudo da FAO/Incrá constatou que há maior destinação de recursos para a reforma agrária aos assentamentos considerados de maior potencial de desenvolvimento. Essa prioridade é justificada pela relação custo/benefício em uma situação de escassez de recursos diante da demanda total dos assentamentos. Os de maior potencial de desenvolvimento são os que possuem melhores quadros naturais, conseguem dar contrapartida ao apoio governamental e são ligados a movimentos sociais que aceleram a organização produtiva.

4. Organização da produção e do trabalho em cooperativas de reforma agrária do MST

A partir do momento em que os trabalhadores sem terra foram organizando-se, a cooperação agrícola foi tornando-se importante ferramenta de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária do MST. A cooperação pode iniciar com as formas mais simples, tais como mutirão, troca de serviços e/ou de insumos, grupos de trabalho coletivo, semicoletivos e associações

prestadoras de serviço, e ir evoluindo, aos poucos, em direção a formas mais desenvolvidas de cooperação, como as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPSs), as Cooperativas de Produção e Prestação de Serviços (CPPSs), as Cooperativas de Crédito e as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Por meio das propostas de CPAs, desenvolve-se o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) para superação do isolamento das experiências. O SCA está estruturado em nível nacional, por meio da Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), em nível estadual, com as Cooperativas Centrais Estaduais e as Cooperativas Regionais, e em nível municipal, com as CPAs. Na CPA, a terra permanece sob controle do coletivo, a não ser a pequena parcela destinada à produção de subsistência de cada associado. Todos os investimentos estão sob controle e em nome da CPA. O planejamento da produção é coletivo. Com relação à moradia, normalmente se formam agrovilas, que permitem quebrar o isolamento social das famílias assentadas e criar laços de integração comunitária de forma permanente. Além disso, o fato de as casas estarem próximas umas das outras e com certa urbanização viabiliza economicamente a possibilidade de se realizarem investimentos sociais, seja por parte do Estado, seja pela própria comunidade, em obras de infraestrutura que representem melhoria da qualidade de vida, como escolas, creches, energia elétrica, esgotos sanitários, água encanada e potável, telefonia, entre outras.

Nas CPAs, o trabalho é dividido e organizado em setores de produção e serviços. Essa forma de divisão e organização, no entanto, depende das características específicas do grupo – por exemplo, grau de companheirismo via luta pela terra em período anterior ao assentamento e na fase do acampamento; se há relação de parentesco e de parceria na realização do trabalho com desempenho equivalente; capacidade de organização interna; existência de quadros técnicos; nível de qualificação dos trabalhadores. Depende também do fato de os assentados divergirem ou não quanto às culturas agrícolas que vão produzir, quanto à intensidade de uso de insumos e quanto à aquisição de máquinas, entre outros. Esse conjunto de aspectos é fortemente influenciado pela trajetória de vida e de trabalho das famílias cooperadas (Eid et al., 1998). A CPA é complexa porque se constitui como EES

de gestão, de produção e de trabalhos coletivos. Atualmente, para se criar uma, o MST estabelece alguns condicionantes: além de a terra estar sob controle do coletivo, a cooperativa deve liberar quadros para os movimentos sociais, deve estar em uma área estratégica e ter um plano estratégico de desenvolvimento. Em nível nacional, no ano de 1998, estavam em operação 49 CPAs e 32 CPSs.

Neste estudo, estaremos concentrando nossa análise na organização interna das CPAs. Todas possuem estatuto social, regimento interno, Assembleia Geral, Conselho de Administração ou Conselho Deliberativo ou Coordenação, Conselho Diretor ou Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, setores de trabalho e núcleos.

O trabalho é organizado internamente por meio dos setores de trabalho que agregam todos os associados da cooperativa. Trata-se de uma instância de base da estrutura da cooperativa. Cada cooperativa organiza seus setores conforme as atividades que desenvolve, tais como os setores de grãos, horta, animal, máquinas, agroindústria, administrativo, vendas, entre outros. Cada setor tem seu coordenador eleito pelos associados membros de cada setor. Quanto à composição das instâncias de poder, mesmo que sejam escolhidos pelos setores, os coordenadores terão de ser aprovados pela Assembleia Geral. E, na base da estrutura, têm-se os núcleos, instâncias com características político-organizativas, com espaços de discussão sobre diversos temas referentes ao conjunto da cooperativa, à vida de seus associados e às questões ligadas ao MST. Nem todas as CPAs possuem núcleos organizados e em funcionamento. Quanto ao planejamento, não há um método unificado, uma vez que este é desenvolvido de forma diferenciada em cada uma delas, porém com algumas características comuns. Em todas as CPAs, o mínimo de planejamento que se tem é o plano de safra por produto. Com base nele, os setores organizam o trabalho dos associados e avaliam periodicamente o andamento dos trabalhos. No estágio atual de desenvolvimento das CPAs,⁶ poucas possuem planejamento de longo prazo, com horizontes para cinco a sete anos. Essa dificuldade se justifica, se levarmos em consideração que as CPAs normalmente se originam de grupos informais de trabalho coletivo.

5. Análise de instrumentos de gestão em cooperativas de reforma agrária do MST

Primeiramente, para não incorrer em erro de dimensionamento do tamanho de cada unidade produtiva e do número de cooperados, trabalhadores que serão futuros cooperados gradativamente percebem ser necessário um estudo de mercado e análise da viabilidade social e econômica do projeto de criação de uma CPA. O estudo pode indicar tipos de produtos que possuem demanda no mercado – padrões e diferenciados –, o preço possível de ser obtido, a tecnologia adequada de produção, a escala mínima viável para a unidade de produção. A análise de viabilidade do projeto se faz necessária para dimensionar corretamente a obra, o *layout*, a projeção do fluxo do processo de produção e verificar as exigências legais e normas ligadas aos serviços de inspeção sanitária e os equipamentos necessários ao processo produtivo, além dos postos de trabalho e a qualificação necessários. Com informações qualificadas, uma cooperativa pode passar a planejar suas ações e inversões de maneira mais segura, definindo, com menor grau de incerteza, postos de trabalho, requisitos de qualificação, número de cooperados necessários e adequados a cada realidade, sem deixar de levar em consideração o tempo para lazer, cultura, educação e outras atividades.

Numa perspectiva de viabilidade, faz-se necessário buscar permanente ganho de produtividade e qualidade. Para isso, existe a preocupação com a formação contínua de quadros técnicos. Além disso, considera-se necessário que os dirigentes tenham algum tipo de experiência administrativa. No entanto, em razão da baixa escolaridade dos associados, são poucos os que possuem experiência e qualificação na área de gestão de uma pequena propriedade (Christoffoli, 1998).

Diante disso, a Concrab criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), instalado no município de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Esse centro de formação e capacitação técnica promove, entre outros, o curso técnico em Administração de Cooperativas (TAC) e as Oficinas de Capacitação Técnica em Agroindustrialização, que visam qualificar assentados. Dentre os métodos de capacitação de massa utilizados pela Concrab,

destacam-se os Laboratórios Organizacionais (LO), que buscam formar quadros organizadores de empresas associativas, e os LO de Cursos, que visam à capacitação em algumas áreas técnicas específicas. Nos cursos de Formação Integrada com a Produção, os participantes conjugam o trabalho no lote individual ou coletivo com o aprendizado de técnicas agropecuárias e noções organizativas (Concrab, 1996b). A contínua preocupação com a capacitação técnica dos cooperados tem levado à busca de parcerias com algumas universidades brasileiras para o desenvolvimento de cursos de especialização superior em gestão de cooperativas.

Para o MST, perseguir um mercado alternativo parece estratégico para sobrevivência e crescimento, tendo as seguintes características: popular, local/regional; ideológico/propaganda da reforma agrária; comercialização direta entre os trabalhadores. De fato, conforme estudo de Kunz (1999), a experiência na criação de canais próprios de aquisição de matéria-prima básica para unidades de beneficiamento de erva-mate por cooperativas dos três estados da Região Sul, mediante relações de intercooperação, mostra que esse pode ser importante caminho a ser desenvolvido: a intercooperação por ramo de atividades. Buscar novos mercados para produtos de maior valor agregado pela via da diferenciação de produtos, com o uso da marca registrada “Produtos da Terra”, ou pela via de preços menores parece ser alternativa interessante. No Estado do Rio Grande do Sul, a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (Cooperal) desenvolveu sementes agroecológicas Bionatur, em que não foram usados agrotóxicos ou qualquer substância tóxica ou agressiva ao homem ou à natureza no seu cultivo, na pós-colheita ou em seu enlatamento. Observa-se preocupação crescente no desenvolvimento da agricultura orgânica como uma alternativa à agricultura tradicional, que utiliza agrotóxicos, ou à transgênica. Estudo desenvolvido por Cadore (1999) analisa a viabilidade da produção de arroz agroecológico pela cooperativa Coopan, no Estado do Rio Grande do Sul. Outra estratégia é a diversificação da produção. As cooperativas não apenas podem elevar seus rendimentos, garantir um fluxo de caixa com receitas ao longo do ano, garantir renda nos períodos de flutuações na deman-

da ou por perda da colheita... mas também tendem a reduzir a mão de obra ociosa nos assentamentos. A diversificação intensiva, porém, no atual estágio de desenvolvimento das cooperativas, pode acarretar perda de foco do negócio. Nesse sentido, a adoção de algumas normas técnicas de produção vem sendo introduzida gradativamente no processo produtivo e administrativo (Christoffoli, 1998), ao mesmo tempo em que se percebe, pelos depoimentos dos dirigentes do MST, da Concrab e de diversas CPAs, uma preocupação com o desenvolvimento do cooperativismo autêntico no interior da organização, sem ter de reproduzir a organização taylorista do trabalho, centralizadora e excludente.

De fato, para alcançar a eficácia nas decisões tomadas, além do acerto na tomada de decisão, é necessário ter a adesão de todos os que vão executá-la. No entanto, um dos maiores desafios para os EES é encontrar mecanismos de poder e de decisão equilibrados, que atendam às exigências essenciais da democracia e da eficácia organizacional (Christoffoli, 1998; Eid e Pimentel, 1999, 2000). Para garantir esse equilíbrio, os dirigentes da Concrab entendem que a formação e a capacitação devem ser continuamente desenvolvidas entre os cooperados, em todos os níveis hierárquicos – dirigentes, coordenadores e base (Gonçalves, 1999, p. 97). Observa-se que normalmente se faz presente forte possibilidade de diluição de responsabilidades dos cooperados na gestão e no trabalho da cooperativa. Onde isso se verifica, pode ocorrer que não se estabeleça a responsabilidade de quem atua com desleixo ou ineficiência no processo produtivo e no gerenciamento, assim como também não ocorra o reconhecimento e estímulo dos que desempenham sua função de forma a cumprir ou superar as expectativas. Christoffoli conclui, em sua análise, que há necessidade de definir claramente as atribuições e níveis de autoridade e responsabilidade dos coordenadores e das instâncias de base. Caso isso não ocorra, os coordenadores podem não se sentir respaldados em assumir o ônus das decisões operacionais que lhes caberia. O efeito disso pode ser a morosidade na tomada de decisões, afrouxamento no ritmo e na produtividade do trabalho e dissolução da hierarquia funcional.

Conclusão

A lógica da economia solidária é oposta à do mercado globalizado. Este, em sua perseguição pelo lucro máximo, separa-se de questões não econômicas. Tradicionalmente a globalização e seus impactos sobre o setor agrário são interpretados como um processo de padronização de políticas de fazenda, com maior expansão das fronteiras agrícolas, medidas uniformes de proteção ambiental, aumento da competitividade e da produção e comercialização de alimentos com controle cada vez maior de firmas transnacionais sobre a cadeia produtiva.

Contudo, longe de conduzir à homogeneidade, a globalização pode oferecer a oportunidade de repensar a diversidade local e pode ajudar comunidades locais a encontrar novos espaços no mercado em uma economia global nova ou a resistir às pressões globais (McMichael, *apud* Levi, 2000, p. 2). Nem os valores clássicos nem os princípios podem prover meios suficientemente resistentes à ameaça do paradigma neoliberal. Isso implica ir além da doutrina convencional sobre cooperativismo e recorrer à variedade de formas sociais e culturais que a comunidade espera sejam adotadas pelas cooperativas, principalmente as rurais (Levi, 2000, p. 13).

Procurou-se mostrar que, no Brasil, a dinâmica interna de organização social e produtiva e os desafios e alternativas desenvolvidos pelas cooperativas de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos levam a concluir que elas fazem parte da economia solidária, em processo de gestação em diversas regiões do país. No estágio atual de desenvolvimento de nossa pesquisa, observamos que, no interior do MST, na prática, há uma preocupação crescente de diversos dirigentes de CPAs localizadas em diversos estados, principalmente na Região Sul do Brasil, em buscar o equilíbrio crítico entre, por um lado, a ampliação dos ganhos sociais e políticos – resgate da dignidade e apoio às lutas dos trabalhadores – e, por outro, a melhoria da eficiência na gestão das cooperativas, buscando a sobrevivência e o crescimento, a fim de evitar que um descompasso possa levar à ruptura da coesão social. Dada a importância desse objeto de estudo, ressaltamos a relevância do desenvolvimento de estudos de

caso concretos e a necessidade de que sejam evitadas generalizações abstratas, deslocadas da realidade social e política dos assentamentos. Os estudos devem levar em consideração, pelo menos, três outros elementos na condução da análise: a estrutura fundiária diferenciada em cada região do país, trajetória social e política dos assentados e o papel dos organismos governamentais em cada região.

* Graduado em Administração de Empresas e em Economia, mestre em Engenharia de Produção, doutor em Economia e Gestão, na França (1994). Tem experiência em administração de empresas e coordenação de sindicatos. É professor e pesquisador universitário, atualmente no Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos.

** Docente do curso de Agroecologia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras. Possui graduação em Economia, mestrado em Engenharia de Produção e doutorado em Engenharia de Produção. Pós-doutoranda pela Faculdade de Ciências Agrônomicas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita.

Bibliografia

- AZEVEDO, E. A maioria no campo vive abaixo da linha da pobreza. *O Estado de S. Paulo*, 22 nov. 1998. Geral, p. A-17.
- CADORE, E. A. A matriz tecnológica nos assentamentos do MST. *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. Brasília: Iterra: Unisinos: UnB, 1999.
- CHRISTOFFOLI, P. I. Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do MST. *Curso de Especialização em Cooperativismo*. São Leopoldo: Cedope: Unisinos, 1998.
- CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola*, 1998.
- _____. Cooperativas de produção: questões práticas. *Caderno de Formação*, v. 2, n. 21, 1996.
- _____. Revista Concrab: quatro anos organizando a produção. *Revista Brasil*, São Paulo, 1996b.
- EID, F. et al. A dinâmica recente da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. *Anais...* Poços de Caldas, 1998, p. 767-778.
- EID, F.; PIMENTEL, M. E. B. A dinâmica da organização da produção em cooperativas de reforma agrária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz de Iguaçu. *Anais...* Foz de Iguaçu, 1999.
- _____; _____. Dinâmica da organização social e produtiva em cooperativas de reforma agrária no Brasil. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, 2000, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2000.
- FAO; INCRA. *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Coordenação de Gilson Alceu Bittencourt et al., 1998.
- GAIGER, L. et al. A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas. *Cadernos Cedope*, São Leopoldo, n. 15, 1999. (Movimentos Sociais e Cultura.)

- GONÇALVES, B. V. A lógica de construção das cooperativas de prestação de serviços. *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. Brasília: Iterra: UnB, 1999.
- GUMIEIRO, A. Uma análise das desistências das famílias associadas na Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. – Copavi (Paranacity/PR). *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. Brasília: Iterra: Unisinos: UnB, 1999.
- KUNZ, M. F. B. Intercooperação das unidades de beneficiamento de erva-mate dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. *Curso de Especialização em Administração de Cooperativas*. Brasília: Iterra: Unisinos: UnB, 1999.
- LEVI, Y. Globalization and the “cooperative difference”. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, 2000, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2000.
- PASQUETTI, L. A. O MST como uma empresa social. *Estudos 2, Presidente Prudente: Unesp/Nera*, n. 12, p. 33-50, 1998.
- SINGER, P. Possibilidades da economia solidária no Brasil. In: CUT BRASIL. *Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. São Paulo: CUT, 1999, p. 51-60.

Notas:

1. Trabalho apresentado e publicado nos Anais do: *Taller Internacional de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Socioeconómico*, Havana, Cuba, 10 a 12 de novembro de 1999; *X World Congress of Rural Sociology* e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, Brasil, 30 de julho a 5 de agosto de 2000. Publicado em *Vida Pastoral* com autorização dos autores.
2. Pesquisa desenvolvida no Programa de Estudos sobre Agricultura e Desenvolvimento Sustentado (Progesa/Uerj) para o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead) do Ministério da Política Fundiária.
3. O espírito empresarial se desenvolve com aplicação de ferramentas como gerenciamento, planejamento, capacitação, eficiência e viabilidade econômica.
4. Por espírito solidário entende-se o desenvolvimento prático de valores como cooperação, autogestão, democracia e propriedade comum.
5. Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária, extinto em 1999.
6. O MST considera que a evolução de uma CPA se dá por meio de três etapas, não necessariamente sequenciais e com coexistência de mais de uma etapa: a) produção agrícola para subsistência; b) comércio de excedente; c) agroindústria.

Folheto O DOMINGO – Culto Dominical

O folheto *Culto Dominical* é um excelente subsídio para as celebrações litúrgicas nas comunidades sem padres. O folheto auxilia na preparação e na animação das celebrações da Palavra, trazendo as leituras, orações, comentários e dicas para a reflexão sobre as leituras, além de artigos para o enriquecimento catequético-pastoral e espiritual.

Assinaturas: (11) 3789-4000
Ou pelo e-mail: assinaturas@paulus.com.br

INSTITUTO JESUS SACERDOTE para bispos e sacerdotes diocesanos

“Fostes prudentes, querendo acrescentar méritos a méritos. À vida cristã acrescentastes a vida sacerdotal. À vida sacerdotal acrescentastes a vida consagrada”. Assim dizia Alberione aos presbíteros do Instituto Jesus Sacerdote. Característica deles é a “secularidade”.

Em Cristo, o presbítero se alimenta da Palavra e da Eucaristia. Em Cristo, unificam-se oração, estudo, apostolado, consagração, tudo numa síntese vital de amor, até aproximar-se do ideal paulino: “Eu vivo, mas não sou eu que vivo, é Cristo quem vive em mim” (Gl 2,20). Cristo Mestre e Pastor é o princípio e o fim da espiritualidade e ministério do Instituto, cujos membros procuram crer em Jesus, seguir seus exemplos, viver sua paixão na esperança de participar de sua ressurreição, como testemunhas visíveis da sua presença invisível, para que a humanidade conheça Jesus Cristo e o seu Evangelho.

“A devoção a Jesus Divino Mestre, Caminho, Verdade e Vida, será mais perfeita se for precedida e acompanhada pela devoção a Maria, Mestra, Mãe, Pastora e Rainha dos Apóstolos” (Alberione). A vida sacerdotal encontra em Maria o motivo e modelo perfeito da união com Jesus. Na missão de dar Jesus ao mundo, nela se inspiram apóstolos e evangelistas.

O Instituto considera como padroeiro, modelo e protetor o apóstolo Paulo, “doutor dos gentios e pregador da verdade em todo o mundo”.

“Razão da profissão dos conselhos evangélicos no Instituto Jesus Sacerdote: o valor intrínseco dos votos de obediência, castidade e pobreza, para louvor da Santíssima Trindade; a grandeza do carisma paulino: centralidade de Cristo na vida espiritual, e universalidade do ‘coração’ de Paulo; a atualidade do apostolado paulino: Jesus Cristo total, para todas as pessoas, com todos os meios, principalmente com os meios de comunicação social” (Pe. Bernardo Antonini, membro do Instituto).

Conheça os INSTITUTOS PAULINOS DE VIDA SECULAR CONSAGRADA

* *Instituto Nossa Senhora da Anunciação* (para moças) * *Instituto São Gabriel Arcanjo* (para moços) * *Instituto Santa Família* (para casais) * *Instituto Jesus Sacerdote* (para bispos e sacerdotes diocesanos)

Para informações, dirigir-se a: Institutos Paulinos - Via Raposo Tavares, km 18,5 - 05576-200 - São Paulo - SP
institutospaulinos@paulinos.org.br

ROTEIROS HOMILÉTICOS

(Também na internet: www.paulus.com.br)

Aíla Luzia Pinheiro Andrade, nj*

3º DOMINGO DA QUARESMA
(7 de março)

UMA PRESENÇA QUE CONVIDA
À CONVERSÃO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Deus se faz presente na história por meio de quem aceita o encargo de falar à humanidade em nome dele. O criador do mundo guiou os patriarcas, chamou Moisés para libertar os escravos do Egito e, depois de ter enviado os profetas, revelou-se como Pai de Jesus Cristo, o emissário por excelência, ressuscitado e presente nas comunidades cristãs. A constante presença divina na história nos questiona sobre a acolhida que o ser humano ofereceu a Deus através dos tempos. Crises financeiras, desastres e catástrofes da natureza não são as piores coisas que podem atingir a humanidade. O maior desastre que pode sobrevir à criação inteira é a falta de acolhida a Deus por parte da única criatura capaz de reconhecê-lo e amá-lo. Porque a criatura não tem a existência em si mesma, mas a recebe do único EU SOU. Ao ser humano cabe responder em nome da criação inteira: AQUI ESTOU.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 13,1-9): O Enviado de Deus convida à conversão

Esse texto insere-se numa série de discursos sobre a necessidade de reconhecer os sinais dos tempos. Os sinais são um convite à conversão, pois a missão histórica de Jesus marca o fim da espera e inaugura o tempo da decisão a favor ou contra o enviado de Deus. Duas desgraças públicas daquela época são citadas por Jesus com o intuito de corrigir ideias erradas sobre a ação de Deus.

Jesus mostra a necessidade de uma transformação interior e real dos ouvintes, fazendo-lhes o apelo para não se sentirem justos diante de Deus

nem considerarem as vítimas de desastres como pecadores castigados. A admoestação de Jesus visa modificar a mentalidade da época, assegurando que todos são pecadores e, portanto, todos são convidados à conversão. Converter-se significa acolher a presença salvadora de Deus oferecida em Jesus. Rejeitá-la seria algo pior que um desastre.

Hoje, muitos cristãos ainda pensam que o Pai exigiu a morte do Filho como pagamento pelos pecados da humanidade. Contudo, na ressurreição de Jesus, o Pai mostra que está do lado das vítimas e que o fato de sofrer violência ou desastres não significa ser castigado pelos pecados.

O texto prossegue com a parábola da figueira, que vem confirmar esse chamamento à conversão. A imagem da figueira estéril era muito comum na época para indicar o comportamento infiel do povo (cf. Jr 8,13; Mq 7,1). Apesar da não produtividade da figueira, ainda há uma última tentativa: esperar mais um ano. Lembremos que a atuação de Jesus inaugura o ano jubilar (Lc 4,18). Isso significa que, na ação e na palavra de Jesus, nos é oferecida a última oportunidade de conversão, de decisão, pois o julgamento está próximo (Lc 13,9).

2. I leitura (Ex 3,1-8a.13-15): “EU SOU” me envia a vós para vos tirar da escravidão

Esse texto sobre a vocação de Moisés está dividido em três partes: Deus exigiu que Moisés demonstrasse humildade (3,1-6), informou-lhe sobre o propósito divino (3,7-10) e assegurou-lhe que a presença divina o acompanharia (vv. 13-15).

a) Tira as sandálias (3,1-7). Moisés está acomodado, apascentando os rebanhos do sogro, e chega até a Montanha de Deus. O texto mostra que Deus chama o ser humano na vida cotidiana, desde que este se disponha a ir um pouco além da rotina diária. Para tanto, o texto bíblico se utiliza de vários elementos simbólicos. A sarça ardente é representada na liturgia judaica como o candelabro de sete lâmpadas sempre aceso no tabernáculo

(hoje nas sinagogas), simbolizando a presença de Deus na criação e na história. Caberia ao judeu nunca deixar faltar o óleo (a fé) para que o ser humano fosse tocado pela presença de Deus.

Moisés viu que a sarça ardia e não se consumia porque não é intenção de Deus destruir as coisas para se fazer notado. O termo hebraico para sarça (*seneh*) soa parecido com Sinai e quer mostrar como o temível Deus do Sinai, a quem Moisés evita olhar, é alguém que se faz humilde num arbusto do deserto e na vida de qualquer pessoa, por mais insignificante que pense ser.

Deus conhece Moisés, chama-o pelo nome e quer também se dar a conhecer, revelando seu grandioso nome. Ao chamado Moisés respondeu *hinnení*, que se traduz por “aqui eu estou” ou “aqui eu sou”. Porque somente estando diante de Deus o ser humano encontra a própria identidade. *Tira tuas sandálias*, ordena o Senhor, despoja-te de tua presunção, porque eu sou um Deus que, sendo grande, se faz pequeno. Deixa teus pés tocarem o pó de onde vieste, para que saibas que tua grandeza vem de Deus e não de ti mesmo.

Deus não se apresentou a Moisés como novo deus, mas como aquele que caminhou com os antepassados ao longo da história. Tratava-se do Deus do pacto, um Deus de amor, porque quem ama se compromete com o ser amado. Israel havia se esquecido de seu Deus – afirma a hermenêutica dos mestres judeus sobre esse texto –, mas Deus não esqueceu seu povo, não rompeu com a aliança feita com os patriarcas e não deixou de acompanhar aqueles a quem amava.

b) O propósito divino (3,7-10). O Senhor chama Moisés a uma missão. Dois são os elementos principais desse diálogo: 1) a decisão irrevogável de libertar o povo (v. 8); 2) a escolha de Moisés para ser o instrumento dessa libertação (v. 10).

Os verbos empregados indicam a presença constante de Deus junto ao povo: *eu vi, eu ouvi, eu conheço as angústias dele, eu descí, eu te envio*. Pela primeira vez Israel é chamado de *terra onde corre leite e mel*. Essa expressão simboliza tudo que pode estar em contraposição à realidade de escravidão. Mas, se a terra prometida tem donos, isso significa que o dom é também uma conquista. Deus não faz 100%, porque, se assim fosse, ele não teria feito um pacto. O Deus da aliança envolve o ser humano em sua ação salvífica.

c) Um Deus companheiro (3,13-15). Depois de saber do propósito de Deus, Moisés tem uma pergunta, que não deriva de abstrações filosóficas, mas tem cunho prático e pastoral: *se o povo me perguntar qual é seu nome, o que direi?* (v. 13). Nas antigas civilizações, o nome significava a própria pessoa, seu caráter, seus atributos, seu ser.

A preocupação de Moisés é *como é Deus, qual a atividade dele, qual é sua ação*.

Deus responde a Moisés com o verbo hebraico “ser/estar”. Como se encontra em uma ação incompleta, devemos traduzi-lo por “era”, “sou”, “serei”, “estava”, “estou”, “estarei”. O Deus sempre presente e acolhedor do ser humano envia mensageiros para que sua presença possa ser efetiva nos que estão em situação de escravidão, para os que têm a dignidade negada. Deus é o existente e a fonte da existência de todos os seres. Seu nome significa que ele é um mistério e só pode ser visto por meio do ser humano, sua imagem. Por isso qualquer tipo de escravidão é uma ofensa a Deus, pois a imagem de Deus é roubada do ser humano quando a dignidade deste é negada.

O “nome” também significa que Deus será conhecido por meio daquilo que faz, ou seja, de sua ação na criação e na história. Ele já agiu em favor dos patriarcas, e seu nome enfatiza a presença ativa do Senhor no passado, no presente e no futuro. O versículo 12, que não foi lido nesta liturgia, afirma: *eu estarei sempre contigo*. Ele estará presente e agindo até o fim dos tempos.

3. II leitura (1Cor 10,1-6.10.12): A rocha que os acompanhava era Cristo

A maior parte da Igreja de Corinto era formada por não judeus. Por isso Paulo se preocupa com a qualidade da vida cristã nessa grande cidade, profundamente marcada pela libertinagem e pelas demais situações de pecado decorrentes da falta de compromisso com o seguimento de Jesus.

O texto proclamado na liturgia de hoje divide-se em duas partes: a) resumo da narrativa bíblica sobre o período em que o povo viveu no deserto (10,1-6); b) uma advertência contra a falsa segurança religiosa (10,10-12).

À maneira dos mestres judeus, Paulo resume e interpreta os acontecimentos da saída do Egito e da peregrinação no deserto. Os principais elementos literários e teológicos são: a nuvem, o mar, o maná e a rocha da qual saiu água (Ex 13-17; Nm 20,7-13). Há um vínculo entre a experiência de Deus que os cristãos têm no presente e a experiência de fé vivida pelos hebreus no passado. Os eventos do passado eram prefigurações do que viria em plenitude com Jesus Cristo. O êxodo do Egito foi o ato salvífico do Antigo Testamento, e a morte e ressurreição de Jesus são o evento salvífico por excelência. Esses acontecimentos não estão desvinculados. A obra redentora de Jesus Cristo é a obra do Pai.

Antes de entrar na terra prometida, Israel enfrentou vários desafios no deserto que mostraram a fragilidade de sua fé, e agora a Igreja deve mostrar a

consistência de sua fé. Portanto, a Igreja tem muito que aprender com a história de Israel.

Usando um antigo método judaico de interpretação, Paulo afirma a respeito dos hebreus que saíram do Egito: “todos foram batizados”, “todos comeram”, “todos beberam”. “Todos foram batizados”: ou seja, por meio de Moisés, o libertador enviado por Deus, os hebreus receberam vida nova, deixaram de ser escravos e fizeram uma aliança com Deus. Alguns textos bíblicos aludem ao maná como “o pão do céu” (Sl 105,40). De igual forma, a água que brotou da rocha era um dom de Deus. O maná e a água são descritos como alimentos espirituais porque não eram produtos de Moisés, mas, sim, de Deus.

E, como a água brotada da rocha é mencionada no início (Ex 17,1-7) e no fim (Nm 20,2-13) da peregrinação no deserto, os mestres judeus forjaram a interpretação de uma rocha ambulante que acompanhou o povo por 40 anos. Isso não é um absurdo, mas um simbolismo profundamente teológico, visto que em várias passagens Deus é chamado de “rocha” (Dt 32,4ss). Paulo utiliza a teologia dos mestres judeus para afirmar que a rocha era Cristo.

Os hebreus receberam os benefícios da presença divina, mas nem todos assumiram a responsabilidade com o compromisso da aliança. Seu pecado foi duplo (Nm 13-14): 1) duvidar da presença salvadora, murmurando contra Moisés; 2) confiar nas próprias forças. Paulo usa a narrativa sobre o deserto como uma advertência aos coríntios: o mesmo pode acontecer com eles.

O fato de terem participado do “batismo” em Moisés e provado da comida e bebida espirituais no deserto não garantiu aos hebreus a entrada na terra prometida. Tampouco uma participação mecânica na Igreja, sem um seguimento genuíno de Cristo, será garantia de bem-estar nesta vida e de salvação eterna.

A presunção dos coríntios lhes fez crer que a participação regular nos sacramentos lhes era garantia de ser verdadeiros cristãos. Mas, com uma leitura acurada dos eventos do passado, Paulo procura conscientizá-los desse engano. Os sacramentos revelam a presença de Deus entre nós e nos questionam sobre o tipo de vida cristã que estamos assumindo. Eles não nos foram dados para o conformismo e para a presunção, mas como fonte, cume e critério da práxis cristã.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

É oportuno perguntar pelo verdadeiro engajamento na Igreja, sobre a qualidade da vida cristã e sobre o significado mais profundo do seguimento de Jesus e suas implicações na vida cotidiana. Também se deve fazer um convite à acolhida da

presença de Deus no outro e à conversão diária. É bom perguntar pelos sinais que mostram a veracidade de nossa fé/fidelidade ou a insensatez de nossa presunção.

4º DOMINGO DA QUARESMA (14 de março)

É NECESSÁRIO CELEBRAR A RECONCILIAÇÃO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Nas leituras de hoje há um convite para a celebração e para a reconciliação. Nesse convite está implícita a necessidade de mudarmos nossa visão sobre Deus e, conseqüentemente, nossa relação com ele. Deus não é como o faraó do Egito e nós não devemos manter com ele uma relação interesseira, mas de amor gratuito e filial. Somente à luz desse novo olhar para Deus é que se poderá compreender o modo pelo qual ele atua na história. Enquanto pensarmos que somos justos, faremos mau julgamento das pessoas que não seguem nossos padrões religiosos. Agindo assim, seremos incapazes de sentir a necessidade de reconciliação com Deus e com o próximo.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 15,1-3.11-32): Celebraram o retorno do filho à casa paterna

Em Lc 15 está a chave de interpretação da obra de Jesus: Deus sai à busca do perdido. Os vv. 1-3, que são introdutórios, apresentam o contexto e a motivação das parábolas. Os cobradores de impostos e os pecadores se aproximam de Jesus para ouvi-lo, enquanto os fariseus e os escribas criticam a atitude de Jesus, que toma refeição com os pecadores. Sabe-se que participar da mesma mesa significa comungar das ideias e do estilo de vida. Ao partilhar a refeição com os pecadores, Jesus põe em jogo sua reputação de homem de Deus. Mas as parábolas que ele contará vão contrapor-se às murmurações dos seus adversários, mostrando a ação do Pai que se reflete na atuação de Jesus.

O texto se divide em duas cenas: o filho mais jovem (15,11-24) e o filho mais velho (15,25-32). Estas são unidas pela ação do pai, o protagonista de todo o relato. O ponto central é o encontro com o pai, comentado pelo refrão que sela toda a cena: “Este meu filho estava morto e tornou a viver, estava perdido e foi encontrado” (15,24).

Os vv. 11-16 narram a situação do filho mais novo. Sua emancipação e o desperdício de sua

herança. A herança não significa exatamente bens materiais, mas tudo o que sustenta a vida. O filho mais novo se distancia, rompe com o pai; vai para uma terra longínqua, dissipa os bens e, finalmente, chega a uma situação desumana, pois cuidar dos porcos é o nível mais baixo que um judeu poderia descer em sua dignidade. Fato mais agravante é não poder alimentar-se sequer da ração destinada a esses animais.

Os vv. 17-21 narram o processo de retorno à casa paterna. Inicialmente, com a tomada de consciência sobre a vida digna que poderia ter na casa do pai como empregado. A lembrança da fartura é contraposta à sua situação de fome e miséria. Num primeiro momento, é a fome que o impele a voltar para casa. Mas, sabedor de seu erro, reconhece que não é digno de ser acolhido como filho. Por fim, recordando-se da bondade do pai, que não maltratava seus empregados, retorna em busca de pão. O pai, ao avistá-lo, corre-lhe ao encontro, movido de compaixão, envolve-o num abraço e cobre-o de beijos – ou seja, acolhe-o com o filho amado. Ordena aos empregados que tragam roupa nova, joia e sandália, para que o filho seja restituído em sua dignidade filial. Em seguida, exige que se celebre o retorno à vida. É a alegria pelo pecador que foi convertido, pelo perdido que foi encontrado. Aqui se justifica a atitude de Jesus em partilhar a refeição com os pecadores.

Nos vv. 25-32 entra em cena o filho mais velho. Este se ressentia porque o pai acolheu o filho mais novo sem reservas. O ressentimento o leva a manter-se fora, a não comungar com a atitude paterna, e por isso até critica o pai. Este sai ao encontro desse filho também e suplica-lhe que entre, pois é necessário alegrar-se e festejar o retorno do filho mais jovem. Contudo, o filho mais velho está enciumado porque não mantém com o pai uma relação afetiva, mas, sim, servil.

A narrativa termina com um convite para celebrar o retorno do pecador arrependido. Jesus mostra que o Pai sai à busca dos perdidos e festeja porque são resgatados. Essa era também a atitude de Jesus e deve ser a nossa.

2. I leitura (Js 5,9a.10-12): Reconciliaram-se com o Senhor celebrando a Páscoa

Embora o Senhor tenha sido sempre fiel, a aliança ficou parcialmente interrompida por causa da desobediência daqueles que saíram do Egito. Conforme o versículo 9, a entrada na terra prometida faz que Deus remova definitivamente a vergonha do povo. Considerando a expressão “opróbrio dos egípcios”, os mestres judeus interpretam que os egípcios escarneciam dos hebreus peregrinos no deserto, duvidando que Deus lhes cumprisse a promessa.

A Páscoa não havia sido celebrada no deserto. Agora, nova geração de hebreus reconcilia-se com Deus, retomando a aliança e o projeto divino. A celebração da Páscoa na terra prometida é renovação da aliança e reinaugura o processo histórico salvífico para o povo de Deus. Na festa da Páscoa, os hebreus celebram, principalmente, a gratuidade do Senhor, que os amou e os libertou da escravidão, os alimentou e lhes deu uma terra onde pudessem viver com dignidade.

Portanto, o texto enfatiza esse novo começo, essa nova etapa na vida e na história de Israel que implicava uma ruptura com a desobediência do deserto. A celebração da Páscoa atualiza, ritualmente, a libertação da escravidão, mas também serve para fazer memória da história, aprender com os erros e solidificar a fidelidade a Deus.

Além de enfatizar a reconciliação na celebração da Páscoa, o texto ressalta que os hebreus comeram do produto da terra e depois disso o maná cessou (vv. 11b e 12a). Esse detalhe mostra uma mudança. O povo passou do maná providenciado durante a peregrinação no deserto para o alimento que era fruto da terra. Assim como o maná, o fruto da terra é símbolo da provisão generosa de Deus, agora de forma diferente, porque a etapa histórica também é diferente.

Os hebreus estavam na terra da qual Deus havia dito que manava leite e mel, e a palavra de Deus se cumpria agora que provavam dos frutos dessa terra fértil, onde poderiam viver com dignidade. O povo confirmava a generosidade do Senhor e o total cumprimento de suas promessas.

A posse da terra prometida exigia um povo renovado, distinto do que estava no Egito, com um estilo alternativo de viver, como uma nova humanidade. Era a consolidação das relações entre Deus e seu povo e a afirmação da identidade de povo de Deus. Por isso era necessário celebrar.

3. II leitura (2Cor 5,17-21): Somos embaixadores da reconciliação

A reconciliação descrita nesse capítulo exige uma vida nova e diferente. Os vv. 16-21 ressaltam que o começo dessa vida nova é marcado pelo modo como julgamos os outros. A sociedade atual avalia as pessoas pela aparência, pela cultura, pela inteligência, pelas posses e por sua habilidade em manipular as circunstâncias. No âmbito religioso, há a tendência de julgar os menos engajados ou os desengajados da Igreja como “pessoas do mundo” e de má conduta.

Paulo declara enfaticamente que a perspectiva da qual o cristão vê todas as coisas deve ser a mesma de Jesus. O apóstolo é credenciado para afirmar isso porque houve um tempo em que ele julgou erroneamente os seguidores do Messias.

Os vv. 17-19 salientam que em Cristo todas as coisas são velhas e agora tudo é novo, e isso ocorre por causa da graça de Deus, que reconciliou o mundo inteiro consigo. Estar “em Cristo” (v. 17a) representa uma relação íntima, e Paulo a expressa com o termo “nova criatura” (v. 17b). Falar de nova criação era a maneira usual com que se descrevia um prosélito judeu (alguém que se convertia ao judaísmo). Esse conceito adquiriu um sentido mais profundo. Os cristãos são novas criaturas porque, “em Cristo”, são pessoas renascidas com atitudes novas por meio de um espírito novo.

Por Cristo, Deus criou uma nova humanidade; tudo vem de Deus, ele é o autor da salvação. O impacto da obra redentora de Deus é a reconciliação (v. 18). O verdadeiro significado da reconciliação é que Deus tomou a iniciativa de perdoar o ser humano por seus crimes, faltas, hostilidade, rebelião e pecado. A iniciativa foi sempre de Deus.

Na reconciliação, o perdão é essencial. Deus não considerou nossas transgressões (v. 19b), mas tomou a iniciativa de perdoar. Quando alguém experimenta a reconciliação com Deus, é natural que queira reconciliar-se com seu semelhante. Além disso, Deus “nos deu o ministério da reconciliação” (v. 18c). Somos portadores e agentes com a obrigação de realizar a reconciliação entre a humanidade e Deus; consequentemente, a reconciliação se torna possível e necessária entre os seres humanos.

Deus pôs em nossas mãos a palavra de reconciliação e espera que sejamos seus mensageiros (v. 19c). A reconciliação não é iniciativa nossa, mas é algo que Deus realizou por meio de Cristo (v. 20). O Senhor pôs de lado tudo aquilo que significava distanciamento a fim de proclamar a paz entre o Criador e a criatura. O evangelho é boa notícia, a reconciliação realizada por Deus merece e deve ser proclamada à humanidade inteira.

Paulo nos leva ao ápice do ministério cristão com a declaração de que “somos embaixadores de Cristo” (v. 20a). O papel do embaixador é singular porque está credenciado pela autoridade que o enviou. Deus nos delega como embaixadores para a obra reconciliadora.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Enfatizar que nossa condição de cristãos não nos identifica com o filho mais velho cumpridor dos mandamentos, mas, sim, com o filho pecador e necessitado de perdão. Procurar fazer que cada pessoa da assembleia se identifique com o filho mais novo, porque somente assim será possível celebrar a nossa libertação definitiva do pecado e da morte na Páscoa do Senhor.

5º DOMINGO DA QUARESMA (21 de março)

O VERDADEIRO LOUVOR É AJUSTAR-SE À VONTADE DE DEUS

I. INTRODUÇÃO GERAL

O termo justiça, na Bíblia, denota conformidade com um padrão. Significa amoldar-se à vontade de Deus com base na Escritura. Justiça, portanto, é a qualidade de estar conforme com o que Deus espera do ser humano. Basicamente, o justo é descrito como alguém que faz a vontade de Deus em relação ao outro. Os textos de hoje chamam a atenção sobre o que é a verdadeira justiça ou sobre o que agrada a Deus e lhe dá louvor.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 8,1-11): Ajustar-se à vontade de Deus é praticar a misericórdia

Os fariseus querem uma prova concreta para incriminar e prender Jesus. Este retorna ao templo para ensinar a multidão presente naquele lugar. Enquanto ensinava, os fariseus trouxeram-lhe uma mulher surpreendida em adultério e, recorrendo à Lei de Moisés, inquiriram-lhe sobre que sentença daria (v. 6). Naquele tempo, o adultério não era considerado somente a relação sexual. Aquela mulher poderia apenas ter se insinuado para um homem e isso já a identificava como adúltera. Nesse contexto, uma pessoa pode adular sozinha (cf. Mt 5,27; Jesus aplica essa lei também para o homem).

Os fariseus põem Jesus à prova, pois, de um lado, não poderia ficar contra a Lei, o que seria um pretexto para acusá-lo de blasfêmia, e, de outro, era de conhecimento público sua misericórdia para com os pecadores.

Jesus, de imediato, não responde, parece ignorá-los. Sabe que a preocupação de seus interlocutores, nesse momento, não é saber a vontade de Deus para ajustar-se a ela, mas apenas ter algo concreto para incriminá-lo. Quando insistem, Jesus responde de forma inesperada, modificando o enfoque da questão e os envolvendo no assunto: “Quem dentre vós não tiver pecado atire a primeira pedra”. Nessa reviravolta, Jesus não recusa o juízo de Deus, mas deseja que os fariseus o apliquem primeiramente a si mesmos. E, como o conceito de adultério era muito mais amplo naquela época que nos dias atuais, então os interlocutores já não têm como continuar com a acusação sobre a mulher, visto que também são culpados, ainda que não tenham sido surpreendidos anteriormente.

Não tendo como continuar, cada um vai embora, começando pelos mais velhos – os mais prudentes. Assim, Jesus fica a sós com a mulher e lhe dirige a palavra, perguntando se alguém a condenou. Diante da resposta dela, ele afirma que também não a condena. A mulher é despedida de forma imperativa por Jesus, que lhe ordena que não peque mais.

Jesus se revela, nesse episódio, como o enviado do alto que mostra o rosto misericordioso de Deus, mas também o seu juízo. A justiça do ser humano é, principalmente, condenatória, diferente do juízo de Deus. A justiça de Deus é feita de perdão e de orientação para a mudança de vida. Na atitude de Jesus para com a mulher pecadora, não se revela apenas a sua identidade messiânica e profética, posta em xeque pelos fariseus, mas manifesta-se, sobretudo, a fé da mulher que confiou no seu juízo e por isso saiu justificada. Também se revela a incredulidade dos que se recusam a enxergar o testemunho de Jesus, o enviado do Pai.

2. I leitura (Is 43,16-21): Um povo para louvar o Deus misericordioso

O texto descreve o retorno do povo de Deus à terra prometida, depois do exílio na Babilônia, como um grande evento, comparável unicamente à travessia do mar durante a saída do Egito (vv. 16-17). Mas, no mesmo texto, Deus promete fazer coisas maiores ainda (vv. 18-19). O Senhor fará algo novo, e os eventos salvíficos do passado – embora não devam ser esquecidos, porque a revelação é progressiva – não devem ser lembrados numa perspectiva saudosista.

O Deus libertador que abriu um espaço no mar para o povo passar é o mesmo que fará um caminho no deserto. Isso não deve ser tomado ao pé da letra, mas compreendido como atos salvíficos de Deus em favor de seu povo.

Abrir um caminho no deserto, em vez de contorná-lo, significa que Deus tem urgência em fazer o povo voltar para a terra de sua herança. As caravanas que saíam da Babilônia em direção a Israel levavam muito tempo contornando o deserto.

Deus não se limitará a libertar o seu povo, mas cuidará dele como no passado, fazendo surgir rios no deserto, onde antes tinha feito brotar água da rocha. A repetição ampliada das maravilhas do êxodo do Egito é testemunha de que Deus escolheu e constituiu um povo (v. 20) para o seu louvor (v. 21).

Toda a criação é atingida pelos atos salvíficos de Deus em favor do ser humano. Isso é mostrado simbolicamente quando o autor afirma que os animais do deserto agradecem a Deus (v. 20) porque, na sua infinita misericórdia, o Senhor supre a sede do povo durante a viagem de volta à terra prometida.

Esse simbolismo do louvor dos animais está em contraposição ao louvor do ser humano endereçado a Deus. Na concepção bíblica, o verdadeiro louvor consistia em um sacrifício de ação de graças (Lv 7,12) cujo aspecto fundamental era uma conduta reta, ajustada à vontade de Deus (Sl 50,23). Palavras bonitas endereçadas a Deus, mas unidas a obras injustas, faziam o louvor não ser aceito (Sl 50,13.23b).

3. II leitura (Fl 3,8-14): A vida cristã é ajustar-se a Cristo

Paulo dirige-se aos filipenses para exortá-los a configurar suas vidas à de Cristo num perfeito ajustamento à vontade de Deus. Para reforçar suas palavras, o apóstolo usa a própria história de vida. Nos versículos anteriores ao texto da liturgia de hoje, ele faz uma lista de seus títulos dentro do judaísmo. A verdadeira intenção dessa postura do apóstolo é mostrar aos seus destinatários que a sua fé em Jesus Cristo o tinha levado a uma mudança radical de vida e de perspectiva. O encontro com o Ressuscitado o fez considerar de forma totalmente diferente tudo o que antes eram coisas importantes para si.

Paulo descobriu que conhecer e agradar a Deus é o mesmo que entregar-se a Cristo, viver como ele viveu e, se necessário for, morrer como ele morreu. Essa é a verdadeira justiça, que vem da fé, e não do legalismo.

Depois de ter se dado conta da riqueza que é a verdadeira justiça, ou seja, a configuração da própria vida à de Cristo, o apóstolo se conscientiza que ainda há longo caminho a percorrer, pois ainda não chegou à perfeição, isto é, à maturidade cristã. Contudo, sua união com Cristo o leva a avançar, tendo em vista esse alvo almejado. Essa união inclui uma participação nos sofrimentos de Jesus como parte do processo de maturidade cristã. Sofrimento é algo que todo ser humano sente, mas sofrer unido a Cristo significa ter uma participação também na sua ressurreição.

Trata-se de santidade ativa, ajustamento ao que Deus espera do ser humano por meio da configuração a Cristo. Não se trata de esforço para comprar a salvação mediante um relacionamento com Deus baseado na retribuição. Antes, significa uma resposta à salvação, dom de Deus, dada com a própria vida. Trata-se de fazer da própria vida um louvor agradável a Deus.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Aproxima-se a Páscoa, e Deus nos convida a mostrar na nossa vida a conversão. Esse convite vem a nós, de forma especial, por meio do perdão e da misericórdia que nos são dados na eucaristia,

o sacrifício de louvor que representa a totalidade da vida de Jesus em cumprimento da vontade do Pai. Comungar do Corpo e do Sangue de Cristo é comungar de sua vida, morte e ressurreição. Não podemos participar da eucaristia e viver uma vida baseada em valores diferentes dos assumidos pela vida terrestre de Jesus.

DOMINGO DE RAMOS (28 de março)

HUMILDE E OBEDIENTE ATÉ A MORTE, E MORTE DE CRUZ

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras de hoje destacam a humildade como fundamento da obediência. Ser humilde é despojar-se do orgulho. É tornar-se uma pessoa integrada, que sabe lidar com todas as coisas e situações de forma harmoniosa. O orgulho desarmoniza, faz pessoas, ideias, objetos e situações ocuparem o lugar de Deus na vida do ser humano, tornando-o escravo de um ídolo. A palavra “obediência”, nos idiomas mais antigos, significa “prestar atenção”, “dar ouvidos”. A obediência de Jesus ao Pai significa, antes de tudo, que Jesus levou ao cumprimento pleno o projeto de amor de Deus para com o ser humano. Nem mesmo nos momentos difíceis ele voltou atrás no que ensinou e no que mostrou na própria vida a respeito de Deus e de seu reino de fraternidade universal. Nem mesmo a tortura da cruz o fez desistir de mostrar às pessoas quem é o Pai e qual a proposta dele ao ser humano. É nesse sentido que a cruz de Jesus é sinal de humildade e obediência.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 22,14-23,56): Não se faça a minha vontade, Pai, mas sim a tua.

A Paixão de Jesus tem sua antecipação profética no relato da Ceia. Chegada a hora de sua saída para o Pai, Jesus põe-se a cear com seus discípulos. Essa última refeição que ele toma com os seus revela-se a prefiguração de sua entrega a Deus e da conclusão de sua missão. Por isso, ela é cheia de significados. A morte de Jesus não é um fracasso, um caminho sem saída, mas inauguração da paz e salvação plena na presença de Deus. É consequência de sua vida, de sua doação plena ao projeto de salvação operado por Deus na história humana. É a manifestação do reino de Deus, ou seja, da justiça e fidelidade. É o cume do anúncio do reino de Deus, proclamado desde a Galileia, o qual foi o programa de toda a sua atuação pública. Por isso, ao dizer “desejei ardentemente”, Jesus

quis dar um significado à sua morte iminente. Ela é promessa de restauração da humanidade decaída. Nessa promessa, Jesus associa os discípulos a um gesto retomado do banquete judaico, inserindo os seus no mesmo destino: o destino de alguém que enfrenta a morte na firme esperança de antecipar a realeza de Deus no mundo e na história.

Após a ceia, Jesus vai ao monte das Oliveiras e, como de costume, ora ao Pai, princípio e fonte de seu ministério. Ao vislumbrar o destino que o aguarda, Jesus recorre ao Pai. Na agonia, pede que lhe afaste o cálice do sofrimento. Mas mantém-se fiel à vontade de Deus. Não uma vontade desejosa da morte de seu Filho, mas a que revela o amor fontal e fiel de Jesus àquele de quem tudo recebe. Em nome desse amor, Jesus permanece firme até o fim. E, movido por esse amor, enfrenta os que o capturam. É com esse amor e fidelidade filial que Jesus enfrenta a traição de Judas, a negação de Pedro, a dor e a humilhação infligida a ele por aqueles a quem fora enviado: seu povo.

No Sinédrio, Jesus é rejeitado de forma definitiva pelos líderes do seu povo. Diante do Sinédrio, o evangelista estabelece a posição e a identidade de Jesus em face da autoridade judaica. A identidade de Jesus é apresentada de forma progressiva: o Cristo (22,67), o Filho do homem, glorificado à direita de Deus (22,69), o Filho de Deus (22,70). Na expressão “Filho de Deus” está presente a profissão de fé cristã. O Filho do homem foi humilhado e menosprezado pela humanidade, mas agora está glorificado por Deus como um messias-rei (cf. Sl 110,1).

Após ser rejeitado pela liderança religiosa, Jesus é submetido ao poder político, que, apesar de estar ciente de sua inocência, o condena. Acusado de rebeldia e subversão, Jesus é entregue à morte. Na obstinação dos sumos sacerdotes, dos magistrados e da multidão em condenar Jesus, transparece a total rejeição ao projeto de Deus realizado no homem de Nazaré. A morte de Jesus situa-se ao final de uma série de infidelidades e rebeliões obstinadas contra o projeto de Deus ao longo da história.

No caminho da cruz, Jesus deixa entender que na sua morte violenta se decide o destino do povo de Deus e da humanidade. O julgamento histórico de Deus abater-se-á sobre a cidade de Jerusalém, símbolo da humanidade infiel e rebelde aos apelos dos profetas.

Jesus é crucificado entre malfeitores. O que veio para buscar os perdidos encontra-se agora entre eles, partilhando da mesma sorte. E, aqui, revela-se o rosto salvador de Deus. O Libertador de Israel não tira o Messias da cruz nem o livra da vergonha e da violência, contudo permanece fiel ao amor também na situação mais extrema.

A inocência de Jesus é reconhecida por um dos criminosos ao seu lado. E este proclama sua total

confiança em Jesus. A resposta do Filho de Deus é uma afirmação solene da salvação já hoje, da salvação escatológica que começa no hoje da história humana. Então o pecador arrependido pode escutar a “boa-nova”, o evangelho da salvação, que consiste na comunhão com Jesus no Reino dos justos. É com este último gesto de solidariedade que Jesus dá a salvação a quem crê e se converte.

Após sua morte, a ação de Deus é reconhecida pelo centurião, ao proclamar que Jesus era um homem justo. Mas a morte não é o fim e nos lança para o que acontecerá no amanhecer do primeiro dia da semana.

2. I leitura (Is 50,4-7): Não foi rebelde nem voltou atrás

O texto mostra que, apesar dos sofrimentos, o Servo está empenhado em obedecer à vontade divina. Ele está qualificado para a obra que Deus o destinou a realizar. Essa qualificação transparece em duas afirmações:

1) Ele tem uma língua hábil para instruir as pessoas de sua época cansadas e desanimadas. A “língua hábil” significa que as palavras são pronunciadas por alguém que é uma autoridade no que diz, em vez de ser um “blá-blá-blá” sem consistência. A habilidade para fazer isso vem de uma relação íntima com Deus.

2) Ele tem ouvido de discípulo e toda manhã recebe a instrução vinda de seu contato com Deus. É alguém que está alerta, atento, acordado; é isso que significa a expressão “cada manhã”.

Enfim, ter a língua hábil e o ouvido atento constitui o missionário competente, que antes é discípulo dócil.

Os versículos 5 e 6 mencionam o sofrimento que é fruto do desempenho do discípulo missionário. Os mesmos versículos asseguram que, apesar das muitas dificuldades, o Servo mantém uma constância destemida e leva a cabo a obra para a qual foi escolhido.

O servo não se rebelou, isto é, não voltou atrás em sua missão quando a resposta às suas palavras de consolo aos desanimados foi a perseguição e a violência. Há uma descrição da dor e da vergonha que o Servo passou: foi açoitado, esbofeteado, teve a barba arrancada, foi insultado e cuspidito. Naquela época, ter a barba arrancada era um dos maiores graus de dor e de vergonha para o homem oriental. Nenhuma dessas afrontas o fez desistir de sua missão.

O texto deixa entrever que o Servo poderia ter evitado esse sofrimento se tivesse voltado atrás na sua missão (v. 5). Várias expressões mostram isso: apresentar as costas, oferecer o queixo, não desviar o rosto.

Passar por todo esse sofrimento sem voltar atrás só foi possível porque o Senhor era aliado do Servo. Por causa dessa cumplicidade com o Senhor, o Servo não fracassou em sua missão (v. 7).

3. II leitura (Fl 2,6-11): Assumiu a forma de servo e se humilhou, tornando-se obediente

Esse texto, um hino litúrgico inserido em um contexto missionário e pastoral, tem em vista a práxis cristã, e não abstrações sobre a essência de Deus.

A primeira parte do hino (vv. 9-11) se refere à atitude de Jesus, a qual deve ser tomada como exemplo por todos os cristãos.

Nesse texto bíblico encontramos um resumo da história da salvação. Jesus foi visto pela maioria dos seus contemporâneos apenas como um homem simples do povo. No entanto, ele pertencia também a outra esfera: era de condição divina (v. 6). Tornou-se humano, como tal viveu e morreu (vv. 7-8) e foi exaltado junto a Deus (vv. 9-11).

A ideia central do texto é que Cristo não quis apoderar-se da divindade ou usurpá-la, mas, sendo de condição divina, estava disposto a renunciar aos privilégios inerentes a ela em favor do ser humano.

É para essa atitude de desprendimento pela grandeza divina que Paulo chama a atenção de seus destinatários. Jesus se despojou dos privilégios específicos da natureza divina e adotou a postura de um servo. Essa atitude de serviço e obediência, até mesmo diante do tipo de morte mais vergonhosa em sua época, significa que Cristo não usou as prerrogativas divinas em favor de si mesmo.

A disposição para o despojamento em favor do ser humano é o que Paulo está propondo como critério para a vida cristã.

Esse Jesus que se humilhou até a morte na cruz, Deus o exaltou e submeteu a ele o universo em todas as suas dimensões. A menção de todos esses aspectos da história da salvação tem por objetivo fazer que os cristãos aprendam a viver com o mesmo desprendimento, consideração pelo ser humano e obediência a Deus que caracterizaram aquele a quem seguem: Jesus Cristo.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Evitar falar da Paixão de Cristo como se esta fizesse parte de um plano sádico de Deus Pai com o objetivo de lavar os pecados da humanidade. Deus é amor infinito e não teria sentido esse tipo de atitude para com seu próprio Filho. Também evitar culpar grupos judaicos ou o império romano pelo acontecido a Jesus, pois todos eles estão no passado temporal. Ao contrário, ressaltar que, na

condenação de Jesus, se manifesta o orgulho de todo ser humano e sua rebelião contra o projeto de amor e fraternidade do Pai.

QUINTA-FEIRA SANTA: Ceia do Senhor (1º de abril)

O MEMORIAL DO SENHOR

I. INTRODUÇÃO GERAL

A instrução de Jesus “fazei isto em memória de mim” não significa ter uma recordação intelectual de sua pessoa; trata-se de uma ordem para que a comunidade de fiéis (a Igreja) celebre a entrega de Jesus ratificada na cruz e plenificada na ressurreição. E, como a páscoa de Jesus foi realizada como plenificação da Páscoa judaica, a “memória” que se celebra é o conjunto dos atos salvíficos de Deus, quando a morte foi transformada em vida. A celebração da eucaristia é atualização, no aqui e agora, dos eventos salvíficos realizados ao longo da história que culminaram no mistério de Cristo.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 13,1-15): Fazeis assim como eu fiz

A cena do lava-pés situa-se na segunda parte do Evangelho de João (13-20), na qual se relata a exaltação de Jesus, sua elevação ao Pai. Nesse bloco, Jesus se dirige aos discípulos (cap. 13-17) num longo discurso de despedida.

O v. 1 abre a cena da ceia, introduzindo o leitor no contexto em que serão desenvolvidos os discursos de Jesus aos seus. A ceia é realizada antes da festa da Páscoa, ou seja, antes de Jesus passar deste mundo ao Pai. A ceia é dominada pela temática que perpassa por todo o evangelho: amor e fidelidade. Jesus amou os seus e seu amor permanece até o fim. Esse amor será transbordado na entrega definitiva de Jesus na cruz. Na cena do lava-pés, Jesus antecipa, de modo prefigurativo, essa entrega e as suas consequências.

Nos vv. 2-5, Jesus põe-se a lavar os pés dos seus discípulos. O gesto realizado durante a ceia é muito significativo. Sabemos que cear com alguém significa partilhar de sua vida e ideais. Jesus partilhava com os seus a mesma vida e missão que recebeu do Pai. Sabendo que tudo recebera do Pai, o amor em sua plenitude, e ciente de que sua hora havia chegado, pois estava para voltar ao Pai, Jesus vai mostrar, no gesto do lava-pés, o que significa esse amor pleno recebido do Pai e oferecido aos seus.

As normas de conduta relativas à hospedagem determinavam que lavar os pés era uma atividade

realizada pelo anfitrião ou pelo seu primogênito (cf. Gn 18,4; Lc 7,44), e não por um escravo, como geralmente se pensa. No Antigo Testamento, o dono da casa lavava os pés do hóspede como gesto de acolhida. E, assim como Abraão acolheu Deus na figura dos três homens que o visitaram (cf. Gn 18,4), no gesto de lavar os pés, Jesus, o primogênito de Deus, acolhe na casa paterna toda a humanidade. É um sinal profundo em que se revela o rosto do Pai, que ama e acolhe, dando-se de forma definitiva no Filho. Esse gesto fundamenta a vocação da Igreja no mundo.

O questionamento de Pedro (vv. 6-11) diante daquele gesto denota a falta de disposição do apóstolo para, em nome de Jesus, acolher na Igreja, da qual é chefe, todo ser humano indistintamente. Inicialmente Pedro não compreendeu isso; só depois da ressurreição de Jesus é que o apóstolo entendeu que Jesus queria a acolhida dos gentios na comunidade (At 10,34). Mas não permitir a Jesus lavar-lhe os pés significa não tomar parte com ele, não ter parte na herança, ou seja, não participar da comunhão com Deus realizada em Jesus Cristo, em sua vida e morte aqui antecipada nesse gesto profético.

Os vv. 12-15 explicam a atitude de Jesus, oferecem o seu significado. Aqueles que têm parte com Jesus, que partilham de sua vida e missão, não poderão se ausentar do serviço ao outro. Serviço que se traduz no acolhimento do outro, na entrega de si, numa vida de doação e serviço amoroso. Somente ama aquele que entrega a própria vida. E entregar-se vai muito além de simples serviço, mas é dom daquilo que se é e do amor que se tem, dom de si para o outro.

2. I leitura (Ex 12,1-8.11-14): Este será para vós um memorial perpétuo

A Páscoa e o êxodo, momentos fundadores de Israel como povo, são inseparáveis. Nesse texto proclamado hoje na liturgia, explicita-se o propósito da primeira Páscoa: a esperança de salvação dos primogênitos e a expectativa de libertação da escravidão. A salvação dos primogênitos significa que a vida das futuras gerações do povo estará assegurada, contrariando os desejos do faraó (Ex 1,16). Naquela época, era o primogênito quem levava adiante o nome do clã ou da tribo. Sem primogênitos não há futuro para o povo. Somada à salvação dos primogênitos estava a libertação da escravidão, garantia de vida livre e digna para as futuras gerações.

Para representar essa dupla ação de Deus, cada família deveria escolher um cordeiro ou cabrito sem defeito, simbolizando a integridade da oferta ao Deus uno e perfeito. Em contraste com outras festas de Israel, a Páscoa era uma festa familiar,

pois da família dependia a existência de gerações futuras e livres.

O sangue simbolizava a vida (cf. Gn 9,4; Lv 17,11), e a última praga, que será narrada após o relato da celebração da primeira Páscoa, consistirá na morte, que ameaçava hebreus e egípcios. Por meio do sangue do cordeiro, símbolo da vida dos ofertantes, marcando a entrada das casas, Deus proibiu a ação da morte contra os hebreus (Ex 12,22-23).

O restante do cordeiro era assado e consumido pela família. A carne do animal não era cozida porque isso tomaria muito tempo e esse alimento deveria ser preparado o mais rapidamente possível. A família teria de comê-lo apressadamente, para sair sem perda de tempo. Todos deveriam assimilar a urgência da libertação a ser realizada por Deus. Sandálias nos pés, cado nas mãos e rins cingidos (v. 11) são aspectos de quem tem pressa para sair em longa viagem. Cingir os rins significa que a túnica estava levantada, com a orla presa no cinto, deixando as pernas livres para correr, trabalhar, lutar numa batalha ou fazer grande viagem.

Todos esses simbolismos da celebração da Páscoa dos hebreus visam mostrar que Deus saiu vitorioso contra todos os deuses do Egito (Ex 12,12) e sobre os maiores inimigos da humanidade representados por esses deuses: a morte e a escravidão.

3. II leitura (1Cor 11,23-26): Fazei isto em memória de mim

O texto de Paulo quer enfatizar a recepção de uma tradição viva que teve origem no próprio Cristo. Para o pensamento bíblico do primeiro século da era cristã, os verbos “receber” e “transmitir” refletiam a transmissão de tradições sagradas que procediam de fontes fidedignas. Assim, falando da última ceia de Jesus, Paulo quer deixar os cristãos de sua época cientes de que ele recebeu de fontes seguras as informações sobre esse evento tão importante para a vida cristã.

O texto ressalta que Jesus “deu graças”: essa expressão, no idioma em que foi escrita, é *eukaristein*, de onde deriva o termo eucaristia.

A afirmação de que partiu o pão indica a participação de todos os comensais em um mesmo pão partilhado, significando a comunhão entre Cristo e a Igreja. “Isto é meu corpo”, no idioma nativo de Jesus, significa “isto sou eu mesmo”. Quer dizer que o pão fracionado e entregue aos comensais representa a totalidade da vida de Jesus, integralmente oferecida a Deus e à humanidade. Essa oferta de Jesus é que alimenta a Igreja e dá vida a ela enquanto caminha rumo ao reino definitivo.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Que nesta noite de vigília possamos meditar sobre nosso serviço ao outro. Nosso fazer na Igreja está fundamentado na acolhida amorosa do irmão em nossa vida? Deus nos acolheu em Jesus Cristo como Igreja, corpo de Cristo: será que estamos acolhendo a humanidade com o mesmo empenho?

SEXTA-FEIRA SANTA (2 de abril)

SERVO, SACERDOTE E REI

I. INTRODUÇÃO GERAL

A teologia do Antigo Testamento destacou três grandes tipos de mediadores entre Deus e o povo: o Servo do Senhor, o Rei Messias e o Sumo Sacerdote dos últimos tempos. O Rei deveria manter o povo fiel à aliança e defendê-lo de quaisquer adversários. Ele era apenas um representante de Deus, do verdadeiro rei de Israel. O Sacerdote tinha por objetivo fazer o encontro entre o Senhor e o povo por meio de diversos tipos de sacrifícios. Nesses ritos, pela mediação do sacerdote, o povo se oferecia a Deus e recebia as bênçãos dessa comunhão espiritual. A missão desses mediadores era a reconciliação do povo com Deus com base numa restauração religiosa e moral. Ao realizar essa reconciliação, cada mediador seria agente de libertação de um cativo maior que qualquer outro verificado na história, a escravidão do pecado. Essas teologias sobre os mediadores estão reunidas em Jesus que as assume, corrige e plenifica.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 18,1-19,42): Eis o vosso Rei!

Nesse texto, temos o relato do julgamento, da condenação e da crucificação de Jesus. O sofrimento de Cristo nos é apresentado à luz da fé no Ressuscitado. Por isso, todo o relato é envolvido pela soberania de Jesus. Desde a prisão até a crucificação, aparece sua profunda liberdade. Tudo o que lhe acontece é resultado de sua “entrega livre e obediente”.

O que Jesus disse na última ceia a respeito de sua entrega em favor do ser humano se concretiza agora no processo que culmina com sua morte na cruz. No relato da traição e prisão (18,1-11), dá-se início à glorificação de Jesus pela *via crucis*. O relato é dominado pela liberdade com que Jesus se entrega. Não são seus “inimigos” que o prendem, mas ele próprio que se entrega para ser preso e julgado. Manifesta-se assim a liberdade com que conduz sua vida e o sentido que tem sua morte,

pois ninguém poderia pôr-lhe as mãos se ele não se entregasse livremente (cf. 10,17-18).

Durante o julgamento (18,12-19,16) permanece o significado dado aos acontecimentos: a entrega de Jesus. E nessa entrega manifesta-se sua realza, não no sentido que o mundo conhece, mas como manifestação do dom de si, no amor e na prática da vontade de Deus. Pois a expressão “reino de Deus” significa a soberania da vontade divina sobre a criação e a história. No momento de sua morte, Jesus mostra quanto a vontade de Deus é soberana em sua vida, pois nada o impede de cumpri-la, nem mesmo a tortura da cruz. E a vontade de Deus, em resumo, é o amor.

A paixão (19,17-42) caracteriza-se como reação do mundo às palavras de Jesus. A rejeição que ele sofreu durante seu ministério encontra, aqui, sua forma definitiva. Deus dá sua resposta ante a recusa do mundo: uma resposta de amor, pois aquele a quem o mundo rejeita é o vencedor. A entrega de Jesus manifesta-se na sua atitude de dirigir-se livremente ao encontro da cruz. Sua hora chegou, a hora de sua exaltação.

A crucificação de Jesus também é antecipação do juízo divino. Na cruz, Jesus se torna juiz de seus acusadores. Aqueles a quem foi enviado rejeitam-no. Na cruz realiza-se o juízo escatológico, salvação para os discípulos e condenação para o mundo.

Na cena da mãe e do discípulo, o texto mostra em primeiro plano a comunidade messiânica que nasce em torno da cruz. Ambos, mulher e Discípulo Amado, desempenham papéis representativos. A mulher representa a personificação de Sião/Jerusalém (cf. Is 66,7-8; 60,4) e o Discípulo, a comunidade.

Na cruz se consuma a missão de Jesus. O “tudo está consumado” não significa que “chegou ao fim”, mas, sim, que “a vontade do Pai foi realizada, em tudo e perfeitamente”. A obra que o Pai confiou ao Filho para levá-la a termo é a *revelação do amor*: aquele amor que tem sua origem na comunhão entre Pai e Filho e sua realização histórico-eclesial na unidade dos fiéis (17,23).

O que celebramos na sexta-feira santa não é a morte de Jesus, mas sua vitória sobre a morte, sobre a violência, sobre a maldade humana, sobre o egoísmo e sobre tudo o que impede o ser humano de aceitar livremente o amor de Deus e sua vontade.

Jesus, por sua obediência ao Pai, aceita livremente a paixão e a transforma em dom, em revelação de amor. Toda a vida e obras de Jesus foram um reflexo desse amor obediente. E isso se concretiza aqui na cruz. O cume dessa obediência no amor é atingido no ato de entrega de sua vida na cruz por amor. E nessa entrega o caminho para todo ser humano, o caminho do amor filial, que

se concretiza na obediência do amor àquele que é fonte de toda a existência humana.

2. I leitura (Is 52,13-53,12): Eis o meu servo!

Esse texto se inicia assegurando que o Servo triunfará (v. 13), mesmo que sua extrema humilhação e sofrimentos (v. 14) causem admiração em muitas pessoas. Seu triunfo será tão admirável, que impressionará muitas nações e reis ficarão boquiabertos diante dele.

A informação de que as pessoas desviavam o rosto ou o olhar para não vê-lo (53,3) indica que se envergonhavam dele. Contudo, apesar dessa atitude de desprezo, ele é o Servo do Senhor e isso é garantia de seu triunfo sobre as dores.

O texto de Is 53,4-7 constitui um avanço na teologia do Antigo Testamento, ao introduzir um elemento que é a aceitação, por parte de Deus, da vida e morte do Servo como sacrifício expiatório em favor do povo.

Os versículos 10 e 11 deixam entrever a fé na ressurreição, porque afirmam que o Servo, mesmo depois de entregar a própria vida, verá seus descendentes.

O texto termina com a mesma nota de vitória com que começou: o Servo triunfará (52,13; 53,12). Contudo, as palavras finais destacam o alcance universal da atividade do Servo, que carrega os pecados de uma multidão. Outro aspecto comum entre o início e o fim da seção é que as palavras são pronunciadas diretamente por Deus. Dessa maneira, Deus corrobora o anúncio profético, antes mesmo que comece e também depois que termina.

3. II leitura (Hb 4,14-16; 5,7-9): És sacerdote para sempre!

O texto nos apresenta o sumo sacerdote superior a todos os demais, que atravessou os céus, entrou na presença de Deus e exerce seu ministério sacerdotal no santuário celeste. Contudo, esse sumo sacerdote, Filho de Deus, também é um ser humano como os demais sem, todavia, pecar. Sendo humano, entende nossas necessidades e fraquezas e por isso é solidário conosco. Enquanto Filho de Deus, recebeu autoridade acima de todos os seres. Por tudo isso o autor bíblico exorta os cristãos à perseverança na fé recebida pela palavra da pregação.

O versículo 15 explica a importância da humanidade de Jesus. Ele é capaz de se compadecer de nossas fraquezas porque foi tentado e venceu a tentação. Por isso, pode interceder por nós, para que alcancemos a vitória sobre a tentação, sobre o pecado e sobre a morte. O ministério sacerdotal de Jesus nos dá confiança para nos aproximarmos do trono de Deus. Ele atravessou os céus, como ser

humano vitorioso sobre a morte, e por isso nos abriu um caminho para Deus.

Além de passar pelas tentações, o nosso sumo sacerdote teve medo da morte e pediu a Deus, com forte clamor e lágrimas, que lhe preservasse a vida – e foi atendido, porque Deus o ressuscitou. Assim, Jesus teve a experiência comum dos seres humanos, a morte. Por isso, é solidário conosco na nossa maior angústia, porque enfrentou o sofrimento e a morte com os mesmos recursos que temos: a oração e a obediência da fé. Ele não buscou uma saída sobrenatural que não está ao nosso alcance.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Chamar a atenção para o paganismo disfarçado de cristianismo, ou seja, para a poluição da fé por elementos nocivos. Não se trata de sincretismo propriamente dito, mas da mistura, e até mesmo da identificação, do cristianismo com aspectos contrários à revelação. Antigamente, os mediadores tinham a função de mostrar ao povo quem realmente era Deus e qual era a vontade divina a respeito do ser humano. Jesus plenificou na própria vida, morte e ressurreição a função desses mediadores. Mesmo assim, de modo mais escandaloso que antes, no cristianismo de hoje há uma “baalização da fé” (uma relação com Baal disfarçada de relação com Deus). A corrupção, a avareza, a ambição e todo tipo de dureza de coração são piores que qualquer sincretismo. Esses elementos são o oposto de tudo que Jesus mostrou – tanto por sua vida quanto por sua morte – sobre a identidade de Deus e do ser humano. Isso se torna mais escandaloso ainda se a liderança religiosa tolerar, apoiar ou até mesmo viver a baalização da fé.

VIGÍLIA PASCAL (3 de abril)

RESSUSCITOU, ALELUIA!

I. INTRODUÇÃO GERAL

A teologia de Israel considerou o Egito como o símbolo do inimigo da humanidade, primeiramente porque, em hebraico, o nome Egito significa “Mar Estreito” e em segundo lugar porque a palavra faraó, quando lida ao contrário naquele idioma, resulta literalmente no vocábulo “pescoço”, “nuca” ou “cerviz” e, metaforicamente, significa o ego. A nuca é a parte do corpo em que se coloca o jugo e que se curva na presença do soberano. Os reis vencedores pisavam a nuca dos reis vencidos (Sl 18,40; Sl 110,1b). Pisar a cabeça da serpente significa vencer tudo que é inimigo do ser humano, essa é a missão da descendência da mulher contra a

serpente (Gn 3,15b). E Jesus é aquele que obteve a vitória final sobre os inimigos da humanidade.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Lc 24,1-12): A vida vence a morte!

A história da salvação converge para esse momento. Na cidade santa, representante da história salvífica, Deus manifesta sua grande ação salvadora, a morte e a ressurreição do Messias. Mas é preciso escutar as Escrituras para compreender a mensagem divina proferida pelos “anjos”: “Porque procurais o vivente entre os mortos? Não está aqui, mas ressuscitou”.

No primeiro dia da semana, dia da nova criação, Deus ressuscita Jesus. As mulheres que vão ao túmulo o encontram vazio e não entendem o que se passa. A boa-nova da ressurreição de Jesus não pode ser compreendida diante do túmulo vazio, mas somente mediante o anúncio divino. Os “homens com vestes resplandecentes” convidam as mulheres a rememorar o que Jesus havia ensinado a respeito de sua morte e ressurreição. Ao lembrarem-se das palavras do Mestre, as mulheres anunciam aos Onze e aos outros o acontecido no túmulo vazio. No entanto, eles não acreditam.

As mulheres representam o elo entre o túmulo aberto e as aparições do Ressuscitado. Essas aparições revelarão o sentido do sepulcro vazio, que não fala por si só, mas deve ser complementado pela palavra, mediante a experiência com o Ressuscitado, que explicará as Escrituras aos discípulos para que compreendam tudo o que devia acontecer.

Nesse relato, a mensagem central é mostrar que o Vivente não deve ser procurado no túmulo, entre os mortos. Porque o Deus da vida não podia abandonar seu Filho na região dos mortos. A morte de Jesus não foi sua derrota, e sim sua exaltação, seu êxodo para o Pai. Mas essa revelação vem de cima. E os discípulos só poderão anunciar a boa-nova da ressurreição de Jesus quando fizerem a experiência com o Ressuscitado. Eles deverão fazer a passagem da dúvida à certeza, da incredulidade à fé. E isso ocorrerá quando fizerem a experiência do encontro com o Vivente.

2. Comentário global das leituras: A graça venceu o pecado, o perdão venceu a violência!

As leituras de hoje têm como objetivo retomar a história da salvação.

Em primeiro lugar, Deus criou e mantém, com sua providência, a ordem da criação e a vitalidade de todos os seres. A beleza da criação provoca no ser humano a admiração por sua harmonia e

estabilidade, levando-o à contemplação e à adoração do Criador. Mas a complexidade da criação também desperta o interesse do ser humano para conhecê-la e explorar os seus segredos, pois essa capacidade foi dada por Deus à humanidade. Contudo, o único ser do universo capaz de conhecer não pode prescindir da responsabilidade para com a preservação da obra de Deus.

O segundo passo da ação salvífica de Deus exige uma resposta do ser humano. Deus quis fazer aliança com a humanidade, e, para que isso se realize, faz-se necessária a firme decisão consciente do ser humano de aceitar o senhorio absoluto de Deus, mostrando em todos os momentos da vida que o ama acima de tudo.

Nesse relacionamento íntimo entre Deus e a humanidade, confiança e esperança estão sempre juntas. Ao entregar a própria vida nas mãos de Deus, o ser humano fica seguro de que não será decepcionado.

Exemplo disso são os hebreus que encontraram vida e liberdade quando tudo parecia perdido, pois o Senhor lhes deu a completa vitória sobre os inimigos. Deus estava empenhado em livrar de qualquer ameaça o povo da aliança e preservá-lo da destruição, ficando à frente dele na saída do Egito, na travessia do mar, no deserto e na terra prometida.

Apesar de todas as infidelidades do povo escolhido, Deus nunca o esqueceu nem deixou de tratá-lo com amor, sempre chamando Israel e renovando a aliança com ele. Assim, Deus foi agindo na história com o firme propósito de dar a salvação a todo ser humano. A humanidade, por sua vez, quase sempre respondeu a tão grande propósito com a rebeldia do pecado. Muitas vezes o ser humano reconheceu sua responsabilidade nas afrontas a Deus, pediu perdão e começou a caminhada de fé. Outras vezes, o ser humano permaneceu na sua obstinação e orgulho contra o Senhor. Até que nos foi enviado o Salvador para plenificar a obra de redenção, que começou com a criação. Mesmo assim o Filho de Deus foi rejeitado, sofrendo, por nossa culpa, a morte na cruz. Mas Deus o ressuscitou nesta noite grandiosa que hoje celebramos. Jesus Cristo, o Filho do Altíssimo, nossa páscoa e nossa ressurreição, garantia de nossa união definitiva com Deus.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Várias situações podem fazer com que a páscoa não seja atuante em nossas vidas. Que situações poderiam ser essas? Será que estamos conscientes de que a ressurreição de Jesus não é um prêmio que o Pai lhe deu por seu bom comportamento, como se faz com uma criança, mas, na verdade, Cristo ressuscitou por nossa causa? “Se Cristo não

ressuscitou, vã é nossa fé” (1Cor 15,14.17). E, se nós não soubermos o significado da ressurreição de Cristo como garantia de nossa união definitiva com o Pai e da filiação divina que nos foi dada nesse mistério, vã continuará sendo a nossa fé, que nem mesmo poderá ser chamada de cristã.

DOMINGO DA PÁSCOA (4 de abril)

OS SINAIS DA RESSURREIÇÃO DE CRISTO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Nas Sagradas Escrituras, um sinal não é simplesmente um evento milagroso, mas algo que aponta para uma realidade de significado mais amplo. Por analogia, é como um sinal de trânsito, que serve para orientar os viajantes na estrada, de sorte que ninguém erre o caminho ou corra risco de acidentes. Um sinal na estrada faz-nos chegar a nosso destino sem incorrer em nenhum dano. Nos textos bíblicos, os sinais indicam que Deus está realizando algo que não é percebido por quem não fez a experiência de fé e amor. Os sinais não servem como provas ou argumentos lógicos para convencer ninguém, porque somente podem ser percebidos por quem faz a experiência de fé e amor. É esta que indica que um acontecimento comum é sinal da ação de Deus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 20,1-9): O túmulo vazio

O trecho divide-se em duas cenas no cenário do sepulcro: a visita de Maria Madalena (vv. 1-2) e a visita dos discípulos (3-9).

Na manhã do primeiro dia da semana, antes da alvorada, Maria Madalena vai ao sepulcro, vê a pedra removida e volta correndo para avisar aos discípulos. Ela não entra, mas suspeita que o corpo do Senhor tenha sido roubado.

Diligentemente, os dois discípulos correm ao sepulcro. Ambos saem juntos, mas é o outro discípulo que chega primeiro e se inclina para ver as faixas mortuárias. Ele não entra; espera que Pedro seja o primeiro a entrar e o segue para o interior do sepulcro. O Discípulo vê e crê. O Evangelho de João atribui ao Discípulo Amado a fé na ressurreição de Jesus pela primeira vez.

Observe-se que a forma de ver de Pedro é diferente da do outro discípulo. Pedro vê, mas não crê, ainda que seu ver denote disposição para tal. Ao passo que o “ver” do outro discípulo acompanha a fé, indica a compreensão exata e a verdadeira tomada de consciência. Este ver é propiciado pelo

amor. Somente o amor possibilita ver, nos sinais da ausência do corpo, a presença do Ressuscitado. Por isso o Discípulo crê de imediato.

O crer, em João, tem o sentido de compreensão do mistério, que é a ressurreição de Jesus, cujos sinais, para serem compreendidos, exigem adesão da fé. Aqui os sinais são o túmulo vazio e as faixas deixadas não de qualquer jeito, mas dobradas.

O evangelho quer ressaltar a prontidão do Discípulo para discernir os vestígios do Senhor ressuscitado. No entanto, o final do texto nos apresenta algo importante. No processo de compreensão da fé no Ressuscitado está presente a Escritura, na qual se atesta a ressurreição. Somente compreendendo a Escritura é que se poderá chegar ao verdadeiro crer, sem a necessidade do ver. Eles tiveram de ver para crer. Mas o evangelho quer transmitir para sua comunidade que, se tivessem entendido as Escrituras, não necessitariam do ver.

O evangelho afirma que o itinerário da fé se baseia nas Escrituras e no testemunho dos apóstolos. Mas é, em última análise, o amor que conduz o discípulo pelo itinerário da fé.

2. I leitura (At 10,34a.37-43): Deus purificou os gentios

Esse relato trata da primeira vez em que Pedro se dirigiu a ouvintes não judeus. O texto faz um resumo da vida de Jesus (v. 37-41), a quem Deus constituiu juiz dos vivos e dos mortos (v. 42), e do testemunho dado pelos profetas a respeito de tudo isso (v. 43).

Aos judeus foi destinada, em primeiro lugar, a mensagem do evangelho (v. 36). Mas agora o anúncio do Reino é endereçado a todas as pessoas. Quando Pedro reconhece que Deus não faz acepção de pessoas, isso não quer dizer que antes pensasse o contrário, pois tal noção está escrita em Dt 10,17. O que se está afirmando é que, até então, Pedro pensava, como os demais judeus, que os gentios tinham de sujeitar-se à circuncisão e a outros ritos da Lei de Moisés para somente depois terem acesso às bênçãos messiânicas. Para todo judeu, os gentios, por mais simpatizantes que fossem do judaísmo, eram sempre considerados impuros em relação ao aspecto do culto.

Agora Pedro admite que Deus purificou os gentios e que os apóstolos, testemunhas da ressurreição, receberam o encargo missionário de anunciar a boa-nova a todos os povos.

3. II leitura (Cl 3,1-4): A vida cristã

Nós ressuscitamos com Cristo, afirma o primeiro versículo desse texto. Primeiramente, a ressurrei-

ção é tratada como realidade que começa já neste mundo, no tempo presente. Posteriormente é que se destacará a ressurreição como acontecimento do fim dos tempos.

Quem faz a experiência da ressurreição deve mudar a conduta de vida e também os conceitos intelectuais. “Cuidai das coisas do alto, não do que é da terra”, afirma o v. 2. Não se trata de uma orientação para que a Igreja seja “alienada”. Quer dizer que nossa vida é regida pela vitória de Cristo sobre o pecado e a morte, em contraste com o dispêndio de energias em valores contrários ao reino de Deus. Significa que a Igreja deve ter as aspirações determinantes de suas ações embasadas nos ensinamentos e na vontade daquele que agora está entronizado à direita de Deus.

Do contrário, quando a Igreja valoriza demasiadamente certos aspectos pouco relevantes para o seguimento de Jesus, encontra-se buscando as coisas da terra. Quem morreu para o pecado recebe a vida nova, a ressurreição, algo que não é visível ao olho natural, e por isso a mudança de vida não é compreendida por quem observa tudo apenas pela ótica intelectual. Mas haverá um momento em que a vida ressuscitada será visível e palpável para todos, na segunda vinda de Cristo com poder e glória.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Ressaltar que os “sinais” são revelações indiretas dadas pelo Senhor, em contraste com o modo exato de comunicação realizado no nosso cotidiano. Nesse tipo de revelação, situações do dia a dia são carregadas de um excesso de significado que desperta a curiosidade das pessoas. Os “de fora” da comunidade percebem “algo mais” quando observam o estilo de vida cristã. É nesse sentido que a Igreja é luz, sal e fermento para o mundo. Resta saber se, olhando para nossas vidas, “os de fora” conseguem receber a revelação de Deus.

2º DOMINGO DA PÁSCOA (11 de abril)

TESTEMUNHAS DA RESSURREIÇÃO

I. INTRODUÇÃO GERAL

As leituras de hoje apresentam três temas importantes: a realidade da ressurreição, a confissão de fé, a relação entre ver e crer. A experiência do encontro com Jesus ressuscitado leva o discípulo a professar: meu Senhor e meu Deus! A profissão de fé resume a caminhada de Israel e da Igreja. Todos os sinais que perpassam pela Escritura pedem do leitor uma profissão de fé como a de Tomé.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 20,19-31): Os primeiros discípulos testemunham a ressurreição de Cristo

Na tarde daquele mesmo dia (o da ressurreição), Jesus aparece aos discípulos reunidos. Tomé está ausente. O Ressuscitado dá-se a conhecer, dá-lhes o Espírito e o poder de perdoar o pecado, fazendo que os apóstolos sejam investidos para continuar a sua missão.

“Vimos o Senhor”, dizem os apóstolos a Tomé, mas este não lhes dá crédito. Com essa expressão atribuída aos apóstolos, encontramos o primeiro testemunho eclesial e o querigma da ressurreição.

Tomé não crê no testemunho dos discípulos e pretende uma constatação pessoal – simboliza a pessoa que precisa ver para crer. Muitos outros, durante o evangelho, pediram de Jesus milagres para crer em sua pessoa. Mas Jesus lhes disse que não teriam outro sinal senão o de Jonas. Esse sinal é dado agora: Cristo ressuscitado está no meio de sua comunidade. Tomé quer atestar sua fé vendo e tocando Jesus. Mas o evangelista chama a atenção para o *crer sem ver*, baseado no testemunho dos discípulos.

No domingo seguinte, Jesus aparece novamente aos discípulos, desta vez na presença de Tomé, a quem repreende por sua incredulidade. Jesus mostra-lhe as mãos e o lado para certificar-lhe que o Ressuscitado é o Crucificado, mas está diferente, vive numa nova realidade, além do tempo e do espaço.

O medo transforma-se em alegria. A paz e a alegria são dons do Cristo ressuscitado e, ao mesmo tempo, condição para reconhecê-lo. Jesus realiza as promessas feitas aos discípulos, enviando sobre eles o Espírito. A missão a que são destinados continua a missão de Jesus (17,18). Como o Pai enviou seu Filho para perdoar os pecados, assim Jesus envia os discípulos. Ao soprar sobre eles (v. 22), expressa a ideia de criação renovada. O Espírito recria a comunidade dos apóstolos e descerra suas portas para a missão.

2. I leitura (At 5,12-16): A ação do Espírito Santo na Igreja testemunha a ressurreição de Cristo

O relato é uma descrição resumida da vida das primeiras comunidades. Os milagres realizados pelos apóstolos ratificam a assistência do Espírito Santo à comunidade, confirmando com sinais a palavra anunciada pelos apóstolos.

A menção ao “Pórtico de Salomão” destaca a proclamação do evangelho, já que esse local, no Templo de Jerusalém, ficava no átrio dos gentios e era destinado à instrução.

O número dos fiéis crescia cada vez mais (v. 4) e o evangelho despertava o interesse das cidades vizinhas,

dando ocasião para que a Igreja se expandisse para além de Jerusalém, estendendo-se pela Judeia.

3. II leitura (Ap 1,9-11a.12-13.17-19): A Igreja testemunha a ressurreição de Cristo até que ele venha

A expressão “dia do Senhor”, no Antigo Testamento, significa principalmente a intervenção de Deus por meio do Messias, no fim dos tempos. Para o Novo Testamento, a ressurreição de Cristo inaugurou os últimos tempos, que já estão presentes, embora ainda não tenham chegado à plenitude.

No “dia do Senhor”, o Espírito Santo fez que João, homem atribulado por causa da palavra e do testemunho, contemplates a atuação do Ressuscitado na Igreja.

A comunidade dos seguidores de Jesus em sua totalidade, simbolizada pelo número sete, recebe a luz de Cristo e a reflete para o mundo. A visão do Filho do homem em meio ao candelabro de ouro assegura a presença do Ressuscitado em sua Igreja até o fim dos tempos.

Seus cabelos brancos simbolizam a eternidade. Seus olhos “como chamas de fogo” representam a visão penetrante, ou seja, seu conhecimento de realidades não percebidas por mais ninguém. Essas realidades escondidas ao olho natural é que serão reveladas ao ser humano.

Os pés de bronze simbolizam a sua estabilidade inabalável. As sete estrelas são os líderes das comunidades em sua totalidade. Estes estão amparados na mão direita do Ressuscitado, que sustenta e mantém a sua Igreja.

O Filho do homem diz palavras de consolo: “Não temas!” (v. 17). Sua natureza é divina: ele é o “primeiro e o último”, título de Deus no Antigo Testamento (Is 44,6; 48,12).

O texto afirma que o Filho do homem esteve morto, é o crucificado, mas venceu a morte e possui a vida eterna. Seu domínio se estende sobre os céus, sobre a terra e sobre o reino da morte. Ele controla a história.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Felizes os que creem sem ter visto, pois confiam nas testemunhas da ressurreição de Cristo. As pessoas de todos os tempos e lugares encontram nas Escrituras o testemunho dos apóstolos. Mas isso não dispensa um encontro pessoal e íntimo com o Ressuscitado. Esse encontro se dá nos locais onde ele está presente de maneira mais profunda: a liturgia da Igreja (culto eclesial), a liturgia do coração (adoração pessoal e interior de Deus) e a liturgia da vida (apostolado, compromisso com o outro).

A CRIAÇÃO INTEIRA LOUVA O
CORDEIRO QUE ESTEVE MORTO E
AGORA VIVE

I. INTRODUÇÃO GERAL

O núcleo da mensagem de Jesus era o reino de Deus. Mas a pregação dos apóstolos passou a ter como centro a vida e as palavras de Jesus, pois a partir da sua morte e ressurreição tornou-se inconcebível pensar o reino de Deus sem fazer referência àquele por meio do qual Deus exerce agora seu reinado. A expansão desse reino é inevitável quando se anuncia o evangelho, embora forças contrárias à sua propagação tentem calar seus arautos. Ao final o Cordeiro será vitorioso, triunfando sobre o antirreino.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 21,1-19): Um tipo de morte que glorifica a Deus

O texto narra outra aparição de Jesus e tem como tema principal a missão da Igreja sob a guia do Ressuscitado.

O número sete significa perfeição ou totalidade. Aqui traduz a comunidade perfeita, a que se reúne em torno do banquete (vv. 9-13). Os protagonistas da cena, Pedro e o Discípulo Amado, são os mesmos que entraram no sepulcro vazio. Novamente, o Discípulo Amado reconhece o Senhor. É o amor que precede esse reconhecimento. Mas é Pedro, desta vez, que corre ao encontro do Senhor (v. 7). É também ele quem toma a iniciativa de pescar e de trazer para a praia a rede cheia de peixes (v. 11). Assim, entrelaçam-se o reconhecimento do Ressuscitado e o serviço missionário representado pela pesca. Sem esse reconhecimento, o trabalho é estéril (v. 3); somente com Cristo ele se torna fecundo (v. 7). Os 153 peixes grandes simbolizam o grandioso sucesso da missão e seu caráter universal.

A Pedro é confiada a tarefa pastoral na Igreja (vv. 15-17). As três perguntas que Jesus lhe faz sobre se ele o ama correspondem às três negações do apóstolo. Pedro não ousa afirmar que ama o Senhor mais que os outros discípulos. Sua resposta é humilde, pois sabe de sua fraqueza e tem consciência de que sua tarefa é fundada na graça. Jesus pergunta a Pedro considerando sua disponibilidade, e é a partir daí que lhe é confiada a missão.

No v. 18 Jesus apresenta a Pedro a total disponibilidade que o discípulo deve ter para o seguimento. Caminhar com Jesus é assumir também seu destino: o martírio. Dessa forma, o serviço que Pedro assume no pastoreio deve ser feito num total dom de si.

Esse dom só é possível para aquele que ama, ainda que não o faça “mais que os outros”. Esse amor incondicional, que o próprio Cristo vivenciou, Pedro aprenderá em sua caminhada. Por enquanto, sua própria entrega foi o reflexo desse amor.

2. I leitura (At 5,27b-32.40b-41): Dignos de sofrer pelo nome de Cristo

Os apóstolos foram conduzidos ao Sinédrio e o sumo sacerdote os acusou de desobedecerem à proibição de proclamar o nome de Jesus. Em nome da Lei divina, o Sinédrio condenou Jesus, e a divulgação da ressurreição deste representava dura acusação contra o tribunal – pois, se Deus ressuscitou o condenado, isso significava que seus juízes eram culpados e este era inocente.

Pedro respondeu que iria obedecer primeiramente a Deus e não a autoridades humanas. Mencionou ainda a assistência do Espírito Santo no encargo de testemunhar tanto a morte quanto a ressurreição de Jesus.

O Sinédrio, então, intimou os apóstolos a não falar mais no nome de Jesus. Mandou açoitá-los e soltá-los. A conduta deles após os açoites indica que ficaram felizes por terem sido achados dignos de sofrer por causa do nome de Jesus. As injúrias significavam que eles estavam, de fato, fazendo a vontade de Deus, caso contrário não teriam incomodado ninguém e suas palavras teriam sido bem-aceitas.

3. II leitura (Ap 5,11-14): O Cordeiro é digno de louvor e adoração

O capítulo 5 de Apocalipse tem como tema central Jesus Cristo redentor, glorioso e vencedor, que traz em suas mãos os destinos da história. João contempla um número incontável de seres que proclamam a dignidade do Cordeiro. Os sete títulos (poder, riqueza, sabedoria, força, honra, glória e louvor) indicam a plenitude da dignidade e da obra redentora de Cristo e a perfeita glorificação daquele que a realizou.

Nos versículos 13 e 14, o cântico que começou no céu se estende por todos os âmbitos da criação, em exclamações de louvor unidas à liturgia celeste.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Destacar as inúmeras dificuldades sofridas por quem está engajado na propagação do reino de Deus na terra. Animar as pessoas – que passam por diversos tipos de sofrimentos e tribulações – a se manter firmes, alicerçadas na fé em que o Cordeiro ressuscitado, vitorioso sobre a morte e o pecado, está presente na vida das comunidades.

AS MINHAS OVELHAS ME SEGUEM
E EU LHES DOU A VIDA ETERNA

I. INTRODUÇÃO GERAL

O simbolismo do pastor guia do rebanho exprime ideia de autoridade e companheirismo. A autoridade fundamenta-se numa relação afetiva. Há um conhecimento mútuo. É baseando-se nesses aspectos cotidianos da vida pastoril que a Bíblia destaca, primeiramente, Deus como pastor de Israel e, depois, Jesus como pastor de todos os seres humanos.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 10,27-30): Ninguém tira minhas ovelhas do meu rebanho

Neste 4º domingo da Páscoa vemos novamente a temática do pastor e das ovelhas. Jesus é o verdadeiro pastor. Ele conhece as suas ovelhas. Estas escutam sua voz e o seguem. O seguimento só é possível para quem reconhece a voz do Ressuscitado. Os que seguem o Ressuscitado têm a “vida em seu nome”, receberão a vida eterna. Não perecerão, conforme Jesus afirmou no discurso da despedida (Jo 13,12-15).

As ovelhas não podem ser arrebatadas da mão de Jesus porque foi o próprio Pai que lhas deu. E as obras do Filho revelam a vontade do Pai, porque eles constituem uma unidade. É tal unidade a fonte da força de Jesus. E essa força é transmitida aos que recebem a sua vida. Por isso o mundo não pode arrebatá-los aqueles que são de Jesus.

2. I leitura (At 13,14.43-52): Os gentios são as novas ovelhas no aprisco

Uma grande multidão se reuniu para ouvir a palavra de Deus (v. 44). O texto afirma que, vendo a multidão, os adversários de Paulo ficaram cheios de inveja e, insultando-o, se opuseram ao que ele dizia. A menção desse acontecimento tem como objetivo chegar à declaração de que o evangelho foi anunciado primeiro aos judeus; entretanto, já que eles o recusaram, a boa-nova foi levada aos gentios.

A decisão de proclamar o evangelho entre os gentios fundamenta-se numa ordem do Senhor (At 13,47; Is 42,6; 49,6). A resolução de voltar-se para eles propiciou-lhes grande alegria (v. 48). Contudo, os adversários de Paulo não ficaram passivos: valeram-se da simpatia de algumas mulheres de alta posição social, que induziram os magistrados da cidade a expulsar Paulo e Barnabé.

Ao saírem da cidade, os apóstolos realizaram o gesto simbólico de sacudir a poeira dos pés. Antigamente, esse gesto era realizado pelos judeus quando vinham de outras nações para Israel. Como

os gentios eram considerados impuros, os judeus, ao entrarem na Terra Santa, sacudiam a poeira das terras estrangeiras que traziam nas sandálias. Ao realizar esse gesto contra os judeus que o perseguiam, Paulo mostrou o contrário, não é a nacionalidade que torna alguém puro ou impuro. Nesse caso a impureza está nos sentimentos invejosos, nas blasfêmias e atitudes dos opositores de Paulo, o que é demonstrado, com o gesto de sacudir as poeira dos pés contra eles.

3. II leitura (Ap 7,9.14b-17): Diante do Cordeiro-pastor há uma multidão vinda de todas as nações

João viu uma multidão incontável, de todas as etnias, diante do trono do Cordeiro. As palmas que traziam nas mãos evocam as que eram usadas na liturgia judaica da festa das Tendas (Lv 23,40) para louvar o Deus de Israel.

As vestes brancas, alvejadas no sangue do Cordeiro (v. 14), significam que os mártires permaneceram puros, não se deixaram contaminar, seja pela idolatria, seja pela apostasia, e por isso sofreram a morte. Por causa de sua fidelidade, agora estão diante do trono do Cordeiro vitorioso, realizando uma liturgia celeste.

Eles nunca mais terão fome, porque lhes foi dado o fruto da árvore da vida. Não sentirão mais sede, pois o Cordeiro-pastor os conduz às fontes de água viva (Ap 7,17; 21,6; Sl 23,1). Nunca serão queimados pelo sol (Is 49,10), porque o sol é o Cordeiro (Ap 21,23; 22,5). Todas essas imagens, em seu conjunto, significam que a perseguição e os sofrimentos não têm a última palavra, não são a realidade última do ser humano.

“Deus enxugará toda lágrima” (Ap 7,17; 21,4; Is 25,8). Essa seção do Apocalipse pode ser vista como uma resposta à oração sacerdotal de Jesus em Jo 17,21, quando orou para que seus discípulos estivessem com ele e vissem sua glória.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Pedir à comunidade que ore pelas pessoas que têm derramado muitas lágrimas e seja sensível a elas. Talvez haja pessoas aflitas e atribuladas na comunidade e ninguém toma conhecimento disso. Os discípulos de Jesus têm de estar atentos ao outro. Têm de ir ao “próximo” e lhe dar a garantia de que Deus é solidário com os que estão sob muitas aflições. Insistir que não há ninguém fora do amor de Deus e por isso deve ser evitado qualquer preconceito.

* Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará e em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje), onde também cursou mestrado e doutorado em Teologia Bíblica. Leciona na Faje e em diversas outras faculdades de Teologia e centros de formação pastoral.